

MOVIMENTO

Nº 4 28 DE JULHO DE 1975 CR\$ 5,00

Há gente que está feliz com as catástrofes, pg. 12; a geada acabou com os barões do café? pg. 13; um conto de Aguinaldo Silva em torno da vida de Mariel Mariscot, pg. 27; a máfia da indústria de material elétrico — um capítulo do novo livro de Moniz Bandeira, pg. 14 e 15; a aula do general Ednardo D'Avila Melo, pg. 3; como o governador Paulo Egydio quer ajudar a Arena com as programações de obras públicas, pg. 2; maternidades mais caras que hotéis de luxo, pg. 17; certos remédios podem causar doenças piores que as que se propõem combater, pg. 17.

Teria o
ministro
Severo Gomes
descoberto
o imperialismo?
pg. 8



CENA BRASILEIRA A AULA

Agora eu peço desculpas. Vou fazer uma afirmação que talvez considerem pretenciosa, mas eu faço com absoluta sinceridade. Orgulhamo-nos, nós do Exército, de pertencer a uma instituição que não precisa de aulas de democracia de ninguém, em vista da formação que recebemos em nossas escolas, da maneira que captamos os milhares de jovens que anualmente vêm aos nossos quartéis cumprir com o seu dever militar e pela coerência e equilíbrio de nossa atuação na vida política do país. Repito: não precisamos de lição de democracia de quem quer que seja."

Há mais de meia hora, o general Ednardo D'Ávila Melo, comandante do II Exército, está falando sobre "Segurança Nacional e Desenvolvimento" — mais especificamente, sobre o papel do Exército no combate à guerra revolucionária e na manutenção do atual sistema político. O auditório do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo de São Paulo, está completamente lotado nesta sexta-feira fria, em 18 de julho. Ouvindo o general, estão quase mil pessoas — todo o alto escalão do governo estadual, militares das três Armas, políticos arenistas, empresários e centenas de estagiários da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra), que vieram de diversos pontos da Capital, de Campinas, de Ribeirão Preto e de Baurur, em ônibus fretados, para assistir à aula inaugural do 17º Ciclo de Estudos da ADESG. Uma aula tão concorrida que — fato muito difícil de acontecer — toda a área vizinha ao Palácio do Governo, no bairro do Morumbi, está tomada por carros (eram tantos que o estacionamento interno não foi suficiente. E ele havia sido suficiente, por exemplo, no dia da posse de Olavo Setúbal, o novo prefeito de São Paulo). Desde as 6 horas da tarde, essas pessoas estão ouvindo o general falar sobre o ensino no Exército; depois, sobre a importância "capital" que a instituição dá a dois pontos: o estudo da guerra revolucionária e o fortalecimento do espírito democrático.

"O estudo da guerra é indispensável para conhecer o inimigo da democracia e como atua, para que, assim possamos nos imunizar contra suas investidas sutis e combatê-lo com eficiência. Infelizmente, o mundo democrático é desprezado para tal tipo de luta. Enquanto, de um lado, um pequeno grupo fanatizado por uma ideologia transforma os seus integrantes em robôs, que gritam e mandam matar, que mentem, se mandam mentir, que matam se mandam matar e que só têm um pensamento, destruir a democracia, mesmo que isso signifique destruir o próprio país; do outro lado, vemos uma grande massa que, merecida da liberdade de que goza e da natureza da própria democracia, não dá à sua defesa a importância que merece e assim, na verdade, omite-se no que diz respeito aos deveres como cidadão. Eu comparo o democrata, atualmente, ao indivíduo que tem um apartamento. À reunião do condomínio não comparece absolutamente. Ele espera que o vizinho defenda o ponto de vista dele. Eu digo isto porque também tenho um apartamento e acho que nunca fui a uma reunião de condomínio. Quando o condomínio resolve alguma coisa contra, ele fica zangado, quer brigar. O democrata é assim sempre. Espera que o outro faça as coisas por ele."

A platéia ri muito quando o general fala sobre a necessidade de participação do democrata e diz que nunca foi a uma reunião de condomínio. Apesar do caráter extremamente solene da reunião, o comandante do II Exército se entusiasma, frequentemente, foge de seu roteiro e fala de improviso. Mas nada disso distrai a atenção dos estagiários da ADESG — uma associação criada em março de 1962 para receber a difusão dos conceitos formulados nos centros de decisão do país. Empresários, políticos, administradores — os chamados setores representativos da comunidade brasileira — são os estagiários da ADESG que, depois de um ciclo de estudos, obtêm uma espécie de passaporte para integração no sistema e um bom item para incluir em seus currículos. São eles que recebem agora, do general Ednardo D'Ávila Melo, orientações sobre a maneira de não se engajar inocentemente na "campanha psicológica dos comunistas", mesmo que esse engajamento signifique apenas a utilização de determinada terminologia.

"O pior é que muitas vezes, inocentemente, por não conhecer o inimigo, suas técnicas, (o democrata) coopera em campanhas que aparentemente são lógicas, mas que no fundo são concebidas e dirigidas pelos fascistas vermelhos e dessa maneira participa daquilo que nós chamamos de orquestração: a repetição constante de slogans, palavras de ordem, ditos sugestivos, idéias etc. em todo o país, dando a impressão de que aquilo tudo está sendo apoiado pela totalidade da população. Agora mesmo vemos em todo o Brasil uma orquestração contra entidades que não pregam violências, não pregam racismo, ateísmo, nem mudança de regime, mas apenas a luta contra o totalitarismo vermelho. Em defesa da democracia surge, então, contra estas instituições, aquela clássica, batida e sobretudo idiota acusação: são associações de direita. Esta questão de direita e esquerda é uma das peças básicas da ação

Palácio dos Bandeirantes,
sede do governo de São Paulo.
O general Ednardo D'Ávila Melo fala
a todo o alto escalão do governo
do Estado, militares, políticos,
empresários e centenas
de estagiários da Associação de
Diplomados da Escola Superior de Guerra



General Ednardo D'Ávila Melo

psicológica dos comunistas, da ação vermelha. E por que? Porque a tal direita é logicamente associada ao nazismo e ao fascismo, que estão mais do que desmoralizados perante a opinião pública mundial. E, assim, ser fascista ou nazista é altamente negativo. Significa violência, racismo, radicalismo, em última análise tudo o que é mal. E eu pergunto: onde fica a democracia? Muita gente responde tranquilamente, inocentemente: no centro, é lógico. Ai está o nosso grande erro: colocar comunismo e nazismo como antípodas e a democracia como intermediária entre os dois extremos. Esta colocação, na verdade, predispõe a simpatia à tal esquerda, pois ela é apresentada como a grande opositora da ideologia execrada por todos os povos e que é apresentada como o máximo de barbarismo. As duas ideologias não podem ser colocadas em campos opostos, pois o que elas têm de essencial é comum a ambas: partido único, intolerância religiosa, imprensa totalmente controlada e a serviço do partido, controle absoluto da população. Portanto, em ambas, nega-se aquilo que a democracia assegura ao cidadão: liberdade de imprensa, de ir e vir e de escolha de dirigentes. Ambas são antíteses da democracia. Como colocá-las em campos opostos? Por outro lado, só por ignorância ou má fé se pode temer a tal direita aqui em nossa pátria. Quando o nazismo vivia todo o seu esplendor e parecia que ninguém poderia resistir aos seus exércitos, o povo brasileiro, todas as forças da nação, civis e militares, corajosamente se manifestaram contra a arrogância e a violência dos hitleristas e isto acabou levando o governo à declaração de guerra. Como admitir, portanto, que haja a possibilidade de algum movimento fascista em nosso país? Se fomos na Itália, como admitir isso? Mas isto faz parte da técnica. Chamar de fascista é a melhor coisa que existe. Chamou de fascista, acabou com o adversário. E nós caímos nesse erro, chamar de esquerda e direita. Eu não chamo absolutamente de esquerda e de direita. Chamem de comunistas, de totalitários, mas não chamem de esquerda e direita, porque estamos fazendo uma ação psicológica em benefício do adversário da democracia."

Os membros da mesa também ouvem muito atentamente as palavras do general Ednardo D'Ávila Melo, às vezes se manifestando com um ar de surpresa diante de suas declarações mais violentas. Lá está o governador Paulo Egydio Martins; o vice Manoel Ferreira Filho; o presidente da ADESG, brigadeiro Nelson Laverne Wanderley; o delegado da ADESG em São Paulo, coronel Mário Machado de Castro Pinto; o prefeito da Capital, Olavo Setúbal; e o deputado federal Antonio Morimoto, da Are-

na. Morimoto foi o primeiro a quebrar o protocolo nesta cerimônia solene: insistiu em fazer parte da mesa e o governador acabou cedendo à sua insistência. Paulo Egydio seguiu-o na quebra do protocolo: logo depois de iniciada a sessão, às 18 horas, ele abandonou a sala. O presidente Ernesto Geisel o chamou ao telefone, inesperadamente. Durante cerca de 20 minutos o governador conversou com Geisel na sala de seu assessor de divulgação e o semblante carregado que demonstrava ao sair não deu pistas aos repórteres sobre o que havia sido tratado com tanta urgência. Mas, imediatamente ele voltou a seu posto de presidente da mesa, para ouvir o general citar conceitos de vários amigos seus sobre o que é a democracia.

"Lenin. Para este peço especial atenção: *todo deputado comunista deve, por decisão do Comitê Central do partido, unir o trabalho legal ao trabalho ilegal. No país em que o deputado comunista se beneficia das leis burguesas e de certa imunidade parlamentar, esta deverá ser utilizada na organização e na propaganda ilegal do partido. Os deputados comunistas devem subordinar toda a atividade parlamentar à ação extra-parlamentar do partido. Vejam que eles são muito francos.*"

O general Ednardo D'Ávila Melo fala agora sobre a formação democrática do oficial brasileiro, "uma permanente obsessão de nossa parte".

"Além de rebuscarmos a história para mostrar que esta vocação (a democrática) é de todos os brasileiros e a linha coerente com o nosso passado, que é a forma mais digna para o homem e a mais favorável para o progresso, procuramos dar ao nosso sistema disciplinar um tom muito firme de hierarquia, mas uma hierarquia que é na verdade um estado de espírito, uma consciência de sua necessidade. Devido à nossa formação de sentido nacionalista, nacionalista na melhor expressão e não no falso nacionalismo radical e unilateral dos fascistas vermelhos, democracia para nós é democracia brasileira, democracia verde-amarela, que busque soluções nossas para nossos problemas e não democracia totalmente copiada de outros povos que pouco ou nada têm a ver em comum conosco."

Deixando um pouco a discussão de idéias, o general Ednardo D'Ávila Melo cita diversas providências tomadas pelo governo, para argumentar que, apesar das dificuldades, o Brasil "já pode vislumbrar um futuro à altura de sua grandeza".

"Sabemos que muitos problemas ainda teremos de enfrentar. Sabemos que os fascistas vermelhos estão redobrando suas atividades, quer no Exterior procurando criar uma imagem pior possível do Brasil de hoje, quer aqui dentro do país, tentando se infiltrar em todas as organizações, recorrendo aos processos mais sutis e se apresentando, é o cúmulo, como arautos da liberdade e da justiça. Mas o hoje, como disse alguém, é muito melhor que o ontem e não há horizontes sombrios quando se contemplam com os olhos da realidade. Assim como não negamos os problemas que ainda existem na nossa nação, bem como a veracidade dos números que se utilizam para mostrar as feridas que ainda sangram neste país, é mister que afirmemos que no Brasil de hoje não há lugar para pessimismos. Ao contrário, só temos razão para confiar no futuro."

Por que não podemos ir para a frente? O Brasil já transpôs muitas barreiras. E um país duro, que não precisa de tutelagem, nem de ideologias que tracem seus caminhos. O que ele necessita é que seus filhos tenham em seus corações os mesmos sentimentos de confiança e brasilidade. Se todos quiserem, podemos construir uma grande pátria."

Largas palmas encerraram o discurso. Talvez entusiasmado demais com as declarações do general, o apresentador oficial da cerimônia — o locutor Fausto Auromir Lopes Rocha, da Rede Tupi de Televisão — quebrou mais uma vez o protocolo, pedindo desculpas para dizer algo que, segundo revelou depois a um amigo, estava "em sua garganta" há muito tempo: "Ouvi fatos aqui que nunca chegaram a ser transmitidos ao público" — disse o jornalista, detentor de um Troféu Imprensa, concedido por Silvio Santos e dois prêmios Rôquete Pinto. E perguntou: "Por que estes fatos não chegam ao conhecimento da população em geral? Por que no Brasil nós temos uma democracia, porque no Brasil os governantes aceitam que os jornalistas os vilipendiam, distorcem às vezes a realidade, achem ruim e reclamem sempre, esquecendo-se muitas vezes de mostrar as qualidades dos governantes." Surpreendendo o próprio governador — que todos os dias recebe a imprensa — Fausto Rocha, diretor da Fausto Rocha Publicidade. Foi mais além: "Aqui no Brasil comunistas confessos e declarados estão nas redações cortando notícias, decidindo o que é noticiável. Eu tenho professores na universidade falando contra o governo, apresentando fatos distorcidos contra os atos governamentais. Isto repudia a minha inteligência, eu não acredito que esta gente ame o Brasil. Mas eles estão aí, com a permissão do governo, das nossas instituições militares, a falar. Infelizmente, há quem lhes dê ouvido. Perdoem, foi apenas um comentário pessoal. Me desculpem."

CENA BRASILEIRA

O deputado José Bonifácio Neto (MDB), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que faz um levantamento da situação dos presos no Estado Rio de Janeiro, chega à Penitenciária Esmeraldino Bandeira, em Bangu, guiado pelo diretor do Sistema Penitenciário, Frederico Grafée-Thompson. Bonifácio para no pátio, onde 20 presos jogam futebol.

— Quem são os craques? — o deputado pergunta. Thompson faz o jogo parar, reúne os presos e apresenta a José Bonifácio. “O líder da Arena?” pergunta a um dos presos. Não, explica o diretor, o José Bonifácio Neto, do MDB, que está apurando denúncias sobre “erros do tratamento carcerário”. O deputado, a essa altura, se declara surpreso com o fato de os presos se interessarem por política a ponto de saberem o nome do líder da Arena na Câmara. E pede para ser apresentado, tarefa que cabe a Thompson.

— Este é o Nelson Rodrigues Filho, seu pai é o grande teatrólogo. Aquele lá é o ex-Padre Alípio. Lá está o Paulo Roberto Manes...

O deputado aperta a mão de um por um, e diz que eles parecem bem dispostos. Nelson Rodrigues Filho, muito suado, comenta que quase fez um gol, se não fosse a interrupção do jogo. Um companheiro o adverte: “Não gaste tanto gás, Nelson. Lembre-se que você só vai sair daqui em 2020”.

Os 20 presos políticos — a exemplo das cinco presas com quem o deputado estivera, antes, na Penitenciária Talavera Bruce, também em Bangu, fizeram uma reivindicação: querem ser visitados também por amigos, não apenas por parentes. Um deles pede notícias da greve de fome no Presídio de Itamaracá, em Pernambuco, mas o deputado diz que nada sabe sobre isso.

O diretor do Sistema Penitenciário informa que antes do Natal eles sairão dali, e irão para uma dependência especial no presídio da Rua Frei Caneca. Informa que estão sendo bem tratados (todos confirmam) e que, distribuídos em celas coletivas, formam uma comunidade que avidamente consome livros, jornais e revistas.

A visita, realizada na terça-feira, dia e hora previamente combinados com as autoridades estaduais, começou na

UMA VISITA AOS PRESÍDIOS

Penitenciária de Mulheres Talavera Bruce, onde o diretor durante todo o tempo esteve acompanhado por uma jovem (“estudante de química”, ele apresentou) a quem as presas dirigiam olhares de mal disfarçado ódio. Algumas queixas das presas: não praticam qualquer atividade saudável (esportes, exercícios) nem têm direito à visita íntima que o Sistema criou para os presos casados; a medida não é válida para as presas casadas.

Já as presas políticas (cinco) se queixaram do “esmagamento cultural”: a única publicação não censurada, segundo elas, é Seleções de Reader's Digest: suas cartas são violadas, e os livros têm trechos cortados a gilete (“as vezes duas ou três linhas, às vezes páginas inteiras”).

José Bonifácio ouve, acende um charuto (é o quarto, desde que começou a visita), e promete se empenhar “de algum modo” para solucionar o problema, mas já o diretor do Talavera Bruce, gesticulando com uma varinha na mão, diz ao deputado e a imprensa.

— Que elas estão isoladas das demais presas e não podem vê-las, é o regulamento. É claro que existe censura, mas esta não é feita por nós. Quanto à correspondência, é norma violá-la em qualquer presídio do Sistema. Quem sabe o que elas andam escrevendo? Onde é que está esse clima de esmagamento psicológico? Essas meninas têm é muita imaginação (e a “estudante de química” concordava, com um gesto de cabeça).

No Rio, José Bonifácio Neto visita a Penitenciária

Esmeraldino Bandeira, o Presídio de Mulheres Talavera Bruce, e o Presídio de Menores Muniz Sodré. Mas é em Niterói, no Instituto Penal Romeiro Neto, e no Presídio Geral do Estado, que ele consumiu de vez, todos charutos que levava (o primeiro ele ascendeu ao sentir o forte cheiro que vinha das 120 solitárias sem sanitários). O prédio, construído quando Nilo Peçanha era governador do Estado do Rio, abriga atualmente 386 presos. Sua capacidade é de 250, mas o diretor, bem humorado, informa: “com um jeitinho, cabem até mais” (ele já abrigou até 450).

O deputado acende o sexto e o sétimo charutos aos se ver cercado por um grupo de presos, todos sem uniforme, um deles com um saco de estopa improvisado em *poncho* a protegê-lo do frio. O cheiro do charuto, misturado aos velhos odores que pairam nos corredores e celas, tornam o ar empastado, e o deputado acende o oitavo charuto no que restou do sétimo.

As queixas são as mesmas: falta de condições, isolamento, nenhuma atividade possível. Mas o diretor já promete: oficinas para trabalho, uma horta, e previsões de gastos de Cr\$ 6 milhões só em obras de.

Os charutos de José Bonifácio Neto acabam a visita também. Na saída, ele e Grafée-Thompson chegam a uma conclusão: o sistema penitenciário do Estado do Rio é ruim, mas ainda pode ser recuperado, ao contrário do de São Paulo, que, diz Thompson, “já é um caso perdido”.

A FEIRA

Murilo Carvalho

O “capeta” sai virando a poeira e entra nos olhos, na boca, suja as roupas espalhadas nas bancas de pau, tinge tudo de vermelho claro. O dia está amanhecendo e no meio do pó espalhado pelos rodemoinhos os primeiros feirantes começam a armar suas barracas, em Ceilândia, a mais miserável das cidades satélites de Brasília.

“Aqui é a feira do Pau Pelado, clandestina, sim senhor, a gente foi proibido de trabalhar na outra, veio tudo para cá.” Raimundo Feitosa de Mello, cearense, 16 anos em Brasília, ajeita um monte de laranjas em cima de um pedaço de lona.

As feiras do Distrito Federal foram regulamentadas recentemente e ficou definido que os vendedores de produtos industrializados só poderiam frequentar a feira oficial de sábado em Ceilândia, ou então a de domingo em Guarã, outra cidade satélite. Mas a área determinando no Guarã foi insuficiente para receber todos os feirantes e por isso dezenas ficaram sem poder trabalhar, a não ser no sábado. “No Guarã não tem mais vagas. Nem por 10 milhões a gente consegue um lugar. E trabalhar um dia só por semana não dá”, explica Raimundo.

Dona Maria Salles, 48 anos, feirante desde 66, vendendo roupas femininas a partir de 5 cruzeiros, fala, gesticulando muito: “O pessoal aqui é todo mundo empregado, só recebe no sábado de tarde. Então como é que vai comprar se não tiver feira no domingo? A feira do sábado não adianta nada pra eles, nem pra nós”.

A feira do Pau Pelado foi a solução encontrada pelo povo e não aceita pela administração regional. Ninguém vê as razões da proibição nem mesmo os comerciantes que têm lojas na rua onde se localiza a feira. Geraldo, dono de uma grande loja de sapatos, gosta da feira e não

acha que a concorrência (muitos feirantes também vendem sapatos) o esteja prejudicando. “Feira vende artigo barato, popular mesmo. E em dia de feira eu vendo mais, me ajuda. Além disso eles também pagam impostos, a gente não tem que reclamar”.

Mas a maior preocupação é mesmo dos consumidores, do povo que precisa comprar ali ou então ir para o Centro Comercial de Taguatinga e pagar mais caro. “Sem essa feira aqui nós estamos perdidos. O dinheiro não chega pra comprar nas lojas, lá a gente paga o luxo. Aqui não, o preço é bom, a gente pode comprar um vestuário.” Facundo, cearense do Crato, está experimentando uma calça de brim, colocando-a junto ao corpo. “Lá na Taguatinga uma calça custa 120 cruzeiros, aqui o moço está vendendo por 70”.

As nove horas a feira ferve de gente. O vento constante transformou a rua num enevoado de pó e não há mais nada limpo. Nem mesmo as mantas de carne salgada que são vendidas num carrinho de mão e embrulhadas em jornais velhos.

Circulando sempre, Maria, uma velhinha alegre, é a olheira do pessoal. Fica sempre pelas beiras da feira, vigiando se chega algum fiscal ou a polícia. “É só eu gritar: lá vem o rapa, e o pessoal sai tudo correndo em tempo”.

O “rapa” é a grande preocupação de todos os feirantes. Eles já armam suas barracas de maneira que possam desmontá-las rapidamente e sair correndo se chegarem os fiscais. “A gente fica sentindo que nem criminosos, mas a nossa profissão é essa, a gente paga imposto, alvará, e precisa trabalhar, mas os homens não querem deixar. Se fossemos vagabundos, tá certo, mas o que a gente quer é defender o pão dos filhos.” Sertório vende cobertores e

toalhas, que procura manter limpos, apesar da poeira.

O colorido da feira é apagado pelo pó fino que fica sempre no ar. Mas o vozerio meio cantado dos feirantes e dos compradores, com forte acento nordestino, deixa o ambiente alegre e divertido. Não se vêem brigas, está todo mundo contente, passeando, uma festa boa que lembra as feiras do Nordeste, de onde a grande maioria — vendedores e compradores — veio. Não faltam nem mesmo os repentistas que fazem brincadeiras com todos os que se aproximam e atiram uns trocados dentro de uma bacia, no chão.

“Acabar com essa feira, é pouca vergonha, é tirar um jeito do pobre viver mais em conta.” João Adão não está comprando nada, veio passear, olhar as coisas, passar o domingo. José Cardoso, parado em sua barraca de plásticos — baldes, bacias, pentes, carteiras — mostra o alvará e comenta: “Agora os homens aumentaram o preço do alvará e diminuíram o número de feiras. Antes tinha cinco feiras por semana e a gente pagava 103,00 por mês. Agora só dá para fazer 1 feira e tem que pagar 330,00 por mês. Eles querem é acabar com os feirantes”.

A Associação dos Feirantes parece não encontrar aprovação entre os associados. Apesar disso, José Cardoso foi reeleito presidente pela terceira vez. “Ele fez uns manifestos em nosso favor, mas não deu resultado. Agora ele foi num congresso de feirantes lá no Rio Grande do Sul. A Associação trabalha muito lento e nós não estamos fazendo nada, estamos morrendo quietos, se num reagir nós vamos sumir.” Raimundo Feitosa mal interrompe seus gritos de “laranja paulista, um cruzeiro a dúzia”, para dar sua opinião.

Meio dia, há tanta gente na feira que quase não dá para se caminhar. O vento continua forte e a poeira ressecando a boca, ardendo os olhos.

Um pequeno rebuliço agita um canto da feira... Todos param tensos, prontos para a fuga, assim que ouvirem: “Olha o rapa”. Mas o movimento se acalma logo e dona Maria Salles comenta: “Aqui não é mais a feira do Pau Pelado não. Cortaram o pau, ficou só o toco. Aqui agora é a feira dos apavorados.”

O relato dos advogados

Será um relato minucioso mas sereno”, disse o professor Caio Mário da Silva Pereira, atual presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a propósito do memorial que a OAB encaminhará esta semana ao presidente Ernesto Geisel. O documento pretende denunciar “todas as violências praticadas não só

contra os advogados, mas também contra os cidadãos” e a proposta para sua elaboração foi aprovada pela unanimidade dos representantes dos conselhos regionais, na última terça-feira. Na ocasião, vários conselheiros criticaram as autoridades policiais e militares que agem contra os advogados e denunciaram a forma irregular pela qual muitas

prisões estão ocorrendo ultimamente.

Com deliberação conjunta do conselho federal da OAB está será a primeira manifestação pública da atual presidência da Ordem dos Advogados (gestão 7475) a respeito da situação dos direitos humanos no Brasil. Isoladamente, vários advogados já se manifestaram este ano sobre o assunto e o próprio presidente da OAB, Caio Mário da Silva Pereira, informou ter enviado ao ministro da Justiça, Armando Falcão, no último dia 17, um ofício em que pedia providências

junto às autoridades para que cessem as prisões irregulares de advogados. Caio Mário citava especificamente Brasília, Bahia e Rio Grande do Sul como os locais onde as prisões irregulares ocorriam com mais frequência.

Quanto ao documento que enviará ao presidente da República o professor Caio Mário diz que ainda não dispõe de todos os elementos para formar um quadro completo das irregularidades denunciadas. Na reunião de terça-feira representantes de vários conselhos regionais fizeram um relato verbal dessas ocorrências e

no momento estão coletando dados para fundamentar o memorial. De concreto conhece-se o caso de dois advogados do Distrito Federal — os irmãos José Maria e José Oscar Pelúcio Pereira — que estão detidos desde o dia 28 de junho e até agora não foram localizados; e a detenção de dois advogados, um em Porto Alegre e outro na Bahia.

Para o presidente da OAB a manifestação dos advogados a propósito das últimas prisões efetuadas em vários Estados, considerados irregulares, levanta novamente a questão do funciona-

mento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Segundo o professor Caio Mário esses casos poderiam ser examinados mais detalhadamente se o CDDPH — que ainda não se reuniu uma única vez no governo Geisel — fosse convocado pelo ministro da Justiça com mais frequência e em datas certas. “A falta de reuniões periódicas retira a possibilidade desse órgão de uma atuação efetiva”, diz Caio Mário. “Embora o CDDPH não seja dotado de força executiva — conclui — o simples fato dele se reunir com frequência daria mais eficiência a suas deliberações”.

O BRASIL

“Esta é a terceira vez que eu venho como flagelada. Na última vez fiquei aqui mesmo, nessa escola. Dessa vez sai de casa correndo, a água já estava entrando, eu já sei como é.” (Cleonice, lavadeira, moradora nos mocancos, as favelas do Recife).

As águas e todos os dias

Ivan Mauricio/Sérgio Buarque



Aqui cheguei em 1966. Sou inteligente, trabalhador, mas não tenho leitura. Fui fazendo a vida assim, carregando balaios de verdura e frutas na cabeça. Agora, eu estava só varrendo laranja. Comprava um cento de laranja por 20 contos e, no fim do dia, apurava 35 a 40 contos. Dava para pagar o aluguel de 40 mil reis do barraco e o que ganhava, todo dia comia. Eu estava com o tabuleiro na Ponte Velha quando começou a se falar em cheia. Me arranquei pra casa. Quando cheguei só deu tempo para salvar a mulher e os meninos. Fui dormir no abrigo na igreja dos afogados. De lá me mandaram para essa escola em Santo Amaro. Ganhei umas roupas e daqui a dois dias comecei a arrumar minha vida de novo (Eulides Nazario de Brito, camelo, paraibano, morador do bairro do Coque, Recife).

Originalmente, no lugar onde hoje vivem 1,3 milhão de habitantes espremidos em 209 quilômetros quadrados — a área mais povoada do país — só existia água. Daí para surgir a cidade do Recife, a “Veneza Brasileira”, foi preciso que a baía fosse sendo soterrada, à medida em que areia do leito dos rios Capibaribe e Beberibe era carregada pela erosão, formando pequenas coroas no meio da água. Foi por isso que Duarte Coelho, primeiro donatário da Capitania Real de Pernambuco, preferiu implantar a capital em Olinda, no alto dos morros.

O bairro do Coque fica a um quilômetro do centro do Recife. É um aglomerado de 1.500 mocambos, os barracos que no Rio formariam favelas, espetados no leito do rio Capibaribe. São palafitas, casas construídas sobre estacas. Leitadas de madeira, zinco e papelão. Grande parte dos habitantes do Coque vive da pesca e de biscoites no centro da cidade. Calcula-se que no Recife existem 100 mil mocambos e seis mil camelôs, que vivem com menos de um salário-mínimo. Segundo o Sindicato dos Ambulantes, 60 por cento dos seus associados não nasceram no Recife, vieram de outros Estados ou do Interior, grande parte dos municípios que compõem o Grande Recife e da Zona da Mata, onde estão as grandes propriedades, os grandes canaviais. Os migrantes são, evidentemente, gente sem terra. No nordeste, contudo, 42 milhões de hectares, quase duas vezes a área do Estado de São Paulo são áreas que têm proprietários mas não são exploradas. Quem não tem acesso à terra, trabalha para os usineiros. E quando não progride, como é comum, viaja para o Recife à quando não progride, como é comum, viaja para o Recife à procura de emprego. Em 1940, a cidade tinha 325.177 habitantes; em 60, passou a ter 788 mil e em 70, 1,04 milhão. Com o grande progresso da Capitania de Pernambuco, devido à monocultura do açúcar, aguçou-se a cobiça dos holandeses. Eles invadiram as terras portuguesas e incendiaram Olinda, a cidade fundada por Duarte Coelho. Comandados pelo Conde Maurício de Nassau, fundaram Mauricéia (depois Recife) em 1639, uma cidade fincada no aterro das coroas, no meio do mangue. Pensando em concretizar a vitória, os holandeses construíram sólidas

pontes de ferro que até hoje estão de pé, ligando as três ilhas em que se dividia na cidade nascida dos aterros.

“Foi um erro histórico e estamos a pagar por ele. Os holandeses, erradamente acostumados com as suas cidades de rios sem grandes enchentes, criaram Recife como centro de administração flamenga e o erro está patentead pelo que nós temos sofrido. É evidente que todas as áreas que agora foram inundadas pelo rio correspondem aos antigos mangues aterrados, e mal aterrados. A cidade está plantada no delta do Capibaribe. É natural que de vez em quando o rio reclame a posse do seu leito. A culpa, pois, não é do rio, é nossa. Os aterros, incentivados atualmente pela especulação imobiliária, ocupam áreas que deveriam ser aproveitadas para construção de grandes lagos. Os fatos dos últimos anos comprovam que as inundações suceder-se-ão sempre, cada vez mais intensas. O rio reclama sempre o seu leito. O Recife é uma cidade, como eu já disse em várias ocasiões, ecologicamente condenada (João Vasconcelos Sobrinho, 66 anos, ecólogo, professor da Universidade Federal do Recife, com 30 centímetros d’água dentro de casa).

Em 1842, a cidade sofreu sua primeira grande enchente. Desde então, se tem notícia de 17 outras grandes cheias, quatro delas nos últimos 10 anos. Em 1966, 70 por cento da cidade foram inundados. Em julho de 70, um terço; 65 pessoas morreram, 50 mil ficaram desabrigadas, 3.080 mocambos desabaram. Um mês depois, em agosto, chovera durante 16 dias, 140 pessoas morreram, 18 mil seriam consideradas flageladas, o comércio se queixava de prejuízos de Cr\$ 500 mil. “Antes de seis meses, Pernambuco não estará recuperado”, dizia o presidente do Clube dos Lojistas, futuro senador Wilson Campos. O ministro do Interior, Costa Cavalcanti, apareceria com a solução: a barragem de Tapacurá que, prometeu, ficaria pronta antes de deixar o Ministério.

Marco de 1973. Cista Cavalcanti inaugura a barragem de Tapacurá, ao custo de 80 milhões de cruzeiros, 20 milhões em publicidade. O rio Tapacurá, que recebe outros rios e despeja no Capibaribe, estava domado.

“O governo Eraldo Gueiros deixa resolvido dois problemas importantes que as águas impunham ao Recife: o da contenção das enchentes que assolavam periodicamente a Capital e o da satisfação da demanda do seu sistema de abastecimento.” (do livro “Governo Eraldo Gueiros Leite — Assim Servi Pernambuco”, março, 1975)

“Ora a torneira secava, ora a enchente invadia a cidade. Agora, esses dois problemas serão resolvidos de uma só vez: a barragem de Tapacurá vai fornecer água à cidade até o ano 2000 e eliminará definitivamente o perigo das cheias. E inundações agora só se os recifenses deixarem abertas as torneiras das suas casas” (de um folheto da Companhia Pernambucana de Saneamento).

A última enchente começou no dia 16 deste mês. Em três dias, 75 por cento do Recife estavam inundados. Todos os hospitais, os canaviais, estavam cheios d’água. No dia 21,

já havia 150 mil desabrigados. Tapacurá não reteve as águas, nem merecia confiança.

A represa arrombou.

O grito se espalhou pela cidade e poucos paravam para saber que represa. “Em 10 minutos, o boato corre 10 quarteirões. Em 20, a cidade está em pólvora. Em meia hora, há multidões correndo pelas ruas sem saber exatamente por que corre. O tráfego entra em colapso. Motoristas abandonam automóveis e saem em disparada para lugar nenhum. Caminhões chegam ao subúrbio trazendo famílias que acabam de abandonar suas casas e que procuram lugares mais altos no centro. E o caos.” (Jornal do Brasil, dia 22). O governador Moura Cavalcanti dirige, pelo rádio, um apelo a quem espalhou o boato: “Você, que não respeita a dor de uma cidade; você, que não considera a gravidade da situação de um povo ferido, pelo menos guarde consigo a sua morbidez duentia, a sua maldade.”

No dia 24, sabia-se que pelo menos 107 pessoas já haviam morrido. Dois dias depois, os mortos eram 150. Cinquenta mil pessoas estavam desabrigadas, vivendo em postos de assistência improvisados pela Comissão de Defesa Civil de Pernambuco.

Maio, 1972. O prefeito do Recife, Augusto Lucena, fala à Revista Realidade. “Com mão nervosa, Augusto Lucena, 49 anos, vai desenhando num bloco os limites da cidade. Descorta as regiões de mangue, canais de rios e braços de mar que a maré alaga uma vez por dia. Subtrai pontes, praças, ruas, diz que Recife é um dos menores municípios do Brasil. Calcula o que cabe para cada um dos atuais 1,3 milhão de habitantes. Conclui: “Aqui não cabe mais ninguém.”

Mas a cada 15 anos duplica a população da cidade. Não importa o dia em que cheguem os novos habitantes, retirantes dos canaviais que asseguram 65 por cento da receita do Estado, que cobrem de verde as terras ocupadas pelos sucessores dos antigos “coroneis”. Em qualquer dia os jornais publicam anúncios de casas boas, fincadas nas partes altas, livres das inundações. Os retirantes vão se alojar nos mocambos. São os mocambos que fornecem os números dramáticos da mortalidade infantil no Recife: 119,6 mortes antes de completar um ano em cada mil crianças nascidas vivas, em 1971; 178,4 por mil nascidos vivos, em 72; 229 em 73. Nas causas das mortes, para todas as idades, predominam doenças infecciosas e parasitárias. Em três anos estas doenças mataram mais de 7 mil pessoas.

“A Federação das Indústrias de Pernambuco decidiu ontem redigir e encaminhar ao presidente da República um documento contendo uma análise completa da situação no Estado e solicitando medidas urgentes, excepcionais para a recuperação da economia regional. Numa reunião de duas horas, cerca de 70 empresários manifestaram-se desanimados em relação as providências até agora adotadas pelo governo federal. O presidente da FIEP, Tullio Brandão Matos, lamentou ao abrir

continua na página seguinte

O CÃO SEM PLUMAS

(tomado de empréstimo a João Cabral de Melo Neto)

Chico de Oliveira (1)

Falar da cidade amada tem sempre a pretensão de atingir o clímax da ascese poética e o risco de permanecer-se atado aos pés de chumbo da vulgaridade geral. No caso do Recife, o ideal inalcançável é o de um João Cabral de Melo Neto, de um Bandeira, de um Joaquim Cardozo. E o risco é o de repetir-se o sarrado "Veneza Brasileira". Tão sarrado e tão pouco verdadeiro quem se à maioria dos recifenses lhes fosse perguntado quem é a Veneza do Brasil o silêncio seria a resposta, e a surpresa maior seria a de saberem-se moradores desta Veneza, que na verdade, para eles tem muito mais do "cão sem plumas": um rio onde correm a vida e a morte, quôtidianas, severinas.

Dezesseis anos depois da criação da SUDENE e vinte e um anos após a criação do Banco do Nordeste do Brasil, uma cheia põe a nu a fragilidade da economia do Nordeste, a precariedade das condições de vida da população de sua maior cidade. Será que agora, analogamente em relação ao período das secas de 1953 e 1958, que precipitaram a criação do banco e da superintendência de desenvolvimento regionais, há alguma outra medida salvadora a ser tomada e algum outro organismo a ser implantado? Esperemos que da cartola dos mágicos que se crêem mágicos, não surja nada disso, nenhuma salvação e nenhum outro organismo salvador: surjam simplesmente soluções, que não se tenham por mágicas, mas ancoradas no anseio popular, no bom senso e na técnica que não se quer milagrosa, mas apenas técnica.

Sem dúvida, a cheia que assolou Recife e outras dezenas de cidades da Zona da Mata pernambucana é um poderoso fenômeno natural sem paralelo mesmo na história das cheias do "cão sem plumas": ninguém de bom senso pode pedir, minimamente, a qualquer governo, que detenha essa força cega, que é a mesma que desata as geadas no Sul. Até que os poderosos "milagres" que se anunciam de parte dos que detêm o controle de técnicas aeroespaciais, que segundo as notícias de jornal, poderão desencadear o Apocalipse onde e quando lhes aprouver, a Natureza continua sendo senhora soberana e indisputada de seus próprios fenômenos. Mas o que importa é a relação do homem com a Natureza; e nessa relação, pode-se pedir que as catástrofes sejam previstas, que seu curso seja corrigido ali onde isto é possível, e principalmente que, as repercussões sobre as populações sejam minimizadas.

Nos seus dias iniciais, a SUDENE colocou como meta prioritária o conhecimento dos recursos naturais do Nordeste, de suas secas e de suas enchentes periódicas, e a correção ou atenuação de alguns desses fenômenos em sua incidência sobre as populações. Esta era, também a principal preocupação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, em sua origem. Mas, a contrafação em que se converteram tanto a SUDENE quanto o DNOCS, avocados quase única e exclusivamente à tarefa de melhorar as propriedades dos latifundiários e cuidar dos investimentos de capital nas indústrias, fez esquecer as tarefas fundamentais. E um dos mais humildes rios do Nordeste, o Capibaribe, que em seu caminho desde o agreste pernambucano chega a secar algumas vezes, vem

mostrar o desconhecimento fundamental que encobre essas questões.

Entretanto, o processo de crescimento industrial recente, sob os bafejos da SUDENE, tem como corolário inevitável o crescimento populacional das cidades, e a primeira cidade a receber esse impacto é o Recife, que viu reforçado seu tradicional papel de polo metropolitano à escala regional. Isto não poderia ser desconhecido, nem minimizado. Além disso, nas específicas condições de crescimento da economia brasileira, a característica concentracionista que lhe é inerente agudiza-se enormemente no Nordeste, onde sobre uma base agrária caracteristicamente latifundiária montou-se uma indústria ou está-se montando uma indústria baseada nos favores fiscais, cujos efeitos concentracionais são ainda maiores. Em outras palavras, o recente processo de crescimento econômico no Nordeste é de um tipo que piora enormemente a pirâmide de distribuição da renda, pelo que os novos empregos gerados são de baixíssimos salários, mais baixos que os do resto do País.

Ao nível da cidade, pelo menos dois efeitos são reflexo desse tipo de crescimento: o primeiro é o assentamento dos incrementos populacionais nas piores zonas da cidade, justamente naquelas onde a incidência das cheias é maior; o segundo é a elevação do preço da terra urbana no Recife que tornou econômico o aterro dos seus mangues para dar vazão à demanda de espaço, comandada pela especulação imobiliária. Nessa desenfreada especulação, o poder público se omitiu completamente, ainda que sob o acicite de condições objetivas que não lhe permitiam essa omissão. E os mangues, uma espécie de fole natural que recebia os aumentos do nível do rio, assim como as altas marés, foram aterrados, dando como resultado que as águas tanto do rio em crescimento quanto das altas marés não têm para onde espraizar-se, pelo que só lhes resta invadir mesmo a cidade.

O quadro acima, este sim, nada tem de natural, ele é um produto do estilo de crescimento e dos mecanismos pelos quais esse estilo é implantado. A SUDENE foi transformada numa simples agência de aprovação de projetos, sobre os quais não tem o menor controle: os planos industriais da SUDENE foram abandonados, e o processo de implantação de indústrias no Nordeste segue as leis impostas pela dinâmica de crescimento à escala nacional. O que consta, hoje, nos planos da SUDENE, quando não é uma pobre repetição de objetivos do passado, que à custa da repetição não passam de meros "slogans", é apenas uma afirmação da dinâmica já imposta pelas necessidades de expansão do capitalismo à escala nacional, muito pouco tendo que ver com "necessidades" regionais. Os demais níveis do Poder Público vão na mesma pisada: uma das últimas administrações municipais do Recife, a do sr. Augusto Lucena, na sua primeira passagem pela prefeitura da capital pernambucana, dedicou-se a transformar o Recife na "cidade melhor iluminada do Brasil". Na sua

(1) Chico de Oliveira, do Conselho de Redação de Movimento, é pernambucano sociólogo e economista-já foi superintendente substituto da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

segunda passagem, que terminou em marco último, aquele senhor dedicou os magros recursos da municipalidade pernambucana para a resolução de problemas vários de circulação do automóvel, numa disputa com São Paulo e o Rio de Janeiro, na qual certamente o Recife sairia perdendo, para ver quem faz mais viadutos. Uma das glórias da classe média recifense, mostradas até ao aborrecimento, mesmo para quem lá nasceu e conhece as mazelas da cidade, é apontar os novos viadutos do Recife, do alto dos seus automóveis, quase como quem diz: "olha, não vai pensar que é somente São Paulo que tem viadutos: aí estão os nossos". A última administração estadual empenhou todos os seus esforços e os recursos do Estado, em três obras: a barragem de Tapacurá, destinada segundo a propaganda a não deixar "repetir-se nunca mais as cheias do Capibaribe", o chamado Complexo Rodoviário de Salgadinho e o porto de Suape. Sobre o real significado da represa de Tapacurá, a cheia d'agora tem a melhor resposta: sem comentários, que soariam a humor negro sobre a tragédia da população recifense. O Complexo Rodoviário de Salgadinho, nada mais é senão uma auto-estrada para Olinda, com um entroncamento onde se bifurcam saídas para Paulista e Beberibe, com uma desnecessária complicação para incluir um... viaduto. E "last but not least", para fazer o complexo, foi necessário aterrar praticamente todos os mangues existentes entre Recife e Olinda, ao longo da língua de terra estreita que era a antiga ligação entre as duas cidades. O porto de Suape, ou nas palavras da propaganda oficial, o complexo portuário-industrial de Suape, ainda não passou do papel e é de duvidar-se que a crise do petróleo não redefina os termos da navegação internacional de longo curso, sobre cuja estrutura desenhou-se o projeto na base de fazer de Suape um ponto de parada obrigatório para reparações navais. Além disso, Suape ou seu projeto, tem muito do caso da Fiat em Minas: as condições que grandes grupos internacionais como o do sr. Daniel Ludwig estava exigindo para entrar no projeto eram de tal molde que transformariam o complexo portuário em propriedade privada, numa época em que mesmo antigos arrendamentos portuários por grupos privados, como o de Santos, estão passando para controle estatal.

As fotos dos jornais e as imagens da televisão contam uma estória mais miúda, que é a verdadeira: depois das águas e depois da lama, as ruas são agora o lugar onde a população colocou o que lhe sobrou: os "trems" domésticos, na maior parte dos casos, pobres mobiliários que seguramente não resistirão a outra enchente, e o desespero, uma propriedade inalienável de quem não tem nada. Talvez estes comentários pudessem ser fechados com as palavras de um poeta do Recife, não tão grande quanto a triade Cabral, Bandeira, Cardozo, mas certamente uma voz muito recifense. Carlos Pena Filho, já morto, fechava seu poema "Guia Prático da Cidade do Recife" com:

Recife, cruel cidade/jáguia sangrenta, leão /Ingrata para os da terra, /bôa para os que não são. /Amiga dos que a maltratam, /Inimiga dos que não/este é o teu retrato feito/com tintas do teu verso/le desmaias lembranças/do tempo em que também eras/noiva da revolução.

AS ÁGUAS E TODOS OS DIAS

continuação da página anterior

a sessão "que as catastróficas consequências das enchentes não venham tendo divulgação no Centro-Sul do País, onde se concentra o poder decisório e que deve ser sensibilizado para o trágico quadro com que se depara Pernambuco" (trechos de uma notícia do "Estado de S. Paulo", no dia 22). O ministro do Interior, Rangel Reis, já estava no Recife e logo anunciou a liberação de Cr\$ 20 milhões para atendimento aos flagelados e 125 milhões construção da barragem de Carpina, até 1977. No dia 23, pela televisão, o presidente da República anunciava a liberação de Cr\$ 120 milhões para atender a população do Estado: 1. Recuperação e construção de casas populares; 2. Liberação do Fundo de Garantia (Cr\$ 450 milhões para os trabalhadores); 3. Prorrogação por 120 dias do impostos para as indústrias; 4. Construção de mais uma barragem no município de Carpina, no Capibaribe; 5. Retificação e Alargamento do Capibaribe; 6. Controle do nível das águas do Beberibe.

Houve já uma indústria das secas quando se mobilizava a opinião pública em funação de interesses escusos e políticos regionais, forçando o governo federal a concessão de verbas vultosas. Já agora é de se prever que olhos cobiçosos volteiem para os créditos que o governo federal está a abrir para fazer face ao flagelo das enchentes. Alguns poucos enriquecem enquanto que o flagelado mesmo em nada se beneficia. Caberá a ele o ônus de construir sua casa, abrir novos créditos para a compra de móveis eletrodomésticos, somando, muitas vezes, a dívida nova a várias prestações ainda por pagar (João Vasconcelos Sobrinho, ecólogo).



Fu já sou flagelado há muito tempo. Sou aposentado pelo INPS por invalidez, tenho só um pulmão, o outro foi tirado quando estava em tratamento de tuberculose no Sancho. Na outra cheia fui flagelado e ganhei da Prefeitura 100 contos de réis. Mas o rapa: me deu o dinheiro e disse que tinha muita gente necessitada e só me deu mesmo 50 contos. Ele me disse que era pra outra pessoa necessitada. (Sinésio Pequeno de Freitas, 50 anos, morador do bairro do-Coque, Recife, abrigado numa escola).

"Essa é a terceira vez que eu venho como flagelada. Na última vez fiquei aqui mesmo, nessa escola. Fiquei dois dias e depois me mandaram pro seminário de Olinda. Lá eu fiquei sete dias e depois voltei pra casa. Ganhei 100 contos e um pacote com feijão, farinha e leite pro menino. Dessa vez sai de casa correndo, a água já estava entrando, eu já sei como é" (Cleonice Araújo do Nascimento, lavadeira, 49 anos, moradora no Santo Amaro, abrigada na mesma escola).

A bonança

No final da semana passada, havia euforia em alguns pontos de Recife diante das providências tomadas pelo governo federal. O governador Moura Cavalcanti agradeceu o "inesestimável apoio material". O presidente da Federação das Indústrias, Túlio Brandão Matos, afirmava: "Praticamente todos os pedidos dos empresários foram atendidos". Na Associação Comercial, José Lobo se declarava "completamente satisfeito". Realmente havia motivos para a euforia: o comércio, a indústria e a agropecuária terão Cr\$ 700 milhões à sua disposição nos bancos, a juros subsidiados; as empresas só pagarão imposto de renda e sobre produtos industrializados em 120 dias; a Caixa Econômica emprestará sem juros ou correção monetária um total de Cr\$ 150 para os que perderam móveis, eletrodomésticos e automóveis; os de renda média ainda terão acesso aos Cr\$ 200 milhões destinados à reconstrução de casas, para pagamento em 15 anos, sem hipoteca, e ainda poderão sacar parte dos Cr\$ 450 milhões de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço que o BNH promete liberar sem dificuldades. Como se vê, o grosso dos benefícios pós-choia vai para os empresários e para a população economicamente ativa. Aos desempregados e subdesempregados, que constituem grande parte das 600 mil pessoas que vivem nos mocambos e que, em condições normais, já não cruzam as portas dos bancos, não tem FGTS, os automóveis restarão Cr\$ 90 milhões. Trinta milhões destinados a mantê-los nos abrigos temporários e Cr\$ 60 milhões à abertura de uma frente de trabalho com dois mil empregos.

SATISFAÇÃO NO ITAMARATY

"É como se a Grã-Bretanha fosse convidada pela OEA para assistir à sua assembléia-geral, por causa de suas antigas ligações com os Estados Unidos"

O Itamaraty não escondeu a enorme satisfação com que recebeu o convite especial dos países africanos para assistir, como observador, à conferência da Organização da Unidade Africana (OUA), que começou no final da semana passada, em Kampala, capital da Uganda, sob a presidência do general Idi Amin. O inesperado convite apareceu num momento particularmente difícil para as pretensões da diplomacia brasileira de lançar-se à África: de um lado, embaraçada com as frequentes visitas à Brasília de um ativo ex-comandante das tropas portuguesas na África, o ex-general Antonio de Spínola; de outro, ainda não totalmente refeita da insólita indiferença do novo governo de Moçambique, que virou as costas para o Brasil e convidou para os festejos do último dia 25, em Lourenço Marques, em comemoração a sua independência, apenas os países que efetivamente colaboram com a Frente de Libertação Nacional, Frelimo, na sua luta contra o colonialismo português.

O convite da OUA não só desanuviou um pouco as apreensões, como trouxe de volta a retórica sobre a pretendida investida em direção à África. "Poucos países foram convidados a assistir à assembléia da OUA e isto mostra claramente o destaque especial que a organização africana dá ao Brasil", comentava na semana passada, o porta-voz do ministério das Relações Exteriores a Movimento. "É como se a Grã-Bretanha fosse convidada pela OEA para assistir à sua assembléia-geral, por causa de suas antigas ligações com os Estados Unidos".

O representante brasileiro nesta conferência da OUA, como se esperava, é o ministro Italo Zappa, chefe do Departamento da Ásia, África e Oceania, do Itamaraty, talvez o mais atuante diplomata do ministério na atualidade. Em Kampala, Zappa deverá retomar contatos com os líderes das novas nações africanas, iniciados em sua exaustiva viagem à África no final do ano passado, quando esteve em sete países em apenas dez dias e se encontrou, entre outros, com o então principal líder da Frelimo e hoje presidente de Moçambique, Samora Machel; e com os três líderes dos movimentos de libertação de Angola: Agostinho Neto, do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), marxista; Holden Roberto, da Frente de Libertação Nacional de Angola (FNLA), direitista; e, finalmente, com o representante do menos expressivo dos três movimentos, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). A estratégia é simples: tentar ficar bem com os três movimentos, independente de nuances ideológicas, para depois ficar bem com o que vencer a acirrada disputa pelo poder da nova nação, que terá sua independência formalizada no próximo dia 11 de novembro.

Houve uma época em que as afinidades do Brasil com a África eram bem maiores. O Obá (rei) de Benin (hoje a Nigéria) e seu vassalo, o Obá Ajan, de Onin (atual cidade de Lagos), foram dos primeiros a reconhecer a independência do Brasil. A presença da África na economia brasileira, então significativa, diminuiu aos poucos, sob o peso do colonialismo europeu no continente africano.

O Brasil vai à África, hoje, quase timidamente, com uma mão estendida à frente, oferecendo comércio e um tardio apoio à autodeterminação dos povos africanos, e outra atrás, escondendo o incomodo relacionamento de que não abre mão, com a África do Sul. Mas ainda assim o quadro é um pouco melhor que no tempo do chanceler Gibson Barbosa, quando a diplomacia também queria ir à África, mas não tinha nada a oferecer além de possíveis trocas comerciais, e ainda estava com as duas mãos atreladas. A política colonialista portuguesa e ao bom relacionamento com o governo racista de Pretória. O comportamento dos delegados brasileiros na ONU seguia a essa linha de coerência: abstinham-se ou votavam contra reso-



luções condenando o colonialismo, discriminação racial e *apartheid*. Na assembléia da ONU de 1973, por exemplo, o Brasil foi um dos sete países que votaram contra a independência da Guiné-Bissau.

O fracasso da investida à África, esboçada durante o governo Médici, e, portanto, facilmente entendido e a viagem do ex-ministro Gibson Barbosa ao continente africano, em fins de 1972, realmente não tinha porque dar — como não deu — bons resultados. As poses que mostravam Gibson montado em camelo em pleno deserto não abriram caminho, nem as frases fizeram efeito. O máximo que conseguiu, após visitar oito países da costa atlântica da África, foi a assinatura de acordos genéricos, desses que se assinam sem maiores compromissos. A melhor medida dos resultados da política em relação à África encetada por Gibson Barbosa está justamente no item que o levou à África: o comércio. No ano passado, todo o comércio do Brasil com o continente africano, que tem hoje mais de 45 países soberanos, não chegou sequer ao montante comercializado no mesmo período com a Itália, por exemplo. Apenas para citar alguns dos maiores países da África Negra, no ano passado as importações do Brasil de Somália, Tchad, Uganda, Alto Volta, Daomé, Gâmbia, Mali, Níger, República Centro Africana, Serra Leoa e Togo foram praticamente nulas. E as exportações do Brasil para esses países, somadas, não chegam sequer a casa dos 500 mil dólares. Um comércio, digamos, da ordem do preço pelo qual o atacante Paulo César foi comprado do Olympique de Marseille pelo Fluminense. Com Gana, Daomé e Camarões, três das oito nações africanas visitadas pessoalmente pelo ex-chanceler Gibson Barbosa em 1972, o comércio no ano passado ficou bem próximo do zero absoluto. Em termos culturais — a outra pretensão era "inclementar" as relações culturais com os países da

África — o resultado foi ainda mais desastroso e pode ser avaliado mais facilmente, pelo desconhecimento que o povo brasileiro ainda tem da existência da maioria das nações africanas. Quantos já ouviram falar de Burundi, Congo-Brazzaville, Ruanda, Tchad, Alto Volta, etc.?

Azeredo da Silveira voltou à África tropeçando nos escombros do fracasso de Gibson, mas favorecido com a deposição do salazarismo em Portugal, que fez ruir ao mesmo tempo a política do "realinhamento automático" que tantos males e dissabores causou à diplomacia e ao próprio governo brasileiro. Mas ficou o rancor. As vezes disfarçando, como, por exemplo, nas declarações que o encarregado de negócios de Guiné-Bissau, concedeu a imprensa durante a assembléia da ONU do ano passado. Ou sem rodeios, duro, como o manifestado pelo líder da Frelimo, Joaquim Chissano, em resposta sobre as possibilidades de cooperação entre Moçambique e o Brasil.

— Teria o Brasil tido interesse em cooperar com a Frelimo para libertar Moçambique?

— Teria o Brasil tido interesse em apoiar na luta contra o colonialismo na África?

— Qual ajuda o Brasil pode dar à desconcolização?

Do lado do Brasil, a vontade de conquistar a amizade das novas nações africanas é evidente. O próprio sucesso da diplomacia "pragmática" do governo Geisel depende, de certa forma, do sucesso desta política de aproximação com o bloco africano, especialmente com o líder da África negra, agora ainda mais fortalecida com novas nações emergentes do colonialismo lusitano. De acordo com as diretrizes da chamada teoria dos círculos concêntricos, traçada pelo general Geisel logo no seu discurso de posse, em março do ano passado, em primeiro lugar vem a América do Sul e, como um complemento, fechando o círculo, a África. Por outro lado, com um déficit crescente na balança comercial, enfrentando dificuldades na pretendida expansão das exportações, o modelo econômico brasileiro, desde o governo do general Garrastazu Médici, "descobriu" na África negra um excelente mercado potencial, principalmente na área de manufaturados e serviços, em que pese a concorrência natural com alguns países africanos na exportação de produtos primários, como o café, principalmente.

Os diplomatas do Itamaraty dizem que, a exceção de Moçambique, o relacionamento com as novas nações e mesmo com a África negra de um modo geral tem sido "excelente" e está "à beira de uma aceleração" comercial. "O Brasil tomou a decisão política de dinamizar as relações com a África e, para sentir a importância que hoje se dá a esse relacionamento, basta dizer que nas duas vezes que o chanceler Azeredo da Silveira foi à Europa (no final do ano passado, a Portugal; e há poucas semanas, à Alemanha para assinatura do acordo atômico) passou pela África. E uma coisa que não era costumeira e, quando ocorria, era ocasionalmente. São dados que mostram o grau de importância que o governo brasileiro dá à África".

Essa disposição também pode ser percebida, concretamente, pelo número de representações diplomáticas que foram abertas na África desde a posse de Geisel: mais de dez, número que deve ser aumentado segundo diplomatas do Itamaraty. O ministro Italo Zappa tem, assim, uma boa oportunidade para tentar dissipar as justificadas desconfiâncias e mágoas africanas em relação ao recente passado da política externa brasileira diante do colonialismo português. Mas tem de se resguardar do presente pois pode ficar numa posição constrangedora se o general Amin, presidente da conferência, que não tem poupadou ataques ao *apartheid*, resolver enumerar os poucos países do mundo que ainda mantêm relações diplomáticas com o governo racista de Pretória.

O dinheiro dos jornais portugueses no Brasil

Os ventos desfavoráveis que atingem atualmente o governo português parecem ter contribuído para reavivar os dois jornais portugueses destinados à colônia luso-brasileira e que andavam em maré-baixa: a "Voz de Portugal" e o "Mundo Português". O primeiro, agora nas mãos de Antonio Augusto Sarda, um antigo diretor-presidente do Banco Mercantil de Niterói, conseguiu saldar todas as suas dívidas e inicia uma série de pequenas reformas, enquan-

to o segundo tenta passar seu título para Fernanda Pires da Silva, antiga administradora da Torralt (empresamento turístico português), numa negociação que envolveria até mesmo o ex-governador Carlos Lacerda.

Tradicional porta-vozes dos setores mais conservadores da colônia no período salazarista, os dois semanários atravessaram sérias dificuldades financeiras desde que perderam as "bessnes" do antigo regime,

depois do 25 de Abril. Com dividas estimadas em 1 milhão de cruzeiros (só à Agência Financeira de Portugal devia 550 mil) a "Voz de Portugal" esteve inclusive prestes a fechar. Os débitos do "Mundo Português" — um jornal que tem uma circulação entre 12 a 15 mil exemplares — eram calculados até dezembro passado em torno de 800 mil cruzeiros, sendo que 600 mil em títulos avaliados por um de seus atuais proprietários, Joaquim Alerio de Carvalho, diretor delegado da TAP no Brasil e

afastado recentemente por uma comissão de inquérito que se encontra no Rio de Janeiro.

Com Augusto Sarda à frente do empreendimento, a "Voz de Portugal" está adotando em relação aos acontecimentos de Portugal uma posição que alguns portugueses da colônia consideram "moderada". Estes portugueses atribuem essa posição de Sarda não só ao fato dele ter-se sensibilizado por uma tese defendida por alguns setores da colônia de não tomar

partido em relação a situação política do país (nem pró nem contra), mas também a participação de um genro de Sarda — o socialista Jorge Carvalho Sá Borges — na pasta de Assuntos Sociais no gabinete recentemente extinto.

Quanto ao "Mundo Português", a situação ainda não parece definida. Sabe-se que além de Fernanda Pires da Silva, o jornal teria também participação de Lucio Tomé Feteira, um industrial do setor

de vidros com vinculação no "Novo Rio", (empresa pertencente a Carlos Lacerda). Com relação às modificações a serem introduzidas no jornal também não parecem muitas: anuncia-se como certa a ida de Teófilo de Andrade, velho jornalista de "O Cruzeiro", para editar o semanário, e tentar transformá-lo no centro aglutinador dos setores mais conservadores que desejam uma nova mudança da situação política portuguesa.

MOVIMENTO

Conselho Editorial

Alencar Furtado, André Forster, Audálio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Edgar da Mata Machado, Fernando Henrique Cardoso, Hermito Borba Filho, Orlando Villas-Bôas.

Conselho de Redação
Aguinaldo Silva, A.C. Ferreira, Bernardo Kucinski, Eifas Andrade, Fernando Peixoto, Francisco de Oliveira, Francisco Pinto, J.C. Bernardet, Marcos Gomes, Maurício Azevedo, R.R. Pereira, Teodomiro Braga.

Diretor de Operações

Francisco Marsiglia

Diretor Responsável

Antônio Carlos Ferreira

Editor

Raimundo Rodrigues Pereira

Editores especiais: Bernardo Kucinski e Marcos Gomes.

Nacional: Sérgio Buarque (editor-assistente), Carlos Alberto Sardenberg (editor-assistente), Murilo Carvalho (repórter), Teodomiro Braga (editor-assistente, Brasília), Francisco Pinto (chefe da sucursal de Brasília), Fátima Murad (repórter), Genilson Cezar e Celina Whately (sucursal Rio), Aguinaldo Silva, Percival de Souza (polícia), Bernardo Lerer (política paulista), Carlos Gentile de Melo (medicina), José Zatz e João Lizardo (ciência), Luiz Bernardes (repórter), Elmar Bôas, Carlos Mosman e Jefferson de Barros (repórteres, Rio Grande do Sul), Ivan Maurício (correspondente Nordeste), Luiz Pontual (correspondente, Salvador), Lelio Fabiano dos Santos (correspondente, Belo Horizonte), Dirceu Brisola, Maurício Azevedo e Ricardo Kotscho (editores contribuintes), Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Hamilton Almeida Filho, Moniz Bandeira, Nelson Werneck Sodre (colaboradores).

Economia: Arlindo Munglioli (editor), José Roberto de Alencar (consumo, editor-assistente), Hélio Pereira (repórter, Rio), Paulo Cezar (repórter, Brasília), Francisco de Oliveira (editor-contribuinte), Paulo Singer e Ricardo Bueno (colaboradores).

Cultura: Fernando Peixoto (editor), Flávio Aguiar e José Miguel Wisnik (editores assistentes), Ricardo Maranhão (teatro), Marcus Penchel (editor-assistente, Rio), Antonio Mendes Junior, Carlos Nelson Coutinho, Gilberto Vasconcelos, Heitor da Luz, Luiz Roncar, Marco Aurelio Nogueira, Paulo Vidal, Paulo Sérgio Pinheiro e Sérgio Pechman (livros), Jean-Claude Bernardet (cinema).

Internacional: Flávio de Carvalho (editor), Italo Sardenberg (redator), Paulo Esmanholo (América Latina), J. M. Nunes Pereira (África), Carlos de Souza (correspondente, Paris), David Klatter (correspondente, Nova York) e Jayme Sauchuk (correspondente, Londres).

Arte: Eifas Andreato (editor), Valdir de Oliveira (secretário gráfico), Joca Pereira e Silvio José Macedo (diagramação), Cássio Loredano, Chico Caruso, Carlos Clemen, Jota, Jayme Leão, Luiz Gê, Luiz Triunfo, Paulo Caruso, Rubem Grieco e Angeli (desenhistas), Izolda Hussak, Leda Trindade, Ricardo Alves, Augusto Ramasco, Antônio Carlos d'Ávila, Márcia Rabelo, Juca Martins e Antônio Saggese (fotógrafos).

Pesquisa: Maria Cecília Magalhães (chefe), Jacqueline Tyssen (Internacional) e Eduardo Macedo Mussi (economia).

Revisão: Luiz Roberto V. de Jesus e Armando A. T. Sartori.

Publicidade: Pedro João Gury

Administração: Luiz Carlos Bitencourt (chefe), Luiz Augusto Caetano (auxiliar), Maria das Graças Rodrigues (secretária).

MOVIMENTO é uma publicação de Edição S.A. Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administração e Redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo. Telefones: 210-6622 e 210-6744. Sucursal Rio de Janeiro: Rua Voluntários da Pátria, 249, Sala 202. Telefone: 226-0625. Sucursal Brasília: Edifício Marcia, sala 1.007. Telefone: 24.1627. Distribuição: Abril S.A. Cultural e Industrial, Rua Emílio Góeldi, 575, São Paulo. Telefone: 65-5111. Composto e impresso nas oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412, Pinheiros, São Paulo. Telefone: 282-2523. Material internacional via Varig.

Quando o desenvolvimento pode ameaçar a segurança



Discursando na Convenção da Arena que ratificou sua candidatura à presidência, o general Ernesto Geisel esclareceu que a doutrina da revolução de 1964 pode ser resumida no binômio desenvolvimento e segurança. Posteriormente, na primeira reunião ministerial, voltou a insistir que seu governo permaneceria fiel à doutrina estratégica do desenvolvimento e segurança, acrescentando que deve ser "reconhecido desde logo que, em essência, o primeiro é dominante".

Agora um dos ministros de Geisel, Severo Gomes, oferece nova contribuição ao aperfeiçoamento daquela doutrina. Em palestra na Escola Superior de Guerra, duas semanas atrás, o ministro da Indústria e Comércio alertou sabiamente que nem todo desenvolvimento fortalece o poder e a segurança nacionais, corretamente entendidos. Ao contrário, um desenvolvimento dependente e concentrador de renda pode significar um sério risco para a soberania e segurança nacionais, particularmente num mundo em crise e quando as grandes potências ocidentais procuram transferir o fardo de suas dificuldades para os ombros frágeis dos países subdesenvolvidos. Advertiu o ministro gravemente:

"Desenvolvimento econômico não tem necessariamente conexão positiva com o fortalecimento do Poder Nacional. Pelo contrário até, pois o alcance dos objetivos estabelecidos para a Nação pode ser comprometido por certas distorções geradas pelo próprio dinamismo do processo: pela atrofia de setores vitais; pela potencialidade de conflitos sociais produzidos pela concentração de renda ou pelo agravamento de um tipo de interdependência externa que mutila a capacidade de decidirmos sobre o nosso próprio destino."

O ministro lembrou que a crise mundial do capitalismo já está produzindo reflexos negativos sobre a economia brasileira. E argumentou que esses reflexos seriam menores se, nos últimos

anos, o desenvolvimento brasileiro não tivesse se apoiado principalmente na exportação para o mercado mundial, por um lado, e na importação de capitais e tecnologia externos, por outro. Segundo seu ponto de vista, "os reflexos no nível de atividades internas decorreram, sobretudo, de que a economia nacional vinha operando segundo um processo de crescente abertura para o exterior e um modelo de consumo de bens modernos, favoráveis ambos à ampliação do grau de interdependência econômica. De fato, a industrialização brasileira nos anos recentes se diferencia totalmente do modelo observado na década de 50". Ora, o reordenamento da economia mundial em curso, ainda segundo o ministro, está tomando uma direção que não corresponde às necessidades dos países subdesenvolvidos. O Brasil deve, portanto, preparar-se para dificuldades maiores, procedendo a um "reexame e revisão de conceitos, convicções e atitudes". Nas palavras do ministro: "No ano passado já havia mostrado que as grandes transformações ocorridas, dentro e fora do País, indicavam a necessidade de um reajustamento da política de desenvolvimento adotada pelo Brasil a imposições da história contemporânea. Apontava, então, a necessidade de redução da dependência externa e do fortalecimento do Poder Nacional. Verifica-se, agora, que a estrutura que no final virá a prevalecer para a economia internacional requererá esse fortalecimento."

As advertências do ministro Severo Gomes foram corajosas e oportunas. Mas deixaram algumas dúvidas. Uma: para enfrentar os desafios que despontam, seria suficiente introduzir correções táticas dentro da mesma rota estratégica que o País vem seguindo? Ou seria necessário buscar uma nova estratégia econômica? E a dúvida seguinte: toda reformulação de política mexe nos interesses estabelecidos e suscita resistências; seria possível uma nova política econômica sem um novo quadro de forças sociais e políticas para sustentá-la?

A semana em Brasília

Chico Pinto

SUCURI À MODA DO PLANALTO

Hoje em dia tenho me dedicado a leituras amenas e às vezes edificantes. Por isso coloco aqui uma receita retirada dos originais do livro "Pompa e Cerimônia" de J. Iglésias, F. Teixeira e M. Carvalho, que realmente me impressionou pelo bom gosto e refinamento dos ingredientes.

Espero que, como eu, meus leitores tenham um bom jantar, numa noite morna qualquer.

Tome uma sucuri bem gorda — deve ter pelo menos 3 centímetros de diâmetro — tire o couro, corte a cabeça e a parte fina do rabo. Limpe-a bem com limão, vinagre e muita água corrente. Reserve.

Separadamente prepare um molho com: um copo de vinho branco, seco, de preferência da margem esquerda do Reno. Uma xícara de chá de vinagre. Três limões, apenas o suco. Duas cebolas grandes, batidas. Cheiro verde picado. Dois tomates em

pedacinhos. Cinco pitadas de pimenta do reino. Uma colher das de chá de pimenta malagueta vermelha. Duas colheres de azeite de oliva português.

Apanhe a sucuri, já limpa, corte-a em pedaços de 30 centímetros, aproximadamente. Coloque os pedaços numa vasilha e cubra com o molho.

Deixe repousar num recanto úmido e fresco por três horas.

Agora chegou a hora do recheio, que deve ser cuidadosamente preparado assim: tome 1 quilo de camarões grandes de Santa Catarina, 4 tomates gaúchos, 250 gramas de ostras cariocas, 1 xícara de farinha de milho mineira e 2 ovos caipiras. Refogue os camarões com cebola e gordura bem quente. Depois vá acrescentando, com vagar, os outros ingredientes. Deixe tudo cozinhar na própria água, até que o caldo engrosse e o camarão esteja bem macio.

Agora, passemos à terceira etapa.

Apanhe os pedaços da sucuri que ficaram no molho e recheie-a com os camarões e as ostras. Para não derramar o recheio, convém atá-los com um barbante.

Coloque-os então nas assadeiras, regadas com o próprio molho onde repousaram por 4 horas.

Asse em forno quente por 20 minutos.

Depois de assado, passe manteiga para dourar.

Como servir.

Prepare uma grande bandeja. Corte 1 lata de palmitos em rodelas, 2 tomates e 1 cebola grande.

Coloque os pedaços da sucuri sobre um fôfo leito de tenras alfaces. Enfeite-as com tomates, o palmito e a cebola. Se quiser, coloque azeitonas gregas para dar um toque clássico.

Servir bem quente, acompanhado de uma Piuu legítima.

Distensão e Conjuntura

Vista do lado dos grupos sociais chamados "insatisfeitos", que incluem operários, classe média, funcionalismo público, a distensão somente pode ter sentido se for para alterar o quadro social dos últimos anos, marcado pela deterioração dos padrões de vida: entre 1965 e 1974, o salário mínimo médio real passou do índice 107 para 90,2 (segundo os dados da Revista de Administração de Empresas, FGV, S. Paulo, vol. 14, nº 5, e Conjuntura Econômica, FGV, Rio, vol. 29 nº 1, jan. 1975).

E não se pode dizer que o salário mínimo não é representativo na economia nacional: em 1973, segundo dados do Ministério do Trabalho, os trabalhadores que recebiam até 1,27 salários-mínimos representavam 48,43% dos empregados na indústria e 45,2% dos empregados no comércio e serviços.

Para o amplo espectro do funcionalismo público, a situação não era melhor: enquanto o índice de salários nominais passava de 100 em 1968/1969 para 286 em 1974/75, o custo de vida medido pelo índice da Guanabara (bem representativo para o funcionalismo público, ainda bastante concentrado na antiga capital) passava

de 100, para 317, no mesmo período (Revista Conjuntura Econômica, de janeiro 70, 72 e 75).

Do lado dos grupos sociais empresariais, a distensão somente pode ter sentido se for para manter o seguinte quadro, a julgar pelos depoimentos do próprio grupo social: enquanto em 1959, a participação do capital nos rendimentos totais da indústria era de 0,571, no ano de 1970 essa participação havia se elevado para 0,623 (dados dos Censos Industriais de 1960 e 1970, FIBGE).

Um fenômeno é causa do outro e vice-versa. O estilo de crescimento do país nos últimos anos beneficiou, enormemente, a acumulação de riquezas. E portanto, lícito admitir que, se a distensão tiver um sentido de alteração desse quadro, os empresários estarão contra. Não vale dizer agora que são favoráveis ao aumento dos salários dos trabalhadores. Por que não o fizeram durante o período das "vacas gordas", quando era mais fácil? E por que o proclamam agora, no período das "vacas magras", quando tudo é mais difícil? Simplesmente porque estão interessados e em superar a crise de conjuntura, mesmo que seja por via inflacionária.

Ainda os debates sobre os contratos de risco



"Em si, o capital e a técnica são neutros. O Estado é soberanamente forte. A Petrobrás é, hoje, uma empresa de grande porte. Possui um excelente corpo técnico, que teria condições de acompanhar e fiscalizar os contratos" — General Afonso de Albuquerque Lima, à revista *Veja* defendendo a adoção de fórmula dos contratos de risco — entre a Petrobrás e firmas estrangeiras para que estas possam explorar petróleo no Brasil, tendo participação nos resultados da exploração.

"Há 20 anos o Brasil era ainda um país distante dos mínimos parâmetros de desenvolvimento. O petróleo representava uma esperança vã sob a terra. Acontece que, graças à obstinação e à determinação dos brasileiros, o petróleo se tornou uma realidade, embora não alcançasse as necessidades que o nosso desenvolvimento exigia. A Petrobrás, hoje, é uma empresa de porte internacional. O Brasil transformou-se em um país em pleno desenvolvimento." Para épocas distintas, os problemas e suas soluções são distintos" — General A.A. Lima sobre o mesmo tema, à revista *Visão*.

As declarações do general Albuquerque Lima defendendo os chamados contratos de risco, fórmula encontrada para se contornar o monopólio estatal do petróleo, estão sendo amplamente exploradas. Depois de uma afirmação inicial pelos contratos, feita no prefácio de um livro (*Movimento* nº 2), ele deu pelo menos duas importantes emprevistas reafirmando sua posição.

O seu raciocínio contudo parece desembocar neste evidente absurdo: O Brasil tornou-se independente, por isso pode voltar a ser dependente... A verdade é que nem o país ainda totalmente independente, nem deve retroceder em nenhum de seus esforços para alcançar uma independência econômica que consolide sua independência política.

O general Albuquerque não mencionou os dados em que alicença sua visão otimista. É uma pena, pois todos os estudos conhecidos até agora dos levantamentos anuais de *Visão* às pesquisas minuciosas do economista suíço Jean Bernet, indicam que a influência do capital estrangeiro sobre a economia brasileira não diminuiu, mas se acentuou nos últimos anos. O capital externo, que já dominava o comércio de exportação e importação e a indústria de bens

de consumo duráveis, transbordou para a indústria de bens de capital e de bens de consumo não-duráveis; cresceu nos serviços, com os bancos de investimentos, as companhias de seguro, as empresas de turismo ou as firmas de consultoria; e está invadindo até redutos sagrados das empresas nacionais, como a indústria têxtil, o comércio interno e a agropecuária. Segundo o Banco Central, o total de investimentos estrangeiros saltou de 1 bilhão e 461 milhões de dólares em 1969 para 5 bilhões e 100 milhões no ano passado, dos quais mais da metade correspondem a reinvestimentos dos lucros obtidos aqui mesmo.

Como aceitar, diante desse panorama, que o domador já cresceu bastante e o tigre está suficientemente envelhecido e desdentado para que se possa soltá-lo na sala de visita sem prejuízo?

O general Albuquerque esgrimiou outro argumento em suas entrevistas "Há 20 anos, o Brasil era uma nação extremamente vulnerável e, portanto, sujeita a pressões externas. As nações subdesenvolvidas sofriam interferências em suas vidas nacionais por parte das nações mais poderosas. Hoje o mundo é diferente". O general Albuquerque Lima tem razão, em parte. Os povos oprimidos conquistaram expressivas vitórias contra o colonialismo. Alguns países subdesenvolvidos estão adotando medidas em defesa de sua soberania estatal e de suas riquezas naturais. Nos próprios países capitalistas desenvolvidos a opinião progressista condena cada vez mais a política intervencionista de seus governos. Não se pode ignorar também que a relação de forças entre os EUA e outros países capitalistas desenvolvidos, como o Japão, a Alemanha Ocidental ou a França, se alterou, alargando a faixa de manobra dos países subdesenvolvidos. Porém, não menos certo as grandes empresas internacionais continuam se expandindo e, através dos conhecidos processos de conglomeração e multinacionalização, se tornaram até mais gigantescas. Tudo isso acarreta novos abalos à segurança e ao desenvolvimento dos países da Ásia, África e América Latina. A história do petróleo é exemplar. Depois de alguns sucessos, os países exportadores de petróleo foram submetidos a dura pressão diplomática e militar dos EUA para que não elevassem mais os preços. Enquanto isso, os grandes países ocidentais revalorizavam unilateralmente suas reservas de ouro e aumentavam os preços de suas exportações. O resultado é que a receita dos países exportadores de petróleo voltou a cair. O Irã, que obteve com seu petróleo uma renda de 20 bilhões de dólares em 1974, prevê recolher este ano apenas 16 bilhões. Por isso amplia-se o círculo dos países subdesenvolvidos que tratam de intensificar e não relaxar sua vigilância e sua luta. E mesmo os que faziam concessões de áreas às empresas petrolíferas, como a Venezuela, estão revogando as concessões e nacionalizando suas jazidas. Ao contrário do general Albuquerque, para quem a nova época exige uma solução distinta, a tendência é justamente seguir o exemplo da Petrobrás; das emprevistas do general, uma objeção fica de pé: o Brasil se encontra numa extrema dependência do fornecimento externo de petróleo (cerca de 75%). Mas a saída é a que foi aberta em 1953: o estrito monopólio estatal, combinado com a redução do consumo através de fontes alternativas de energia e de novas prioridades industriais e de transportes.

Um gaúcho no Conselho Editorial de Movimento

O gaúcho André Cecil Forster é o novo membro do Conselho Editorial de *Movimento*. Natural de Santa Cruz, no Rio Grande do Sul, Forster foi presidente do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt quando estudava na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal. Também presidiu a Associação Gaúcha de Sociólogos, de 1968 a 73, e foi um dos fundadores do Instituto de Estudos Políticos e Sociais — IEPES do MDB do Rio Grande do Sul, em 1973, tornando-se também secretário-executivo da entidade, cargo que ocupa até hoje. Ajudou a fundar os IEPES de Santa Catarina e da Bahia. Atualmente, também é professor de Sociologia nas Faculdades de Direito e Economia da Universidade do Rio dos Sinos, em São Leopoldo.

André Forster, ao integrar o Conselho Editorial de *Movimento*, terá a função de, juntamente com o Conselho de Redação do jornal, escolher o editor de *Movimento* a cada início de ano, ou substituí-lo a qualquer época, de acordo com os regulamentos da empresa, se houver necessidade. Este Conselho deve também discutir e analisar a linha editorial de *Movimento* e verificar a sua aplicação prática pelos editores. Já faziam parte do Conselho Editorial:

Edgar de Godói da Mata-Machado, mineiro, 62 anos, ex-professor universitário, secretário do governo de Minas Gerais e deputado. Em 1969, teve o mandato cassado e também deixou a Universidade; Francisco Buarque de Hollanda, 32 anos, compositor, autor de teatro e escritor; Hermilo Borba Filho, 58 anos, pernambucano, romancista, teatrólogo, professor universitário, escritor entre outras obras *Agá, Memórias de um Cavaleiro de Decadência*; José de Alencar Furtado, cearense, 49 anos, deputado pelo MDB do Paraná, é o 2º vice-presidente da Câmara e presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as empresas multinacionais no Brasil; Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e economista, é um dos diretores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — Cebrap e autor, entre outros livros, de *O Modelo Político Brasileiro e Autoritarismo e Democracia*; Orlando Villas-Boas, paulista, 36 anos, sertanista, dirige o Parque Nacional do Xingu, em Mato Grosso; Audálio Dantas, alagoano, 45 anos, jornalista, é editor da revista *Realidade* e presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

Estas personalidades orientam a linha editorial de *Movimento* juntamente com o Conselho de Redação, composto por 12 jornalistas, cujos nomes estão no expediente ao lado. O Conselho de Redação detém 51 por cento das ações da empresa, obtidas mediante doações das quase 300 pessoas que compraram ações de *Movimento*.

Estas pessoas, ao adquirirem as cotas, doaram 51% ao Conselho. Mais tarde, por fórmulas jurídicas que ainda estão sendo estudadas, o controle acionário hoje nas mãos dos 12 membros do Conselho de Redação será repassado a todos os jornalistas que trabalham em *Movimento*.

Saem os fazendeiros, ficam os índios

Uma situação inédita: cinco reservas indígenas criadas em terras ocupadas por fazendeiros. Mas foi um erro que a Funai agora vai corrigir

Em outubro do ano passado, Mário, um dos líderes dos 800 índios xavante que vivem na reserva de São Marcos, em Mato Grosso, passou quase duas semanas em Brasília tentando entrevistar-se com o general Ernesto Geisel para pedir a retirada dos 18 fazendeiros que vivem dentro dos limites da reserva. "Sou brasileiro; por que o chefe de todos nós não pode falar comigo?" Mas ele só conseguiu ser recebido pelo ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, a quem está subordinada a Fundação Nacional do Índio e, de qualquer forma, pediu uma providência concreta. "Fiz uma promessa ao meu povo de levar uma solução, não promessas. O governo pode tirar os fazendeiros de São Marcos agora; é só mandar o Exército. E, se isso não acontecer, nós vamos derramar nosso sangue". Rangel Reis fez a promessa de solução — "os fazendeiros sairão dentro de poucos meses" — mas Mário pediu que ele promettesse por escrito, não só porque "tudo que é escrito fica como prova" como porque com um documento poderia convencer o resto da tribo do sucesso de sua ida a Brasília. O ministro do Interior, porém, sabia que o problema tinha dezenas de anos e preferiu não escrever. "Você não confia em mim?", perguntou ao índio, que nada respondeu.

Realmente, os xavante já não acreditavam nas autoridades. Mas na semana passada a Funai anunciou que pedirá a liberação de 15 milhões de cruzeiros para indenizar os 18 fazendeiros que ocupam 68 mil dos 82 mil hectares da reserva de São Marcos. "O governo federal liberará uma verba especial para as indenizações", disse o general Ismarth de Oliveira, presidente da Funai, "mas com o adiamento pelo Ministério do Interior, poderemos resolver mais depressa o problema". Se resolver, a atual direção da Funai evita não só que os xavante cumpram sua promessa de atacar os fazendeiros como elimina um dos mais graves problemas herdados da desastrosa administração do general Bandeira de Mello, que dirigiu a Funai no governo Médici.

A briga dos xavante com os fazendeiros, como a de todos os índios com os brancos, nasceu com a ocupação do país, mas foi oficializada pela Funai em 1969. Nesse ano, ela criou as cinco reservas ocupadas pelos 2.500 xavante em Mato Grosso, num total de 441 mil hectares (1). A de São Marcos, no rio das Mortes, tinha 82 mil hectares, mas só 14 mil ficariam com os índios; nos outros 68 mil já estavam instalados, há vários anos, os fazendeiros. Há controvérsias sobre quem chegou primeiro, mas não há dúvidas de que a Funai errou ao criar as reservas numa área ocupada, como se os fazendeiros não existissem. Na verdade, eles não só provavam sua presença com o gado, as lavouras, as queimadas da mata e a retirada de madeira, como exibiam títulos de propriedade da terra expedidos pelo extinto Departamento de Terras de Mato Grosso.

Alguns se instalaram naquelas terras na década de 20, conseguindo os títulos poucos anos depois. Mas nem o próprio governo de Mato Grosso acreditava na validade desses documentos, pois o Departamento de Terras do Estado concedia

propriedades a quem requeresse (vendeu áreas até na Bolívia) e por isso foi extinto em 1967. Ao assumir, em 1970, o ex-governador José Fragelli tomou uma decisão curiosa: ignorou os documentos expedidos pelo Departamento. Os fazendeiros, porém, alegavam que haviam comprado as terras de boa fé e, como chegaram a dizer, não achavam justo abandoná-las em favor de "meia dúzia de índios".

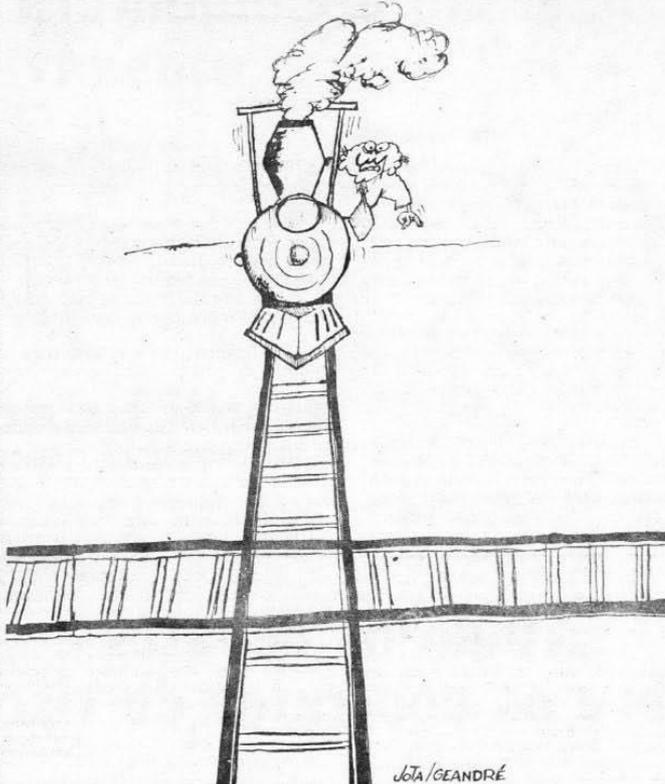
A disputa se tornaria mais tensa em 1973, quando um decreto de Médici confirmava os limites das cinco reservas e não mencionava, novamente, os fazendeiros. A rigor, eles deveriam ser simplesmente expropriados. Mas, pressionado por todos os lados, enviaram o deputado Gastão Muller ao gabinete do ex-presidente, em setembro de 73, para dizer que havia um clima de tensão fomentado pelos padres salesianos que assistem os índios na reserva de São Marcos. "Se os fazendeiros quisessem", dizia Gastão Muller, "sobrindo de Filinto Muller, "poderiam ter partido há muito tempo para uma luta armada e seria muito fácil vencer os índios. No entanto, eles aguardam uma solução a nível federal que não os prejudique". Muller tinha razão nos dois pontos: 1) alguns meses depois, dois canhões de fabricação caseira e um pequeno arsenal de mão seriam encontrados na fazenda de Octacílio José dos Santos, um dos fazendeiros mais repudiados pelos índios; 2) e, em outubro, o presidente da República corrigindo o decreto anterior, mandaria pagar as indenizações aos fazendeiros.

Os dois decretos assinados por Médici em 29 de outubro de 1973 consideravam as terras ocupadas pelos fazendeiros como de utilidade pública para fins de desapropriação. Isso significava que a Funai deveria examinar os documentos daqueles que se diziam donos e, reconhecida a propriedade, pagar as indenizações. Para o ministro do Interior na época, Costa Cavalcanti, hoje diretor da empresa que constituirá a hidrelétrica de Itaipu, o gesto do presidente era uma maneira de conciliar os interesses de índios e fazendeiros. E, ainda, uma resposta "às tendenciosas acusações internacionais feitas ao Brasil no que toca à proteção pessoal, aos costumes e às áreas dos silvícolas, pois envolve medida decisiva para assegurar a continuidade e o desenvolvimento da comunidade indígena".

O ministro, se rebatia a denúncia de genocídio de índios no Brasil, escolhia mal o fato. Não só os fazendeiros não sairiam naquela época como os índios não ficariam protegidos. Ao corrigir seu erro agora, no entanto, a Funai elimina um de seus maiores problemas e corrige uma penosa exceção da política indigenista: esta foi a primeira vez em que se criou uma reserva indígena em terras ocupadas por fazendeiros.

(1) Reserva, segundo o Estatuto do Índio, "uma área destinada a servir de habitat a grupo indígena, com meios suficientes à sua subsistência". Além da de São Marcos, foram criadas para os xavante as de Sangradouro, Pimentel Barbosa, Areões e Couto Magalhães.

Emergência para os trens



Na quinta-feira, dia 17 o trem descarrilou na estação de Magno, em Madureira, matando onze pessoas. Na sexta-feira, o governo divulgou a nomeação do coronel Carlos Aloisio Weber para a 8ª Divisão da Rede Ferroviária Federal (a que cuida do transporte suburbano no Grande Rio); no sábado, o general Milton Mendes Gonçalves desmentiu que estivesse demissionário, e minimizou a indicação do coronel Weber ("isso foi decidido muito antes do desastre: o ministro dos Transportes me perguntou, "onde nós colocaremos o coronel Weber?" No subúrbio, eu respondi"). No domingo, outra vez Milton Mendes anunciou a elaboração, nos dois últimos dias, de um plano de emergência para melhorar a situação do transporte suburbano no Grande Rio: "o plano será entregue amanhã (segunda-feira) ao Presidente da República", prometeu.

Na terça-feira à noite, veio de Brasília a notícia de que o Conselho de Desenvolvimento Econômico aprovava um programa de emergência, no valor de Cr\$675 milhões, a ser executado pela Rede Ferroviária Federal, com o objetivo de acelerar as medidas de modernização e segurança dos serviços de subúrbio do Grande Rio.

O programa, estabelecido para os anos de 1975/76, tem nove prioridades: construção da linha entre Francisco Sá e Tragem; melhoria e ampliação dos sistemas de eletrificação, sinalização, de comunicações e licenciamento; melhoramentos em via permanente; reconstrução e modernização de trens-uniões; melhoria, reforma e ampliação de estações, pátios e terminais; ampliação e reequipamento de oficinas e depósitos, e fechamento da faixa (quer dizer, a construção de muros ao longo da via férrea).

Ainda na terça-feira, o ministro interino dos Transportes, general Newton Ciro Braga, anunciou que um plano diretor dos subúrbios está sendo elaborado pela Rede Ferroviária Federal para solucionar, de maneira ampla, no futuro, os transportes ferroviários do Grande Rio, devendo ser concluído no início do próximo ano: "a execução do plano ainda não tem prazo previsto para ser iniciada, mas é certo que deverá ser feita a longo prazo", explicou o Ministro. Uma explicação que, certamente, não satisfará os usuários da Central: na segunda-feira, um trem que atrasou 68 minutos foi depredado na estação de Vila Rosali, na Baixada Fluminense. E na terça-feira um vagão pegou fogo com a composição em movimento, fazendo dezenas de passageiros saltarem pelas janelas, perto da estação de Austin (também na Baixada).

Reprovados

Dois eminentes homens da iniciativa privada, um dos quais crítico confesso da distensão e inimigo da instalação de indústrias em Minas Gerais, foram reprovados em economia e finanças.

• O diretor do Banco Comércio e Indústria de São Paulo, Antonio Luis Teixeira de Barros, conhecido como "Tóto", neto de Armando Salles Oliveira, não passou na sabbatina a que foi submetido para a diretoria do Banco do Brasil.

• O industrial Luis Eulálio de Bueno Vidigal, presidente do Sindicato da Indústria de Autopeças e diretor presidente da COBRASMA, foi reprovado numa longa conversa com diretores e técnicos do Banco Central, exatamente quando se tratou de discutir economia brasileira.

Um cidadão colunável

Depois de uma presença contínua de mais de dez anos nas colunas sociais do Rio e São Paulo, nas quais aparece sempre com um empresário jovem, dinâmico e bem sucedido, Ricardo Amaral, dono da cadeia de lanchonetes Rick e de centros de diversões no Rio, apareceu nas páginas menos nobres dos jornais. Um juiz de Nova Iguaçu condenou-o a dois anos de prisão, com suspensão condicional da pena, pela morte de dois funcionários da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Thomaz Belegarde Matiz de Maracajá e Cyrene Stumpf de Maracajá, por ele atropelados no quilômetro 28 da Via Dutra, em fins de 1973.

A pena imposta a Ricardo Amaral pelo Juiz Newton Paulo Azeredo da Silveira foi considerada excessivamente branda. Além de não ter socorrido suas vítimas, ele utilizou sua experiência no mundo dos negócios para tentar dar ao inquirido um rumo que lhe assegurasse a impunidade. Embora a sua Mercedes Benz tenha invadido a pista contrária, a do sentido São Paulo-Rio, onde pegou o casal de velhos, o perito designado para o caso, Walter Ferreira, "descobriu" uma série de pormenores que lhe garantiriam a absolvição ou a atenuação da pena. Segundo o perito, que liberou o carro de Ricardo antes mesmo da conclusão do laudo, Ricardo Amaral teria perdido o controle da direção por causa de um defeito na pista, onde se refletia a luz de um posto de gasolina próximo; a Mercedes teria sido abalroada por outro carro e só por isso teria irrompido pela pista contrária.

Tudo isso teria passado como verdade se um agente funerário de Nova Iguaçu não tivesse entrado no caso: ao saber que havia dois corpos não identificados no necrotério local, de onde saíam para sepultamento em cova rasa, como indígenas, ele partiu por conta própria para identificar as vítimas, através da chapa do carro, licenciada no Município de Pirai, RJ, e por essa pista chegou a Wesley Stumpf de Maracajá, filho do casal. Wesley descobriu os corpos tinham sido saqueados por soldados da Polícia Militar do antigo Estado do Rio que intervieram no caso; o perito tinha feito um laudo sob encomenda (depois de apresentá-lo, foi transferido para a Delegacia de Angra dos Reis, bem distante do local); Ricardo Amaral pôde reaver logo todos os seus bens (uma mala de viagem e uma pasta tipo 007) e sair sereno do acidente, no qual feriu uma perna. Dias depois, reapareceu também nas colunas sociais, onde se anunciava que ele estava machucado, mas não se fazia a mínima alusão à origem do ferimento nem aos dois corpos que ele deixou sem vida à beira da estrada.

Diálogo Nacional

Faltam trinta minutos na entrevista que o secretário da segurança de São Paulo, coronel Antonio Erasmo Dias, concede ao programa "Diálogo Nacional", quinta-feira, no Canal 7, São Paulo. Os minutos correspondem a perguntas simples e respostas exaltadas do secretário sobre os problemas da polícia e da segurança de São Paulo. O secretário chegou a se levantar de sua cadeira, o dedo apontado para um dos três repórteres que lhe perguntou a respeito da delegacia de Homicídios, "que há seis anos não descobre um assassino".

— O sr. disse que ia me pisar os calos e já estou sentindo dores, disse o secretário.

— Mas é uma pergunta que qualquer pessoa gostaria de fazer. E nos garantiram que podíamos perguntar livremente, aqui, disse o repórter. Neste momento, o deputado federal Blota Junior, "mediador" do programa, pediu os comerciais. A interrupção durou quase uma hora, o suficiente para cortar trinta minutos da gravação. Enquanto

isso, alguns delegados e oficiais à paisana que assessoram o secretário, cercavam os repórteres:

— Vocês são muito indelicados. Isto não é pergunta que um jornalista faz a um secretário. Vocês vieram aqui para subverter o programa, para não dizer outra coisa.

O "Diálogo Nacional" prosseguiu com a garantia de que não se colocasse o secretário em má situação. Isto foi conseguido, pois os três jornalistas disseram que não se sentiam mais em condições de participar. Eles continuaram sentados nas poltronas que a direção do programa lhes destinou e as perguntas correram por conta dos seguintes entrevistadores: deputado estadual Gustavo Korte Jr., do MDB; deputado federal pela ARENA Ivahyr de Freitas Garcia, ex-presidente da Associação dos Delegados de Polícia de São Paulo e o deputado estadual do MDB, Rafael Ranieri, também antigo delegado de polícia.

Agricultores vs. multinacionais

O Programa Nacional de Alimentação e Nutrição deve ser baseado na produção dos pequenos agricultores ou nas grandes empresas multinacionais?

Diz-se que o general Ernesto Geisel deixa seus ministros discutirem e divergiem a vontade, antes das decisões finais, e isso parece ser rigorosamente verdadeiro no caso do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, que mobilizará 30 bilhões de cruzeiros e tem sido excepcionalmente discutido. O programa deverá ser apreciado numa das próximas reuniões do Conselho de Desenvolvimento Social (CDS) e só depois se saberá se prevaleceu o plano original, elaborado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN, em convênio com o Ministério do Planejamento, que beneficiaria pequenos agricultores. Ou o plano do ministro da Previdência Social, Nascimento e Silva, que defende a inclusão de grandes empresas multinacionais no fornecimento de alimentos para o programa.

Segundo o *Jornal de Brasília*, "o programa (original) foi montado com base em estudos desenvolvidos pelos órgãos governamentais de pesquisa estabelecem em 60%", o índice de famílias brasileiras que se situam na faixa de renda inferior a 10 salários-mínimos e em 33% o índice de famílias com renda de até um salário-mínimo". O jornal teve acesso ao estudo feito pelos técnicos do governo revelavam que a alimentação mínima que um indivíduo necessita por mês equivale, a preços atuais, a 50% do salário-mínimo de hoje. Uma

família média de cinco pessoas necessita, portanto, de dois e meio salários-mínimos para alimentar-se satisfatoriamente, o que significaria um salário indispensável de Cr\$ 1.331,60 por mês.

O governo admite: **baixo poder aquisitivo resulta em desnutrição.**

Dentro dessa realidade, o programa elaborado pelo INAN consistiria, basicamente, na doação de alimentos a gestantes, crianças e famílias de trabalhadores assalariados de renda mais baixa. Os técnicos que participaram do trabalho negam que isso signifique paternalismo, não discutem o caráter paliativo do plano e fazem duas observações: "O governo distribui merenda escolar e ninguém fala em paternalismo", e "a subnutrição é o maior problema do país hoje". Além, em toda a América Latina, 12,5 milhões de crianças terão morrido, por desnutrição, ao final desta década, segundo informou em Caracas, em maio passado, o subsecretário para Assuntos Sociais e Humanitários das Nações Unidas, Helvi Spila. No mesmo dia, a 25 daquele mês, o Ministério da Saúde informava no Brasil que o baixo índice desnutricional é a causa principal ou correlata de quase 80% da mortalidade infantil até cinco anos. E revelava os números de Goiânia, onde o índice de mortalidade é de 102,64 por mil crianças nascidas vivas.

"As causas da subnutrição que atinge amplas camadas do



povo brasileiro" foram enumeradas com sinceridade semelhante no 1º Programa de Nutrição e Alimentação do Ministério da Saúde, que deveria atender as populações mais necessitadas nos anos de 1973 e 1974. O programa foi abandonado, ao mudarem os planos do INAN após a destituição de seu diretor Luiz Gamba, que o próprio governo afastou por corrupção, mas as causas da subnutrição, segundo o Ministério, permanecem: "Resultado de deficiências institucionais, distorções estruturais, atraso tecnológico, ineficiência do sistema administrativo, insuficiência e inadequada distribuição de recursos materiais e financeiros, além de outros desfavoráveis aspectos socio-econômicos que caracterizam o estado de subdesenvolvimento

em que ainda se encontra o país, condicionando os baixos níveis de renda per capita e o reduzido poder aquisitivo da maioria da população".

"A subnutrição no Brasil" — conclui o relatório do Ministério da Saúde — "tem, portanto, como principal fator determinante, o baixo poder aquisitivo de grande parte de sua população, reflexo do deficiente nível de desenvolvimento sócio-econômico nacional".

Um ministro em defesa das multinacionais

Os estudos do programa original do INAN inicialmente levavam em conta três opções para a viabilização do plano. A primeira previa a importação dos alimentos e foi logo rejeitada porque implicaria num

acentuado aumento do déficit da balança comercial. A segunda opção, produção de alimentos através das grandes indústrias, foi abandonada porque, entre outros inconvenientes, também aumentaria as distorções do perfil da distribuição de renda, uma vez que a maioria destas grandes empresas de alimentos estão instaladas no Sudoeste do país. Acabou prevalecendo a opção de produção de alimentos através dos pequenos agricultores, de propriedades até 50 hectares, alternativa que implicaria numa ampla reformulação do atual sistema de crédito rural, de maneira que os pequenos camponeses tivessem acesso aos empréstimos e pagassem juros mais baixos e num prazo maior.

Por esta opção, não seria garantida a produção de alimentos para as populações mais pobres, como acabaria promovendo certo desenvolvimento do pequeno agricultor. Os 30 bilhões de cruzeiros calculados para quatro anos de programa viriam, principalmente, do INPS, que também colocaria sua estrutura em favor da distribuição dos alimentos. Mas o ministro Nascimento e Silva, a quem o INPS está subordinado, não concordou. O ministro achava que as grandes empresas multinacionais têm mais condições de atender as necessidades do plano que os pequenos agricultores, e chegou a ir ao general Geisel, no final do mês passado, expor sua tese. Ainda no palácio do Planalto, depois do encontro, Nascimento e Silva tornou público a divergência e disse que defendia as multinacionais porque elas atingem os grandes centros urbanos, além do meio rural. E como as grandes indústrias de alimentos estão solidamente instaladas nas maiores cidades do país, seria então mais fácil atingir a população das cidades através delas. Entre as seis multinacionais que seriam incluídas no programa estavam a Nestlé e a Toddy.

As empresas multinacionais também têm cumprido a sua parte, insistindo para que participem do programa. Uma das mais importantes, a Nutribac, do grupo Rockefeller, apareceu com um tipo especial de milho, chamado **Opaco-2**, produto de que ela monopoliza tanto a produção através da Agroceres, com a comercialização, **Opaco-2**, segundo a Nutribac, é a melhor alternativa "para alimentar melhor as crianças em menor custo". Um folheto da empresa, com fotos, "Revolução na alimentação de crianças" explica: "É difícil acreditar que essas fotografias sejam da mesma criança, mas de fato são". A criança da esquerda está extremamente desnutrida, enquanto a da direita, três meses depois de **Opaco-2**, está gorda, saudável. O folheto de propaganda continua: "Quando foi admitida no hospital, essa criança sofria e já começavam a cair seus cabelos por falta de proteínas. Imediatamente, ela começou a ser alimentada com o milho **Opaco-2** como única fonte proteica. A direita, é a mesma criança, forte e sadia, com seus cabelos nascendo de novo. Essa transformação feita com o milho **Opaco-2** levou apenas 3 meses".

Como no Ministério, há discussões e divergências quanto ao poder miraculoso do milho da Nutribac, pois os nutricionistas não acreditam na transformação apontada nas fotografias. Mas, a parte esta controversa, nos últimos dias já se falava numa solução intermediária entre os dois planos. A solução seria dividir a produção de alimentos destinados à nutrição dos brasileiros entre os pequenos agricultores e as grandes indústrias. O ministro Reis Veloso, do Planejamento, viu o programa inicial elaborado por técnicos do INAN e da sua Pasta, e o teria aprovado, embora assustado com o volume de recursos. Até agora, entretanto, não se sabe se isso significa que as empresas multinacionais estão fora do programa.

Educação

Nem ensino nem supletivo

O ensino supletivo não consegue ser nem ensino nem supletivo. Mas 125 mil pessoas de mais de 18 anos aguardam nesta semana, o resultados dos exames a que se submeteram como um meio de recuperar o tempo perdido e alcançar a universidade.

Primero, deram-lhe o nome de artigo 99. Porque pensavam que se tratasse apenas de uma pequena ilha de interessados cercada por todos os lados pelo mar de escolarizados. Depois, mudaram-lhe o nome para exame de maturidade, em homenagem à maturidade desejada. Mais tarde, vendo que estavam diante de uma vasta extensão de terra, sem escolas nem diplomados, batizaram-no de Ensino Supletivo.

A palavra ensino pressupõe a transmissão do conhecimento transmitido. Mas, no Ensino Supletivo, a primeira componente é irrisória diante da segunda: neste momento, no Estado de São Paulo, 125 mil pessoas, todas maiores de 18 anos de idade, aguardam com angústia o início desta semana, quando a Secretaria Estadual de Educação divulgará os resultados dos exames supletivos realizados no fim do mês passado.

Desse 125 mil, cerca de cinquenta mil esperam esses resultados para obter o certificado equivalente à conclusão do 2º grau (antigo colegial) a fim de continuar sua penosa marcha — muitas vezes iniciada no Mobral — em direção à faculdade. Mas não chegarão lá. Pelo

menos não a grande maioria. Mesmo antes de divulgados os resultados pode-se afirmar quase com certeza absoluta que mais de 45.000 estarão reprovados em Matemática, Ciências Biológicas ou Ciências Físico-Químicas.

Uma proporção semelhante de reprovados ocorrerá em relação aos outros 70 mil candidatos que fizeram exames supletivos de 1º grau: Português, Matemática e Ciências Físicas e Biológicas reprovaram com certeza cerca de oitenta por cento.

Por que? Porque o Estado, nesse ramo da Educação, passa de supletivo a punitivo. O Estado examina mas não ensina. Setenta por cento dos inscritos nos exames supletivos que se realizam duas vezes por ano em todos os Estados do Brasil provêm de cursinhos particulares — na maior parte, artuques — que, a preços "médicos" e em suas prestações mensais "preparam", a matriculados e machadados, o ingênuo e esperançoso candidato.

Mas, na hora do exame, o Estado não perdona ao candidato o pecado de não lhe ter dado escola no tempo devido. Como acontece com os desprotegidos da fortuna, a vítima acumula também o ônus de ser réu. E as

provas são elaboradas por funcionários das Secretarias de Educação, na farsésica suposição de que os candidatos seguiram durante 11 pacientes anos, os cursos regulares, e sem perder uma vírgula dos ambiciosos programas e currículos emanados de algum hermético gabinete ministerial do planalto goiano.

Resultado: 3.665 candidatos foram aprovados em Ciências Físico-Químicas nos exames de junho do ano passado, em São Paulo; mas haviam se inscrito para a prova 40.901 candidatos: 3.791 foram aprovados em Matemática, mas os inscritos eram 40.544. Isso no 2º grau. No 1º grau (antigos primário e ginasial) os índices de reprovação foram um pouco menores, mas mesmo assim assustadores: 77% e 79%, respectivamente em Matemática e Ciências. Em compensação, Educação Moral e Cívica — a menina dos olhos das últimas gestões no Ministério de Educação e Cultura — aprovou 95,83% no 1º grau e 75,47% no 2º grau.

Em 1971, quando os exames supletivos passaram a ser feitos pelo Estado, e não mais pelas escolas, como era até então, a reprovação em Matemática, Ciências e História foi de mais de 90%.

O que é, afinal, o Ensino Supletivo? A lei federal 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus, e que veio substituir grande parte da lei 4.024, de 1961 (a antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) — e que costuma ser, pelas autoridades, enfaticamente chamada de "reforma do ensino" — tem todo o capítulo IV, com seus cinco artigos, sete parágrafos e quatro alíneas, dedicado ao Ensino Supletivo.

Nessa lei, e em trabalhos posteriores do professor Valmir Chagas, assessor do MEC e relator do grupo de trabalho de que a lei se originou, há claras explanações do que se trata. O Ensino Supletivo tem por finalidade dar Educação a quem não teve na época oportuna. Com suas quatro funções — suplência, suprimento, aprendizagem e qualificação — o Ensino Supletivo, na letra da lei e no espírito que a cercou, constitui todo um universo paralelo ao ensino regular de 8 séries de 1º grau e mais 3 de 2º grau, também estabelecidos pela lei 5692/71. Sua função educacional é cristalina: constatando, que a mensa maioria da população em idade escolar ou mesmo em faixas posteriores a ela não tem, nunca teve e nem certamente terá a oportunidade de passar 11 anos na escola regular, o Estado, teoricamente, assume a responsabilidade de criar condições para que as pessoas galguem, de formas simplificadas e abreviadas, os degraus necessários que lhe permitam retomar o processo educacional regular. De que maneira? O parágrafo único do artigo 24, diz: "O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação".

Cursos e exames. Portanto, uma linha paralela à linha regu-

lar, duas linhas paralelas que acabariam se encontrando não no infinito, mas em pontos bem definidos do processo educacional (a passagem do 1º para o 2º grau e a passagem do 2º grau para a universidade) de maneira a permitir que as pessoas não escolarizadas voltassem a poder estudar.

Mas existem obstáculos. O primeiro já foi visto: reprovações em massa nas disciplinas estratégicas. O segundo adquire formas mais sutis: os limites de idade. Pela lei, só podem prestar exames supletivos de 1º grau os maiores de 18 anos, e de 2º grau, os maiores de 21. A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em administrações anteriores, desperdiçou energia e tempo tentando fixar a data limite mínima em que alguém possa ser considerado maior do que 18 ou 21 anos. Num Estado como São Paulo, um dia a mais ou menos na fixação desse limite pode significar permitir ou impedir o exame a milhares de candidatos. A Secretaria da Educação do Estado do Rio de Janeiro foi mais além: os emancipados (menores de 18 anos com autorização judicial para determinadas atividades) requeriam, há anos, o direito de inscrever-se em exames supletivos de 1º grau. "Se temos o direito de dirigir automóvel e ganhar a vida, porque não o de fazer uma prova escolar?". Mediante numerosos e complicados mandados de segurança, conseguiram, depois, o direito à inscrição. Este ano, a Secretaria, que não se resignara à derrota, inventou a novidade de permitir que o emancipado faça todas as provas menos uma, e só faça essa quando completar a idade regulamentar.

Mas a terceira forma de dificultar a vida dos que querem obter um certificado de conclusão de 1º ou 2º graus é a prática

de descumprir a própria lei. Já se viu que a lei manda dar cursos e exames. Vem o Estado e dá o exame. O curso é dado pelo "cursinho", nas precárias condições que todos conhecem.

Para atenuar um pouco esse cabal descumprimento da lei, o Estado de São Paulo — através do Conselho Estadual de Educação — começou a autorizar, em março do ano passado, escolas particulares a ministrarem cursos supletivos: cursos intensivos (dois anos para o 1º grau, um ano e meio para o 2º) equivalentes aos cursos regulares. *Vantagens*: o aluno faz o curso numa escola fiscalizada pelos órgãos oficiais; seu aproveitamento é avaliado periodicamente e ele não precisa fazer os exames supletivos; obtém os certificados correspondentes. *Desvantagens*: só pode matricular-se com um mínimo de 16 anos no 1º grau e 19 no 2º; é obrigado a pagar as mensalidades (num colégio da capital paulistana, por exemplo, seis prestações de 260 cruzeiros no 1º grau, seis de 325 no 2º).

Em todo o Estado de São Paulo, até o momento, existem 179 escolas particulares autorizadas a ministrar esses cursos supletivos, e as primeiras turmas estão se formando este mês.

Mas, e os cursos supletivos públicos e gratuitos, que o Estado deveria dar e não dá, limitando-se a examinar os candidatos que vem de "cursinhos"? Em todo o Estado de São Paulo, só há quatro: um em São José do Rio Pardo, outro em Monte Mor, outro em Maringá, e um em Campinas, para 80 alunos, este fruto de um convênio entre a Prefeitura e um cursinho particular. No Estado do Rio de Janeiro, há um Centro de Estudos Supletivos; de outros Estados, pouco se sabe. E, mais uma vez, o Estado falha em sua função de ministrar Educação pública.

DOCUMENTO

Um capítulo do novo livro do historiador Moniz Bandeira

A SOCIEDADE SECRETA DOS CARTÊIS

Utilizando a corrupção e a intimidação como métodos de trabalho, o cartel da indústria de material elétrico agiria em todo o mundo destruindo seus competidores. No Brasil, ele teria envolvido a Empire, a Wallita, a Acesita, a Cibie e outras indústrias.

"Cartéis e Desnacionalização — a Experiência Brasileira (1964/1974)" de autoria de Moniz Bandeira, a ser lançado nesta semana pela Editora Civilização Brasileira, é um estudo sobre a atuação recente dos grandes grupos internacionais na economia brasileira e as várias formas de penetração de que se teriam utilizado para dominar importantes setores da estrutura industrial brasileira. O livro se preocupa particularmente em estudar a atividade dos grandes cartéis internacionais no país — como o da indústria elétrica e o dos produtores de fertilizantes — mostrando que o cartel ainda é um instrumento amplamente utilizado para se impedir que o país fique autônomo em vários setores industriais.

O autor ficou mais de oito meses exclusivamente dedicado ao livro e diz que não chegou a utilizar nem um terço do material que conseguiu coletar sobre o assunto. O livro já tem edição contratada na Argentina, nos Estados Unidos e na Alemanha, o que reflete o enorme interesse que o estudo das chamadas empresas multinacionais vem despertando em inúmeros países. Um de seus grandes colaboradores no livro — feito com pesquisas e entrevistas a vários industriais — Kurt Rudolf Mirov, um dos empresários que mais tem lutado no Brasil contra os cartéis internacionais. Mirov prestou recentemente um grande depoimento em Brasília sobre o assunto na "CPI das multinacionais" e esteve na Europa e nos Estados Unidos pesquisando e depondo (no Senado dos EUA e na Federal Trade Commission) sobre o mesmo tema.

Moniz Bandeira, professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, já publicou vários livros e trabalhos sobre a realidade brasileira, entre eles o importante "Presença dos Estados Unidos no Brasil", lançado em 1973, também pela Civilização Brasileira. O capítulo VIII de "Cartéis e Desnacionalização", que publicamos a seguir tem, assim como os demais capítulos do livro, inúmeras notas explicativas. Além de citações, suprimimos muitas delas mantendo apenas as indispensáveis para a compreensão do texto.

Não houve nenhum motivo específico para a venda da Peterco e da Cibie à Worthington-Studbaker, segundo Klaus Peter, antigo proprietário dessas duas firmas brasileiras. "Não queríamos nem precisávamos vendê-las. Foi uma questão de oportunidade. A Worthington-Studbaker demonstrou interesse em comprá-las e pagou o preço que pedimos", ele explicou. Mas a Seção de Iluminação Pública da International Electric Association (IEA), o cartel internacional da indústria de material elétrico, tinha uma razão muito definida para inspirar a transação. Era necessário subjugar a Peterco e a Cibie, as únicas firmas independentes que ainda operavam no setor de iluminação pública e na produção de faróis para veículos. E, como suas concorrentes — Phillips, General Electric e Siemens — não deviam aparecer, a fim de não chamar a atenção, a Worthington-Studbaker, membro nº 55 da velha IEA e já condenada nos Estados Unidos por participação num conluio da indústria de material-elétrico (1), incumbiu-se de propor e efetuar o negócio (2).

Klaus Peter sabia, evidentemente, que, se não vendesse as duas empresas, o cartel da indústria de material elétrico, representado no Brasil, pelo Instituto Brasileiro de Estudos sobre o Desenvolvimento da Exportação de Material Elétrico Pesa-

do (IBEMEP), procuraria arruiná-las, movendo-lhes uma guerra sem quartel, com todas as armas ao seu alcance. Esse cartel, dos mais ativos e poderosos, tem uma história tão sinistra quanto antiga. Sua origem, destacada como exemplo da formação dos monopólios imperialistas, monta à primeira década do século XX. Àquele tempo, na indústria elétrica alemã, havia 7 ou 8 grupos (compostos por várias sociedades, cada um com o respaldo de 2 a 11 bancos), que se fundiram e deram lugar a 2 apenas, sob a denominação de AEG (Sociedade Geral de Eletricidade) e Siemens & Halske-Schuckert.

Esses grupos, que mantinham estreita cooperação, firmaram com o truste norte-americano General Electric Co. em 1907, um acordo para a repartição do mercado mundial. Suprimiu-se a competição: a General Electric recebeu os Estados Unidos e o Canadá, enquanto a AEG ficou com a Alemanha, Áustria, Rússia, Holanda, Dinamarca, Suíça, Turquia e os Balcãs. E, sem dúvida, eles também firmaram acordos com relação às filiais que penetraram em novos ramos da indústria e nos países que surgiam, ainda não formalmente distribuídos e com vistas a um intercâmbio de invenções e experiências.

Como se salientou, a concorrência com esse truste, realmente único, era bastante difícil, uma vez que ele dispunha de um capital de vários milhares de milhões e tinha sucursais, representações, agências relações etc., em todas as partes do mundo. Mas a divisão do mercado entre dois trustes fortes não excluía, naturalmente a sua redivisão, no momento em que a correlação de forças se modificava, em consequência da desigualdade do desenvolvimento, das guerras, dos *craks* e de outros fatores. E foi o que aconteceu, em 1930, quando 8 corporações internacionais (AEG e Siemens, da Alemanha; British Thompson-Houston, English Electric, GEC e Metropolitan Vickers, do Reino Unido; Brown Boveri, da Suíça; International General Electric e Westinghouse Electric International, dos Estados Unidos) firmaram o Acordo de Compensação e Notificação Internacional (INCA), repartindo novamente o mercado mundial, com o objetivo de eliminar a competição e promover a elevação geral dos preços dos equipamentos elétricos.

O fundo paga os gastos das propostas frias

Pelo Acordo de Paris, as 8 corporações se obrigavam a comunicar à secretaria do cartel todas as consultas para fornecimento de material elétrico a países situados fora da Europa, com exceção da União Soviética, Japão, Estados Unidos, Canadá e colônias francesas e espanholas. A secretaria, coordenando as operações, indicaria então a que empresa caberia a vez de atender à encomenda e o valor a cobrar. Os outros membros do cartel apresentariam preços superiores. O INCA também mantinha um fundo de compensação, ao qual a firma vencedora recolheria determinada importância, como parte do ressarcimento das despesas que as demais associadas teriam com as propostas de fornecimento destinadas a perder a licitação. (3)

Na mesma época, as indústrias norte-americanas do ramo constituíram outro cartel, a Electrical Apparatus Export Association (EAEA), dirigido para o mercado interno e vinculado ao INCA. A Federal Trade Commission, em 1947, consi-

derou-o ilegal, de conformidade com os preceitos do Sherman Act de 1890 e determinou a sua dissolução, mas as corporações norte-americanas nunca se desligaram, efetivamente, do cartel internacional, que, em 1936, tomou nova forma.

Aquele ano, o INCA cedeu o lugar à International Electric Association (IEA), organização mais aperfeiçoada, que passaria a coordenar as atividades dos diversos cartéis setoriais da indústria de material elétrico, dominando, então, cerca de 15 (posteriormente, mais de 25) linhas de produção. Essa sociedade, soberanamente, repartiu o mundo, os ramos das indústrias de material elétrico e o valor das empresas que congregava. Os ramos foram separados em seções do cartel e seus nomes substituídos por uma letra de código (4). E os membros receberam números, como, por exemplo, AEG, nº 1; Brown Boveri, nº 3; Siemens nº 8; General Electric Corporation, nº 5; ASEA, nº 14; Demag, nº 27; Elim (Austria) nº 31; Sprecher und Schuh, nº 33; Voith, nº 41; Asgen Ansaldo San Giorgio (vinculada à GE), nº 47; Westinghouse (representada pela ACEC-Charleroy), nº 62; Schneider (Mecânica Pesada), nº 70 e Smit Nijmegen, nº 83. Em 1967, as firmas japonesa (Hitachi, Toshiba e Mitsubishi, entre outras, entram na IEA, mas, em virtude da legislação antitruste do seu país, declinaram de receber número. E o seu primeiro negócio foi fornecer equipamentos eletromecânicos para a CESP (Centrais Elétricas de São Paulo S.A.), na Ilha Solteira.

O novo acordo também previa a criação de um fundo de depósito, para custear a concorrência à morte contra competidores que não participassem do cartel, em territórios cujo mercado ele deveria monopolizar. O fundo poderia, igualmente, financiar o mesmo estilo de luta, em termos de competição predatória, contra empresas que se desligassem do cartel. Os ajustes celebrados pelo IEA, a pretexto de eliminar a competição feroz em vendas a países onde não existiam indústrias domésticas do ramo (não se consideram as subsidiárias como empresas domésticas) sempre objetivaram a liquidação dos concorrentes, a divisão do mercado e à fixação de preços altos, possibilitando o aumento das exportações das empresas que integram o cartel.

Durante a guerra, os entendimentos com a Alemanha

Durante a Segunda Guerra Mundial, o cartel encontrou algumas dificuldades, mas nem por isso deixou de funcionar (5). O *Trading with the Enemy Act* (Inglaterra, 1939) permitia-lhe receber pagamentos de compensação de membros não britânicos, enquanto proibia as firmas inglesas de cumprirem esse tipo de obrigação no exterior. A General Electric e os sócios britânicos continuaram, no entanto, a pagar suas mensalidades e contribuições, mantendo vivo o cartel, para sua posterior revitalização. Os entendimentos com os alemães, durante a guerra, nunca cessaram, efetuando-se em território de países neutros, como a Suíça (veja Nota da Redação). Esse fato se tornou evidente com a efetivação, em 8 de junho de 1945, ou seja, 30 dias após o término da Segunda Guerra Mundial, de um novo acordo de cartel, englobando firmas alemãs e dos países aliados, acordo esse que já estava pronto para a assinatura desde 1944. Em 1947, a Federal Trade Commission determinou o fechamento da EAEA, dos Estados

Unidos, mas as corporações norte-americanas continuaram a manter o pacto do cartel, tanto assim que, 13 anos depois, irrompeu o escândalo de Filadélfia, quando 29 empresas e 46 dirigentes da indústria de material elétrico foram autuados e processados.

Todos os ajustes do IEA, sempre visando à eliminação da concorrência e à elevação dos preços dos equipamentos elétricos, abrangiam também as companhias associadas ou licenciadas pelas casas matrizes, tais como, por exemplo, a Indústria Elétrica Brown Boveri S.A. — Osasco — São Paulo, controlada pela Aktiengesellschaft Brown Boveri AG & Cie. — Baden — Suíça, membro nº 3 do cartel, conforme contratos assinados em Londres e devidamente registrados, de acordo com as leis alemãs, no Departamento Federal de Cartéis (Bundeskartellamt). Mas isso não excluía a formação de cartéis regionais, como a EAEA, dos Estados Unidos.

Assim, em 1964, 8 subsidiárias de empresas internacionais (General Electric, Siemens, AEG, ASEA, ITEL, Induselet-Westinghouse, Brown-Boveri e Line Material Hitachi), instaladas no Brasil, resolveram firmar um *special agreement*, criando o Instituto Brasileiro de Estudos sobre o Desenvolvimento da Exportação de Material Elétrico Pesado (IBEMEP) (6), cujo registro José Manoel Azzurza Ugarte, seu presidente, solicitou ao 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, em 18 de março de 1964.

Jogo sujo contra as empresas brasileiras

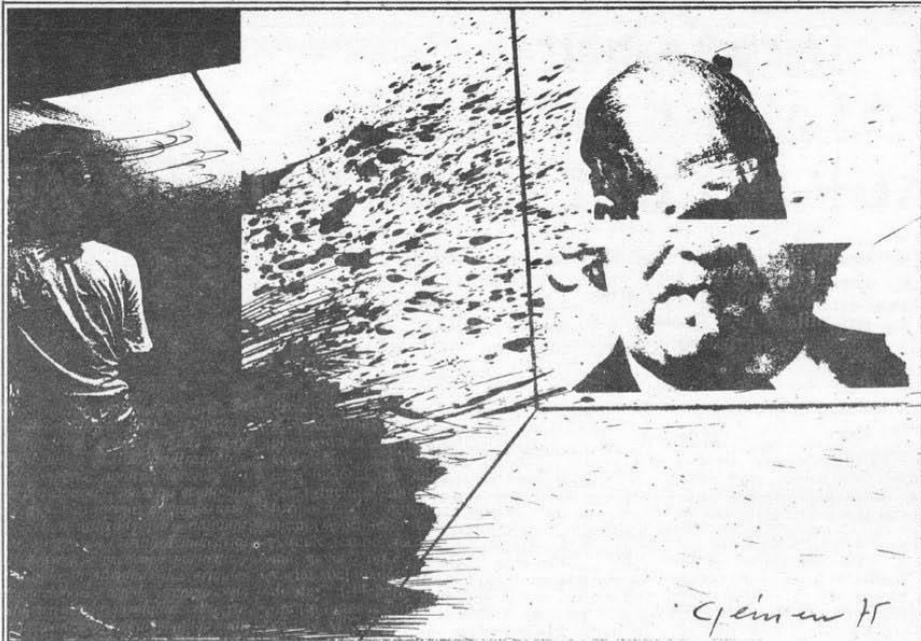
O IBEMEP levava o mesmo nome do cartel francês (Office d'Etudes pour l'Exportation du Material Electro-Mécanique Français (7) e de outros, revelando com isso sua filiação internacional e a padronização dos seus métodos de trabalho. E o regimento interno que adotou, copiava o estatuto da IEA (8), determinando que os preços finais de venda deveriam incluir 2%, a fim de formar uma reserva para combater aos não associados (9). Em outras palavras, essa reserva financeira a guerra de extermínio que as empresas cartelizadas, em rodízio, conduziram contra as concorrentes. Quando, em 1968, uma firma (pioneira) de transformadores do Nordeste, a CEMEC (Construções Eletromecânicas do Ceará), não permitiu que a Brown Boveri assumisse completamente seu domínio, Renato Meier, diretor-superintendente da corporação suíça, proclamou numa reunião de alto nível do IBEMEP:

— Agora é necessário destruir a CEMEC (10)!

E não só a CEMEC. Várias outras empresas brasileiras de material elétrico estavam na alça de mira do cartel, que, para esmagá-las, utilizaria todos os recursos ilegais, da corrupção (11) à sabotagem industrial, criando-lhes problemas de crédito e dificuldades na obtenção de certas matérias-primas, retendo a entrega de componentes e promovendo o *dumping* etc.

A Empire (terceiro maior fabricante de televisores) começou, em 1969, a enfrentar alguns problemas financeiros e logo a Philips e a Philco, que com ela concorriam, manifestaram o interesse de comprá-la. Mas não chegaram a nenhum

continua na página ao lado



continuação da página ao lado

entendimento quanto ao preço e a Sylvania, que fornecia componentes à Empire, dispôs-se a adquiri-la e passou a pressioná-la, dificultando-lhe o crédito e a entrega das encomendas, com o objetivo de induzi-la à negociação. Em janeiro de 1970, firmou-se um contrato pelo qual a Sylvania, durante 60 dias, ocuparia a direção da Empire, esta permanecendo praticamente paralisada, a fim de que se procedesse a um levantamento de sua situação. No meio do contrato, porém, a Sylvania desistiu da compra, compelindo a Empire, cujas dificuldades então se avolumaram, a pedir concordata, com um passivo de Cr\$ 60 milhões. E, depois que isso aconteceu, ela propôs nova negociação, pagando finalmente pela Empire um preço menor do que antes oferecera. A Philips, em 1974, utilizou o mesmo método contra a Zilomag S.A., que pediu sua própria falência, após deixar de cumprir vários compromissos em virtude da retenção de componentes, enquanto a Siemens acossava a Eletromáquinas Anel S.A., até quebrá-la.

Outro método de combate às empresas nacionais consistia no fornecimento irregular de fios de cobre, cujo mercado a Pirelli, que, em 1969, incorporou a Isofil S.A., firma independente, dividiu com a Ficap, ambas integrantes de um cartel associado à IEA. Vítima desse método, conhecido como *gangorra do cobre*, a Walita (fabricante de eletrodomésticos) passou para o controle da Philips. E a Citylux S.A., em 1972 e a Lustrêne S.A., em 1974, abriram falência. A Pirelli, cujos produtos sempre foram sujeitos a rígido controle de qualidade, forneceu carretéis de fios de cobre defeituosos à Walita, o que acarretou volumosas devoluções de ventiladores, liquidificadores, criando-lhe inúmeros embaraços financeiros. E à outras firmas, como a Citylux e a Lustrêne, suspendeu o fornecimento, sob qualquer pretexto e, posteriormente, entregou as encomendas de uma só vez, impondo severas condições de pagamentos, que, não cumpridas, levariam as duplicatas a protesto. Em novembro de 1974, a Motores Bufalo S.A., de São Paulo, começou, por seu turno, a receber fios de cobre defeituosos.

Assim, desde 1964, diversas firmas brasileiras passaram para o controle das corporações associadas ao IBEMEP e ao IEA, muitas vezes sem que sequer percebessem as verdadeiras causas de sua desgraça. Em 1966, a ASEA adquiriu a Arno S.A. e a Toshiba, a Irne Irmãos (Negrini S.A.). A Pirelli, em 1967, comprou a Isofil S.A. A Westinghouse incorporou, em 1969, a Marini Dominelli S.A. e, em 1971, a Eletromar. A Brown Boveri fez o mesmo

com a Resilan, em 1969, e com a Transistrol S.A., em 1972, enquanto a Dynamic absorveu a Positron S.A., em 1971. Outras, como a Tecnotransportes S.A. e a Fichet Schwartz Hautnont, fabricantes de equipamentos navais, encerraram suas atividades, devido à falta de mercado por causa de importações subvencionadas, deixando assim a indústria brasileira de produzir material elétrico para convés, quando, entre 1960 e 1966, pôde prover todos os navios montados no País (12).

Contra a Acesita para ajudar o dumping japonês

"O cartel tentou ainda dominar um setor de vital importância para a indústria de material elétrico, o da produção de chapas silicosas (13), a cargo, no Brasil, da Acesita — Aços Especiais Itabira S.A., empresa da qual o Estado possuía a maioria das ações. A ofensiva, conjugada com os interesses do cartel internacional do aço e, em particular, do cartel de chapas silicosas, culminou, em 1972, quando a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), sob a direção de representantes das corporações associadas ao IBEMEP e ao IEA, começou a exigir a liberdade de importação de chapas silicosas, com isenção de direitos, como se não existisse similar de fabricação nacional e divulgou uma carta circular, na qual atacava duramente a Acesita, provocando o protesto de várias firmas brasileiras.

Naquela época, a campanha contra a tecnologia empregada pela Acesita para a produção de aço silício, com laminação a quente, ganhou intensidade. A Nippon Steel anunciou que estaria em condição de produzir, através da Usiminas, chapas silicosas de grão orientado, com laminação a frio, tendo efetuado um acordo com a Armco (norte-americana) para que ela não fornecesse *know-how* à Acesita. A implantação do projeto seria acelerada, de sorte que a produção de aço silício pudesse começar em 1973.

Coincidentemente, misterioso desastre ocorreu com o trem de laminação da Acesita, obrigando-a a paralisar a sua produção. E a Yodogawa, firma japonesa à qual a Acesita encomendara 12 cilindros de laminação, só lhe entregou 4, dos quais 2 logo se romperam (abril de 1972) e 2 quebraram, algumas semanas depois, sem muito uso. Tudo isso serviu como pretexto para que a Comissão Executiva do Conselho de Política Aduaneira autorizasse 3 firmas (Unifrio, Eletromar e Abramo Eberle) a importar aço silício com isenção de direitos.

Essa decisão permitiu que os japoneses promovessem o *dumping* no mercado brasileiro, introduzindo chapas silicosas a preços *kamikazes*, o que determinou uma queda de 25% no faturamento da Acesita.

Seu presidente, Wilkie Moreira Barbosa, então denunciou:

"Não é preciso muita acuidade para perceber que todos esses fatos — a começar com os processos e comissões de inquérito — fazem parte de um todo orgânico e muito bem articulado, cujo único objetivo é destruir a empresa brasileira, que ousou entrar para o clube dos privilegiados" (14).

A eliminação da Acesita possibilitaria o estrangulamento de centenas de pequenas e médias empresas brasileiras de material elétrico, uma vez que elas não teriam condições de cumprir as cotas normalmente impostas pelo cartel internacional para a compra de chapas silicosas, matéria-prima essencial e insubstituível, tão importante para o setor como os fios de cobre e os componentes. A Acesita conseguiu, entretanto, sobreviver e, em maio de 1974, o Governo, já sob a presidência do general Ernesto Geisel, voltou a proibir as importações de chapas silicosas. Quanto ao projeto da Usiminas, empresa do Estado, mas orientada pela Nippon Steel, (15), nem sequer começou a funcionar, pelo menos até fevereiro de 1975 e, ao que tudo indicava, jamais começaria, porque o seu objetivo realmente não era produzir aço silício com laminação a frio e sim destruir quem o produzia, no Brasil, com laminação a quente.

1 - No processo de Filadélfia, em 1960, foram autuados 29 empresas e 46 diretores da indústria eletrotécnica. Trinta diretores receberam pena de prisão sendo que o da General Electric passou seis meses na cadeia. A esse processo se seguiram outros 1.880 suplementares, com bilhões de dólares em custas. A Westinghouse e a GE, como sempre, participaram de todos eles.

2 - Como a legislação norte-americana não permite, a Worthington não aparece formalmente como membro da IEA. Mas nenhuma firma que não pertence ao cartel consegue fazer qualquer negócio com ele desde 1964. Desde essa época, todas as suas encomendas de motores elétricos com capacidade superior a 150 hp foram feitas a membros do cartel, sem considerar qualidade ou preço.

3 - As primeiras restrições à competição internacional decorreram dos acordos de licenciamento, que obrigavam seus signatários a não vender a mercados onde havia outro fabricante usando as mesmas patentes. Esses acordos que prevaleceram na década de 20 reduziram ou praticamente eliminaram a competição entre as empresas de material elétrico.

4 - Por exemplo, em maio de 1965, foi registrado no Departamento Federal de Cartéis, de Berlim, o acordo P(H)C (P de pool, H a letra de código para transformador e C para indenização), da Seção de Transformadores da IEA.

5 - Em 1939, as corporações norte-americanas firmaram um acordo de cartel para fornecer equipamentos de propulsão, cobrando *over-price*, a seis destroyers encomendados pelo Brasil aos Estados Unidos (Baur, Benevento, Bocaina, Bertoga e Babington) desativados em 1972/73.

6 - A IBEMEP tinha sede em São Paulo à avenida Rebouças, 1164, tel.: 282-0987, conforme a Lista Telefônica de São Paulo, 1973, pag. 586.

7 - O cartel francês tinha sua sede no seguinte endereço: 214, rue Joseph Sunshoeuf, Paris 8ème.

8 - Agreement P(H)C, 19 th may 1965 registrado no Bundeskartellsamt (Departamento Federal de Cartéis) Berlim e revogado por outro acordo em 1971. Esse acordo para a venda de transformadores previa pagamento de até 4% do preço FOB ao Fundo de Depósito (fundo de combate).

9 - Regulamentos nº 2 e 10 de 27/6/67 do IBEMEP. Com a alteração nº 1 ao Regulamento nº 10, as cláusulas de combate foram assim explicitadas: (1) "Os preços finais de venda decididos em reunião deverão incluir 2% para constituição, pelo componente que receber a encomenda, de uma reserva para combate. (2) É obrigatório o aviso de recebimento de todos os pedidos de compra à coordenação. (3) Caso haja necessidade de combate, este será iniciado sempre que possível pela firma que tiver acumulado maior reserva. Em outro documento do IBEMEP, Sugestões do Departamento de Vendas à Diretoria para a Regulamentação de Vendas de Transformadores de acima de 7.5 KVA e 69 Kv, um dos seus itens propunha que o membro que não participasse do programa de vendas do cartel fosse sistemática e alternativamente combatido pelos demais, com a utilização das reservas. Documento anexo ao Processo Administrativo nº 9, movido pela Codina contra a Brown Boveri, no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

10 - Relatório interno da reunião do IBEMEP, distribuído aos diversos membros participantes dos encontros de alto nível do cartel. Cópia dirigida a Jean Rousseau, diretor-superintendente da firma Indusele, subsidiária da ACFE Charleroy. Desse encontro participavam Thomas Romanach (GE), Manoel da Costa Santos (ASEA) e Henrique Breur (Brown Boveri), entre outros.

11 - Em 1974, a Brown Boveri conseguiu vender rádios transmissores à Radio Nacional de Brasília ao dobro do preço (US\$ 11,4 milhões) de sua concorrente, a Gates, que ofereceu os mesmos equipamentos a US\$ 5,6 milhões. A Brown Boveri ainda sobreofertou um emissor de ondas médias de 50 KW, de fabricação Gates, a US\$ 155 mil, quando o seu preço real é de US\$ 100 mil. Pandá Batista Pires, diretor do Patrimônio das Empresas Incorporadas à União, negou-se a aprovar a concorrência, mas João Batista Pires Cavalcanti de Melo, diretor-geral da Radio Nacional pressionou-o a fazê-lo.

12 - A Mecânica Pesada S.A., ainda produzida, esporadicamente, equipamento mecânico de convés, em 1974.

13 - A Acesita foi pioneira e continuava até 1975 como a única produtora no Brasil de aço silício, que tem aplicação em motores elétricos, reatores e transformadores de pequena e média potência.

14 - "Uma providência como a que acaba de ser consumada pelo Conselho de Política Aduaneira deixa a descoberto o mercado da Acesita e tem duas vantagens: propicia a venda de alguns milhões de toneladas desse grupo japonês, além de abater, de forma contundente, o faturamento da empresa, que poderá levar a Acesita a uma situação de insolvência" — relatório de Wilkie Moreira Barbosa, presidente da Acesita.

15 - O regimento interno da Usiminas, em seu artigo 6, determina que nenhuma decisão poderá ser tomada sem a aprovação do representante japonês.

Nota da Redação: — A afirmação do autor de que os entendimentos entre firmas alemãs e países aliados continuaram mesmo durante a guerra, deve ser evidentemente mais pesquisada e discutida. Ela invalidaria no mínimo parcialmente a interpretação corrente de que a II Guerra foi motivada por interesses imperialistas de potências em luta por mercados.

Os índices de inflação costumam ser a justificativa mais frequente para o reajuste dos preços de obras e empreendimentos públicos. Foi a inflação que recorreu o presidente da hidrelétrica de Itaipu, general Costa Cavalcanti, para, recentemente justificar que o preço estimado das obras subiria de 2,8 bilhões para 4,2 bilhões de dólares. A inflação serviu também para Fernando Roquete Reis, presidente da Companhia Vale do Rio Doce explicar em parte, no depoimento feito à CPI das multinacionais, a elevação de preços do projeto Carajás de 300 milhões para 2,6 bilhões de dólares.

Outra justificativa frequente refere-se a dificuldades imprevistas. Há poucos dias, João Camilo Penna, secretário da Fazenda de Minas Gerais, culpou as "dificuldades da região a ser atravessada" pelo aumento do orçamento da ferrovia São Paulo-Minas (a "Ferrovia do Aço") de oito bilhões, segundo o plano ferroviário 75/79, para perto de trinta bilhões de cruzeiros.

Esses dois tipos de explicações certamente contribuíram para que os custos da ponte Rio-Niterói, inicialmente

GASTANDO SEMPRE MAIS

Teodomiro Braga

Algumas irregularidades apontadas no relatório do juiz que aprecia as contas do DNER custo 5.891% superior ao previsto e entrega das obras 3.331 dias depois do prazo.

calculados em duzentos milhões ultrapassassem a casa dos três bilhões de cruzeiros. Contudo, levado a defender-se devido ao exame de contas do DNER responsável pela ponte, entre muitas outras obras (nas gestões de 1965 a 1971) feito pelo Tribunal de Contas da União, o ex-ministro dos Transportes, Mário Andreazza, julgou conveniente acrescentar mais algumas justificativas. E recorreu à uma velha ética segundo a qual o que vale são as obras, não os custos.

Pouco convencido pelo argumento, o ministro do TCU, Vagner Estelita, na apreciação do processo, apresentou sua resposta: "Julgo contas. E contas são fatos. Firmada a existência material da infração financeira, da irregularidade na aplicação de dinheiros públicos, não há como interpretar esses fatos senão sob critérios objetivos e impessoais". E para exemplo, relacionou no despacho, elucidando o que entende por "infração financeira" e "irregularidade na aplicação de dinheiros públicos". O quadro abaixo mostra os casos que constam do processo e despertaram sua atenção.

OBRA	BR-116/SP Jacarei-Cumbica 52 kms.	BR-262/MG Betim-Araxá 131 kms.	BR-101/BA Itapebi-Camaçã	BR-418/MG Teófilo Otoni-Pedro Versiani 220 kms.	BR-116/SP Aparecida - São Jose dos Campos 80,5 kms.	BR-262/MG Realeza-Monlevade
Firma responsável	Termaco Engenharia e Comércio	Construtora Andrade Gutierrez S.A.	"Serviege"	Construtora Adersy S.A.	Construtora Rabelo Rabelo S.A.	Andrade Gutierrez e Constr. Rabelo S.A.
Custo inicial *	350	2.751	650	400	3.296	1.700
Custo final *	20.620	49.756	7.086	18.650	60.004	69.146
Aumento %	5.891	1.809	1.090	4.662	1.820	4.066
Prazo inicial **	300	500	500	360	540	720
Prazo final **	2.696	1.315	909	2.116	1.919	em execução (9 anos)
Aumento %	899	263	181	588	355	450

**em mil cruzeiros

**em dias

Lei das SAs: Minorias discriminadas

A inexistência de uma legislação protetora das pessoas que, dispoendo de alguma poupança, resolve em comprar ações, sempre foi citada pelos corretores, analistas de mercado e até mesmo por autoridades federais como um dos principais obstáculos à consolidação das Bolsas de Valores.

O assunto foi discutido com tal insistência que, finalmente, no atual governo, o Ministério da Fazenda decidiu elaborar uma nova legislação para as sociedades anônimas, incluindo as de capital aberto (a que venda ações no mercado).

Uma equipe de juristas escolhida pelas próprias autoridades trabalhou durante quase um ano na elaboração do novo texto legal. Há cerca de quinze dias, depois de um minucioso segredo, o ministro da Fazenda divulgou o anteprojeto definitivo da nova Lei das Sociedades Anônimas, cuja exposição de motivos é assinada pelos juristas José Luiz Bulhões Pedreira (ligado ao grupo Moreira Sales) e Lamy Filho (ligado ao grupo Brascan).

Uma surpresa, no entanto, estava reservada aos técnicos que começaram a estudar o anteprojeto: na parte referente à defesa dos acionistas minoritários ele não tem praticamente nada de novo, pouco acrescentando à arcaica legislação sobre o assunto que data de 1940 (D.L. 2627). E as poucas modificações constatadas, na opinião dos técnicos, foram em prejuízo e não em benefício das minorias.

E o caso, por exemplo: do direito de voto em assembleia, para citar apenas um dos trezentos artigos do anteprojeto. Pela legislação em vigor, todo possuidor de ações, seja "ao portador" ou "nominal", tem direito a participar das assembleias de acionistas e ser informado de tudo que

lhe interessa sobre a vida da empresa. Só que na hora de votar as deliberações, apenas os detentores de ações ordinárias tem direito a voto. As críticas feitas a legislação anterior referiam-se justamente às discriminações entre as ordinárias e as preferências. Em lugar de eliminá-las, o anteprojeto ampliou-a: agora, também as ações ao portador não tem direito a voto. Assim, das quatro categorias básicas de ações (ordinárias nominativas, ordinárias ao portador, preferências nominativas e preferências ao portador) somente as ordinárias nominativas terão direito de influir nas decisões das assembleias.

Com isso, a legislação brasileira, na parte referente à democratização do capital das empresas, está seguindo um caminho exatamente oposto ao de outros países mais desenvolvidos, especialmente os europeus, na maioria dos quais é grande a tradição de poupança popular via mercado de ações. Neles, a lei leva em conta a necessidade de incentivar o investidor a participar da vida da empresa, opinar nas assembleias, sugerir o lançamento de novos produtos, etc.

Caso prevaleça a restrição feita pelo anteprojeto, poderá aumentar o desinteresse do investidor em participar das assembleias o que — segundo preveem os especialistas — pode afastar e progressivamente do mercado de ações desviando sua poupança para letras de câmbio ou letras imobiliárias, por exemplo.

Outro ponto onde as minorias também foram esquecidas refere-se à venda de controle de empresa que dependa de autorização governamental para funcionar. Nesses casos incluem-se todos os bancos, justamente o setor onde tem ocorrido o maior número de incorporações nos últimos

anos. Pelo que se pode qualificar de "sutileza jurídica", o artigo 264 do anteprojeto estabeleceu, em seu parágrafo 1º, que a "autoridade competente para autorizar a venda pode subordiná-la a que seja assegurado tratamento equitativo aos acionistas minoritários". A autoridade competente pode.

A China no clube dos petro-dólares?

Há alguns anos, poucos poderiam imaginar a China exportando grandes quantidades de petróleo. No entanto, é precisamente isto que vem ocorrendo desde o ano passado.

Se em 1973, a China exportou a modesta cifra de 35 milhões de dólares em petró-

le, em 74 as exportações de petróleo já ascendiam a 440 milhões e, este ano, as vendas ao exterior do produto poderão chegar aos 800 milhões de dólares. Nos próximos quinze anos — calculam técnicos japoneses — os chineses deverão igualar-se a russos, sauditas, iranianos, exportando 12 bilhões de dólares em petróleo.

A Hidroservice e o jogo "anti-estatização"

O ardor do Sr. Henry Maksud, proprietário da Hidroservice e do Grupo Editorial Visão, contra o que se tem chamado de "estatização" da economia não parece ter limites. E não se detém mesmo que tenha de fornecer uma informação duvidosa.

Na semana passada, a revista Visão, em sua coluna "Tome Nota", dizia que a Cónsul (30% do mercado nacional de geladeiras) já transferiu o seu controle à Philips holandesa porque o BNDE lhe negara um empréstimo de vulto. A Cónsul teria mesmo — segundo a nota da Visão — preferido negociar com os holandeses a passar ao controle do BNDE, isto é, ao controle do Estado.

Não se sabe como a revista chegou a essa conclusão pois as informações disponíveis indicam o seguinte: não desconhecendo que a Cónsul passaria a mãos estrangeiras, o BNDE pôs-se a procurar um compra-

dor nacional, prontificando-se a participar minoritariamente da empresa para facilitar a operação ao invés de um mecanismo montado especialmente para subsidiar semelhantes, sua subsidiária Investimentos Brasileiros S/A (Ibras).

Agora, falam-se que o Banco Central poderá intervir nas negociações Cónsul-Philips, de modo a manter a primeira empresa em mãos nacionais, mesmo que para tanto precise estatizá-la temporariamente.

A "informação" da revista é mais uma evidência de uma prática diversionista muito em moda: a pretexto de se investir contra a "estatização" e defender o empresariado nacional, fazer-se, de fato, o jogo das multinacionais.

Certamente não é à toa que, no mesmo número em que saiu a nota da Cónsul, o Visão publicou uma entrevista com o general Albuquerque Lima defendendo os "contratos de risco".

NOTAS



As ofertas insólitas

A abertura da economia brasileira aos investimentos estrangeiros tornou-se tão acentuada, que agora já adquire contornos insólitos e mesmo curiosos. Durante o I Seminário sobre Investimentos no Brasil, na cidade austríaca de Salzburgo, por exemplo, passou quase despercebida, em meio a parafanália para cortejar o investidor estrangeiro, a atuação de um certo João Vilela de Souza.

Sempre em busca de bons compradores estrangeiros para empresas brasileiras, o cidadão João Vilela, que é advogado radicado no Rio, oferecia, de quebra, hotéis de "alta rotatividade", na Barra da Tijuca carioca, como o Tropical, o

Hollywood e o Holiday. É claro que lado a lado com estas ofertas, digamos, pouco comuns, Vilela tentava o investidor estrangeiro com outras oportunidades de negócios: Companhia Industrial de Plásticos S/A (Flexa Carioca), Cofabam Indústria e Comércio, Companhia Brasileira de Pesca S/A: Hotel Serrador ou simplesmente a carta-patente de um banco de investimentos, além de fazendas no Maranhão, Goiás e Mato Grosso.

Algum tempo depois, em uma edição especial da revista britânica "Investors Chronicle" um outro corretor fazia publicar um anúncio onde ensinava aos estrangeiros, interessados como é fácil adquirir empresas nacionais

CONSUMO

Curando uma doença e pegando outra

Multinacionais farmacêuticas acusadas de falsificar os resultados negativos de seus próprios testes com medicamentos

Bernardo Kucinski

John Sagartz escreveu de próprio punho os resultados dos testes em camundongo, mostrando que os dois medicamentos, Flagyl e Aldactone, não eram cancerígenos. Em 1967, quando essas anotações foram feitas, havia suspeitas de que o Flagyl e o Aldactone possuíam propriedades cancerígenas. No começo deste mês, em Washington, essas suspeitas aumentaram e deram origem a outra, muito mais grave: grandes multinacionais farmacêuticas teriam sistematicamente falsificado resultados de testes feitos por elas mesmas sobre possíveis efeitos nocivos de alguns de seus medicamentos. O dr. John Sagartz, por exemplo, não poderia ter feito aquelas anotações em 1967, porque ele só assumiu o cargo de patologista chefe da Searle, a fabricante do Flagyl e do Aldactone, em 1968.

Nos Estados Unidos a Searle fatura 17,3 milhões de dólares por ano com a venda de Flagyl e do Aldactone. No Brasil, a Rhodia (divisão farmacêutica) fatura por volta de 1 milhão de cruzeiros por ano com a venda do Flagyl (que ela fabrica sob licença). A própria Searle Farmacêutica do Brasil Ltda fatura pouco mais de 1 milhão de cruzeiros por ano com a venda do Aldactone e também do Aldazine — uma combinação do Aldactone com mais um princípio ativo. Um dos médicos da Rhodia, no Brasil, calcula que 20% das mulheres da raça branca e uma porcentagem ainda maior de mulheres da raça negra, aplicam o Flagyl no tratamento de pequenas infecções vaginais.

As acusações contra a Searle surgiram na chamada comissão Kennedy (presidida por Edward Ken-

nedly), do Congresso norte-americano, a partir de uma longa história contada por Adrian Gross, funcionário da Food and Drug Administration (FDA), o organismo encarregado de zelar pela qualidade, eficácia e segurança de medicamentos e alimentos nos Estados Unidos. Gross contou que em 1972, nove anos depois do Flagyl ter sido liberado, surgiram estudos sugerindo que o medicamento poderia ser cancerígeno. Gross decidiu reexaminar os dados fornecidos pela Searle à FDA e encontrou incongruências. Após várias visitas à Searle "durante as quais a empresa não procurou cooperar muito", foram descobertas as anotações falsas, além de erros de computo e pelo menos um caso de camundongo que ficou com câncer, mas foi dado como não tendo tumores malignos. James Buzard, vice-presi-

dente executivo da Searle, imediatamente protestou contra as acusações, dizendo que "algo está errado num país onde acusações sérias como essas podem ser feitas, sem que uma empresa possa antes apresentar sua defesa."

Edward Kennedy divulgou então uma carta escrita pelo advogado do patologista chefe Sagartz, dizendo que Sagartz fora forçado a falsificar as entradas na folha de testes por seu superior imediato na Searle, um tal Dr. Robert McConnell e que estava arrependido. Kennedy decidiu também enviar a papela toda ao Procurador Geral, primeiro passo para abertura de um processo criminal. E emitiu uma nota pedindo ao FDA que classifique o Aldactone como droga "carcinogênica".

Quase ao mesmo tempo, a revista médica britânica "The Lancet" publicou um estudo feito em Washington, mostrando que cinco pacientes ficaram com câncer no seio, após usarem o Aldactone (num período de 4 a 24 meses) e uma outra revista médica, "The Medical Letter", recomendou que Flagyl só seja usado por mulheres com infecção vaginal, se não existir medicação alternativa.

Mais perturbadora ainda foi outra revelação da FDA: nos últimos anos, três outras multinacionais farmacêuticas comportaram-se de

maneira suspeita em relação a dados de testes de seus medicamentos. A Ciba-Geigy, com o medicamento Slow-K, vendido também no Brasil e com o mesmo nome; a Ayerst Laboratories (com o Practolol); a Lederle (com Triflozin). O Dr. Alexander Schmidt, alto funcionário da FDA, disse à Comissão Kennedy: "A possível falsificação de dados por parte das indústrias que fabricam medicamentos toca no âmago de toda a questão da segurança dos remédios".

De fato, como os testes de eficácia e possíveis efeitos colaterais adversos dos medicamentos são feitos pelas empresas interessadas na venda do produto e a FDA apenas examina esses dados, todo o arcabouço de defesa do consumidor estará assentado sobre bases falsas, se as multinacionais cometerem o abuso final, da falsificação desses dados.

As agências não transmitiram nada

Os jornais brasileiros não noticiaram os acontecimentos da Comissão Kennedy, apesar do indiscutível interesse público das revelações — provavelmente porque as agências internacionais não mandaram esse noticiário nos seus serviços de telex. E, no entanto, o caso foi manchete nos principais jornais norte-americanos, incluindo o *New York Times* e o *Washington Post*. Mas a

própria Searle, no Brasil, recebeu a notícia. Um telex de sua matriz avisava que "as acusações são falsas" e a filial do Brasil deveria se manter absolutamente calma.

"Nossa posição é a mais tranquila possível, o Aldactone está há 15 anos no mercado e temos toda a confiança no medicamento," disse a Movimento um funcionário da Searle. Na Rhodia, fabricante local do Flagyl, um dos médicos garantiu que o medicamento era básico no tratamento das infecções da vagina (por "trichomonas"): "É a melhor droga vendida na praça." Sobre uma possível alteração na bula do Flagyl, que não faz nenhuma advertência séria quanto a efeitos colaterais e nem sequer avverte contra o uso do medicamento durante a gravidez (precaução mínima com drogas suspeitas da carcinogenicidade), o médico disse: "Esse risco só existe para doses muito elevadas".

E para reforçar sua fé na substância ativa do medicamento (metronidazole), revelou: "há vários similares no Brasil que usam a mesma substância ativa, como o Anagirdil (fabricado pela LAFI), o BIK-Proxiex (Proxiex), o Colpix (ACNE) e o Monix (HOSEON). Além de outros onde o metronidazol vem associado com outras substâncias."

Falta óleo na lata. Ilusão ou fraude?

Há formas perfeitamente "legais" para enganar o consumidor. Alguns fabricantes de óleo comestível, porém, resolveram aumentar seus lucros optando pela fraude. E essa modalidade não é permitida por lei.

Maria Inez Nassif

Um litro de leite embalado num tetraedro de papelão parece conter menos leite do que no antigo litro de vidro, da mesma forma que o litro de coca-cola parece ser muito maior do que um litro de azeite enlatado. Uma questão de ótica produzida pelo "design" dessas embalagens e que, até aí, não tem nada demais: afinal, leite, coca-cola e azeite não são concorrentes e o consumidor tem consciência de que as embalagens podem parecer maiores ou menores mas, na verdade, têm a mesma capacidade.

Cópica a ficar perigoso quando o consumidor entra num supermercado para comprar azeite: vê duas latas com o mesmo tamanho aparente e com boa diferença no preço. Se ele não for cuidadoso poderá ser lesado pela ilusão de ótica. Mas se tiver o cuidado de procurar nas duas embalagens o "peso líquido" (que o fabricante é obrigado por lei a colocar), poderá descobrir, nas letreirinhas em geral bem miudinhas e de difícil localização, que a lata mais barata pode ter menos óleo, embora pareça igual ou até mesmo maior do que a outra.

Esse tipo de esperteza do fabricante — cuidadosamente estudado pelos especialistas de "marketing" e "design" nas empresas — é perfeitamente legal e tido como honesto. Mas alguns fabricantes de óleos comestíveis resolveram aumentar ainda mais os seus lucros (ou a competitividade de seus produtos no mercado) e acabaram ultrapassando a barreira da legalidade e entran-

do no perigoso terreno da fraude, ou do roubo propriamente dito. Ou seja: passaram a colocar na lata menos óleo do que estava escrito nas letreirinhas miudinhas das embalagens. E isso não é permitido por lei: se um cidadão ou uma firma vende um litro, tem de entregar um litro ao comprador.

Raphael Sampaio Vidal Gusmão — diretor da seção paulista do Instituto Nacional de Pesos e Medidas — diz ter constatado diferenças, para menos, de até 11% no peso escrito em latas de óleo apreendidas. Isso significa que mesmo aquele comprador atento, que compara as legendas das latas, acabou sendo enganado porque pensava estar levando 900 mililitros de óleo para casa mas, de fato, poderia estar levando apenas 801 mililitros.

Depois que a seção mineira do DNPm apreendeu 40 mil latas de óleo procedentes de São Paulo, em Belo Horizonte, a fiscalização paulista foi intensificada. E na semana passada, Vidal Gusmão informou que "as maiores infrações foram verificadas em Minas Gerais, Goiás e Paraná, o que leva a crer que as empresas, para se livrarem da fiscalização, se apressaram em remeter para longe as latas com erro maior". Gusmão, orgulhoso e acrescenta: "mas não conseguiram se livrar da fiscalização".

De fato, não conseguiram. Mas só foram apanhadas pela fiscalização de outros Estados. Talvez sem querer, a seção paulista do órgão fiscalizador chega a dar alguma cobertura aos infratores. Gusmão, por exemplo, se recusa a revelar o nome dos infratores que,

segundo ele, "têm o direito de se defender" no processo muito moroso. Mesmo sem a colaboração do Instituto de Pesos e Medidas de São Paulo, porém, sabe-se que as primeiras fraudes foram detectadas nas latas dos óleos "Dinol", "Olma", "Fritex" e "Cindre", que já começam a ser evitadas pelos compradores cautelosos. A recusa de Gusmão, no entanto, deixa o consumidor a mercê das demais fraudadoras, cujas latas não aprendidas continuam sendo vendidas ao povo.

A divulgação é importante para alertar o público. Nabil Semaan Abdul Massih, dono das "Indústrias de Óleo Dinol" apreendido em Minas, dá uma prova disso ao admitir que "essa fofoca dos jornais" já fez baixar em 10% o faturamento da sua empresa. E tentou provar à reportagem que "o INPM realmente constatou ilegalidades nas nossas latas de óleo, mas por excesso, e não por falta de óleo". E, com seu forte sotaque libanês tentou comover falando dos "revezes que tenho sofrido com a soja".

Os revizes, no entanto, atingem muito mais o consumidor. As maiores fraudes foram constatadas nas latas de óleo de soja, exatamente o mais usado pelo brasileiro. De abril do ano passado a março deste ano, o país consumiu um total de oitocentas mil toneladas de óleos. Dessas, 680 mil eram de soja (mais de 70%), e só 170 mil de algodão (17,7%). No mais, consumiu setenta mil toneladas de óleo de amendoinho (7,3%) quinze de milho (1,6%), dez mil de girassol (1%), fora as 15 mil de oliva (1,6%), totalmente importadas.

que pode ser mais caro, passar cinco dias hospedado no luxuoso e moderno Hotel Nacional do Rio ou na modesta e austera Maternidade São Paulo? Embora vistas pelo cidadão comum como estabelecimentos absolutamente diferentes dos hotéis, cujo objetivo primeiro é o lucro, as maternidades paulistas estão cobrando pelo aluguel dos quartos ocupados pelas parturientes preços acentuadamente mais elevados. Mesmo descontando os serviços especialíssimos que elas prestam, sua legião de enfermeiras e custosa aparelhagem, o dinheiro que obtém das diárias poderia fazer inveja ao mais conspicuo gerente de hotel.

Tomemos como exemplo um apartamento padrão, com duas camas, telefone e banheiro privativo. No Hotel Nacional do Rio, a diária custa cem cruzeiros devido a uma campanha especial para atrair hóspedes ao grande empreendimento da Barra da Tijuca. Um pouco mais caro é o Hotel Nacional de Brasília — passagem obrigatória de empresários e políticos — cuja diária é de 190 cruzeiros. Em São Paulo, cujos hotéis estão incluídos entre os mais caros do mundo, embora não participem da refinada confraria dos mais luxuosos e exclusivos, o preço de um apartamento padrão é de 340 cruzeiros no Hotel Jaraguá, 430 no Hotel Eldorado e 320 no Hilton Hotel.

De cinco maternidades visitadas em São Paulo, apenas uma, a do Hospital Santa Helena, cobra uma diária ligeiramente inferior (dez cruzeiros) a do Hotel Eldorado, o mais caro. O Hospital Albert Einstein, do Morumbi, cobra 640 cruzeiros de diária; a Maternidade São Paulo, 667 cruzeiros; a Beneficência Portuguesa,

Maternidades

O alto preço de um bebê

setecentos cruzeiros e o Prô-Matre, oitocentos cruzeiros por dia por um apartamento para a parturiente e acompanhante.

É verdade que existem fatores para encarecer a estadia numa maternidade. Mas eles não são suficientes para explicar tamanha diferença de preços. Por exemplo, compare-se dois estabelecimentos que podem ser considerados como médios em termos de preços: a Maternidade São Paulo e o Hilton Hotel.

Ao entrar na São Paulo, a paciente paga 3.336 cruzeiros para ficar internada por cinco dias. Se ficar menos não tem direito à devolução e se ficar mais pagará diárias extras. Nesse preço — 667 cruzeiros diários — estão incluídos "recepção, exame prévio de parteira, registro hospitalar, boletim de internação e demais providências administrativas" conforme diz o folheto entregue aos interessados.

No Hilton Hotel, pode-se ficar o tempo desejado, até um único dia, e paga-se na saída. Na diária também está incluída a recepção, sem dúvida a melhor e mais cortez, e a ficha do hospede e todas as demais providências administrativas. Só não está incluído o "exame prévio de parteira", geralmente dispensável para quem procura um hotel, e sabidamente pouco custoso.

A maternidade fornece também, segundo o folheto, "serviços de rotina geral de enfermagem e enfermagem obstétrica". Nada de especial: eventuais visitas de enfermeiras com termômetros, medidores de pressão e comprimidos para a paciente. Além disso, apenas os serviços de sala de parto (desinfecção, raspagem e clister) e auxílio ao médico (preparação de instrumentos, algodão, panos) e o transporte do bebê para o berçário. Os chamados

"serviços de arrumadeira" estão computados tanto na diária da maternidade quanto do hotel. O "atendimento de copa" idem. Todas as demais despesas do hospital (sala de parto, anestesia e anestesista, médico, médico, cuidados especiais de berçário, ext. em geral) são cobrados à parte, assim como os extras nos hotéis.

No hotel, as refeições não fazem parte da diária. Na maternidade sim. Embora isso evidentemente aumente os custos não deve pesar a ponto de justificar a diferença de preços. As refeições servidas em hospitais são famosas pela sua frugalidade pois se resumem a carnes, arroz, ovos, alguma verdura e, o máximo da sofisticacão, um pedaço de frango da canja. Isso apenas para a parturiente, refeições de acompanhantes são cobradas à parte.

A diária da maternidade dá direito, também à permanência em "quarto especializado durante o trabalho de parto" (outra enfática afirmação do folheto) que, na verdade, consiste numa acanhada saleta, sem qualquer aparelhagem especial, com duas ou três camas, visitada com alguma frequência pelo médico (pago à parte) e pelas enfermeiras. E, ao dar entrada nela, a parturiente já está pagando a diária de seu quarto.

A identificação dessas diferenças nos serviços prestados não é suficiente para justificar as acentuadas diferenças de preços. Especialmente se for considerado que as instalações dos hospitais devem obedecer apenas a questões de higiene e nos hotéis — o atendimento deve ser rápido e eficiente, os quartos acarpetados, as cortinas duplas, o banheiro confortável, a música ambiente, a piscina, a sauna — se vende o conforto e o luxo.

A quinta vitória de Joaquim Andrade

AS ELEIÇÕES DOS METALÚRGICOS

Entrou no sindicalismo em 1959, "como oposição ao PC", tentou uma vice-presidência e perdeu. Continuou na oposição até 1965, quando foi interventor em Guarulhos e depois elegeu-se pela primeira vez presidente do maior sindicato do País, os metalúrgicos de São Paulo.

Eleito pela quinta vez seguida, Joaquim dos Santos Andrade iniciou dia 18 de julho seu décimo primeiro ano como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que tem 55 mil associados (é o maior no país) e representa 260 mil trabalhadores. Entre suas realizações nesses dez anos, consta o prédio de sete andares na rua do Carmo, São Paulo, que custou 8 milhões de cruzeiros, tem equipamentos (importados da Alemanha Ocidental) para assistência médica completa, inclusive um aparelho radiológico só superado pelo que existe no Hospital das Clínicas. Entre os planos para a próxima gestão, Joaquim Andrade relaciona para Movimento: "Queremos construir um prédio para escola, a fim de que o trabalhador possa competir no mercado de trabalho em melhores condições. Queremos também estudar a possibilidade de construção de uma biblioteca que deverá ser a melhor ou bem próxima da melhor biblioteca de São Paulo".

Um panfleto da Oposição Sindical Metalúrgica, que não conseguiu — por várias razões, algumas independentes de sua vontade — apresentar chapa e recomendou o voto nulo, criticava: "Nosso sindicato não cumpre com suas principais responsabilidades, é apenas um órgão de assistência social, uma dependência do INPS, vinculado ao Ministério do Trabalho".

Joaquim Andrade rejeita a crítica, condena "elementos anti-sindicalistas que distribuíram panfletos incitando os trabalhadores a anularem os votos: é claro que deve haver razões mais fortes, possivelmente alguma orientação política, que fez com que a oposição apelasse para tal medida, a meu ver totalmente absurda". Militante no sindicalismo há 28 anos, Joaquim Andrade garante que "sabe perfeitamente que o sindicato não deve ter um caráter assistencial, que não é esta somente a atribuição do sindicato". Ressalva, porém: "O pior cego é o que não quer ver. Não existe outra possibilidade, havia que minorar o sofrimento do trabalhador que enfrentava filas durante madrugadas a fio para ser atendido pelo INPS".

De qualquer modo, "não é fácil um elemento ficar dez anos se reelendo se ele não estiver cumprindo suas obrigações perante os trabalhadores" — nota Joaquim Andrade, recorrendo aos números. Nas eleições de 1972, a situação (ele) obteve 18.395 votos contra 5.586 da oposição, 426 brancos e 687 nulos. Na última eleição (14 de julho) o número de votantes aumentou 20 mil. A situação teve 33.996 votos (96,65%, insiste o presidente), contra 896 brancos e 344 nulos.

Joaquim Andrade comenta o pleito: "Tudo correu tranquilamente, como esperávamos. A oposição, que é a mesma desde 1969, não apareceu pelo simples fato de que realmente não poderia concorrer com possibilidades, já que em 1972, quando a situação do trabalho sindical estava um



pouco mais fácil, ela fez uma junção de forças e obteve só 5.596 votos". Segundo Joaquim Andrade, "parece que a oposição desistiu, debandou".

Há uma crise à vista. O que fará o sindicato?

De uma forma ou de outra, não há ameaças imediatas da oposição. Joaquim Andrade pode assim dedicar-se aos outros pontos de seu programa, como a luta pela convenção coletiva por setores, com a qual o sindicato poderá dispor de um "mecanismo capaz de fiscalizar toda a marateira que cerca os trabalhadores". A marateira é muita, como exemplifica o presidente: "Temos aí uma empresa que seu automóvel não saiu bom, ou cuja filial em Dacar, Paris, Ásia, África, qualquer parte do mundo, tem problemas. Não entendo a exigência de que o trabalhador brasileiro participe dessa crise. Não está certo. Isto é absurdo. As multinacionais sempre atiram sobre os trabalhadores as consequências de suas crises, sejam elas onde forem. Através da convenção coletiva poderemos fiscalizar as dispensas e ver até que ponto são necessárias ou são um reflexo da crise fora do país. Neste caso, as empresas teriam que dispor de mecanismos de absorção da crise sem sobrecarregar o trabalhador de um país que nada tem a ver com isso".

Neste momento, o presidente declara-se preocupado com a indústria de automóveis no Brasil: "Notamos que alguma crise vem vindo — as dispensas têm aumentado no setor automobilístico. E também as férias coletivas são sintomáticas, aparecem sempre em momentos de crise. Não sabemos se é mais uma manobra das empresas para aumentar os preços de seus carros ou se é uma crise de emprego real no mercado brasileiro. Resta esperar os resultados da CPI que foi aberta para estudar o problema. Se for uma crise real, veremos como serão propostas as soluções. Possivelmente haverá grande número de dispensas, aumentando ainda mais o número de desempregados no país".

O modelo pode ser o próprio Sindicato dos Metalúrgicos de Joaquim Andrade, que passou de oposição a situação após 1964 e que reconhece os limites estreitos impostos pela nova legislação trabalhista — e sindical, mas promete manter-se rigorosamente dentro da legalidade. O que produz declarações assim: "Colaboramos com o governo e chamamos a colaboração a denúncia que fazemos, sistemática, dos maus empregadores. Reivindicamos sempre de forma disciplinada, não perturbando o crescimento do país, não permitindo também que aproveitadores se sirvam das necessidades dos operários para perturbar a ordem e usar para outros fins que não a de representar e defender os trabalhadores diante do governo e patrões".

UM BODE EXPIATÓRIO?

Um pesadelo para os socialistas portugueses: ter o mesmo destino dos democratas cristãos. Eles pareciam tão imprescindíveis como o PS, mas hoje tudo corre como se nunca tivesse existido um PDC em Portugal.

As crises políticas em Portugal adquiriram desde abril de 1973 as características de uma interessante trajetória comum. Primeiro elas se armam, começam a definir os confrontantes até que algum incidente traga as divergências; depois, as divergências se ampliam, cada lado junta seus seguidores e, quando se aproxima a hora da confrontação ocorre um fenômeno interessante: todos passam então a esperar pela decisão, que será tomada não mais no cenário que se armou a crise mas numa reunião da Assembleia do MFA. Tudo se passa como se os protagonistas da crise tivessem montado uma farsa para ser assistida pelos juizes do MFA, que invariavelmente decidem pelo mais radical.

Essa imagem é, no entanto, ilusória. O MFA não é um espectador passivo nem as crises correm à sua revelia ou independente de sua vontade. Por isso, tem algum sentido aguardar pelos últimos resultados da Assembleia do MFA, embora o resultado seja certamente o de prestigiar a posição mais à esquerda, dentro das opções oferecidas. Isto porque a correlação de forças dentro da Assembleia se altera depois de cada uma dessas votações e discussões do MFA, que as vezes se estendem ininterruptamente por dias seguidos. Existe a tendência a acreditar que o MFA poderá ser dividido em, por exemplo, numa ala radical comunista e outra moderada favorável aos socialistas. A esperança é vã, a experiência tem mostrado, ao contrário, que sucede-se o espírito de tropa, a solidariedade entre os militares, ser mais forte que as divisões vindas de fora do MFA. Por exemplo, nas semanas passadas, depois que o Partido Socialista abandonou a coalizão governamental, seguiu-



do pelo PPD, acusando o primeiro ministro Vasco Gonçalves de ser muito pró-comunista, alimentava-se a crença de que o MFA se dividiria numa ala pró-Mário Soares liderada pelo major Melo Antunes, favorável a uma solução social-democrata-europeia para Portugal e em mais outras duas alas, uma comunista, do general Vasco Gonçalves, e outra mais à esquerda liderada pelo comandante do COPCOM (Comando Operacional do Continente) o general Otelo Saraiva de Carvalho. Otelo Saraiva teria se aliado com

Vasco Gonçalves obtendo assim pelo menos 220 dos 240 votos da Assembleia. Assim, o Partido Socialista perdeu a cartada primeiro porque acreditava poder fazer voltar atrás a "dinâmica" do movimento revolucionário, na mesma assembleia que dias antes tinha aprovado as diretrizes da União Povo MFA, isto é a proclamação da intenção de se implantar em Portugal um grande partido das forças armadas que comesse pelas comissões de bairros; numa grande pirâmide de poder que terminaria nas cúpulas militares. Assim era ilusão

do PS acreditar que podia vencer os militares a voltarem ao modelo da social democracia europeia, quando já tinham decidido pelos soviets. Também era ilusão acreditar que podiam impressionar os detentores do poder com seus outros instrumentos de pressão e a força dos votos. Quanto à primeira podiam ser anuladas com maior alarido por medidas idênticas do PC, aliado do MFA; quanto à segunda, discute-se até que ponto a "maioria eleitoral" é um argumento que sensibilize o MFA,

para o qual tais "maiorias" não passam de uma "categoria burguesa" estranha ao processo revolucionário. O dilema que o PS lançou às massas foi duplo: por um lado recusava a radicalização e por outro queria mostrar uma força. Essa força não-violenta parece não ter surtido muito efeito, a não ser junto à extrema direita, que passou a atacar as sedes do PC no interior (mais de 40 teriam sido atacadas) dando assim ao PC todos os argumentos de que a "reação" estava a caminho e se organizando. E, se o PS queria mais poderes, essas manifestações foram para o MFA um sinal mais que claro de como os socialistas utilizariam o poder,

Um grande pesadelo para os socialistas

Qual será agora o futuro dos partidos políticos, especialmente do PS depois que o MFA institucionalizou a União Povo MFA? (Veja Movimento nº 2) O PS e o PPD, ainda na ilusão de deterem o apoio de meio eleitoral se fixarão na oposição, é certo. Mas encontrarão suas bases populares? E, se procurarem poderão concorrer com o MFA na montagem de um aparelho político mais formidável que o do MFA.

E, nesses momentos em que até o PC é considerado dispensável para a realização das tarefas propostas pelo MFA, que dizer do PS? O futuro que anuncia para o PS é obscuro: ou ele volta às boas com o MFA ou então pode ter o mesmo destino de, por exemplo, o Partido Democrata Cristão. Esse último do processo político português também fazia ameaças semelhantes às feitas pelo PS: diziam que a Europa não admitiria ajudar Portugal caso ali fosse aplastado uma corrente política tão representativa como a PDC. Mas agora, passa-

dos meses da expulsão do PDC, quem se lembra dessa agremiação ou sente falta dela no processo político? Esse deve ser agora o grande pesadelo dos socialistas; o PDC tinha também seu "esquema militar" no maior Sanches Odró, hoje exilado na Espanha em atividades francamente contra-revo-

lucionárias. Tinha também seu "esquema europeu" baseado nos grandes partidos democratas cristãos da Itália e Alemanha mas seu abastamento parece não ter provocado nenhuma ira mais especial ou prolongada. E, quanto aos votos, não teria o PDC os famosos 2/3

dos votos do eleitorado católico e conservador do norte português? No entanto, tudo hoje acontece como se o PDC nunca tivesse existido em Portugal. É certo que o PS tem Mário Soares, tem quadros mais combativos que os do PDC, mas por quanto tempo sobreviverão à margem do poder, por quanto tempo conseguirão evitar a defecção para o outro lado (para os dois outros lados, à esquerda e à direita). E o que é mais importante: as possíveis manifestações de força do PS se limitaram às passeatas e no interior do país aos ataques às sedes do PC. Nenhuma fábrica parou (pelo menos não foi noticiado) e os únicos prejuízos que o PS pode causar em represália à sua exclusão do poder, está em mobilizar na Europa um isolamento econômico e financeiro a Portugal. Tarefa, no final das contas, nem patriótica, nem efetiva (Portugal poderia se deslocar definitivamente para o outro lado) e muito menos popular: ai, eles cairiam na categoria dos sabotadores e traidores da revolução, e dariam excelentes bodes-expiatórios das dificuldades financeiras da nação. (FC)

A CGT chega ao poder. Que fazer com o poder?

Lopez Rega foi definitivamente expurgado do poder na Argentina. Lorenzo Miguel, o sindicalista vitorioso, apenas substituirá Lopez Rega?

O sindicalismo peronista chegou ao poder. Ou mais precisamente, Lorenzo Miguel, o secretário da União Obrera Metalúrgica (UOM). Foi uma luta demorada, com avanços, por trás dos bastidores do peronismo, uma luta interna partidária que chegou ao fim na semana passada com a vitória definitiva de Lorenzo Miguel sobre seu oponente, o *brujio* Lopez Rega. Ante a pressão sindical e com a revolta espontânea das bases operárias-peronistas ou não — contra a política econômica governamental, Isabelita havia afastado Lopez Rega mas mantivera um gabinete Lopezreguista, que foi agora totalmente expurgado do governo. O último acólito do *brujio* seu genro Raúl Alberto Lastiri, presidente da Câmara dos Deputados e vice-presidente do Partido Peronista (Isabelita é a presidente), renunciou sobre fortes pressões, ao mes-

mo tempo em que o general Alberto Numa Laplane, comandante do Exército e partidário de Lopez Rega, tomava rumo ignorado. No fim de semana era insistente o rumor que o desmoronamento final do esquema Lopez Rega se dera quando as Forças Armadas descobriram um golpe em preparação. E Isabelita, sem seus conselheiros, hostilizada por todos, sofreu, uma forte gripe, um bom motivo para uma saída honrosa para tratamento de saúde.

A luta entre Lopez Rega e Lorenzo Miguel é antiga, e até antes da revolta operária do início desse mês a batalha parecia perdida para Miguel. O *brujio* havia instalado prepostos nos mais importantes cargos, preenchendo todos os vazios deixados após a morte de Perón, e já se preparava para o golpe final contra o secretário da UOM. Mas veio a revolta, hábilmente ajudada e capitali-

zada por Lorenzo Miguel e os planos de Lopez Rega foram definitivamente por água abaixo.

No senado, onde Lopez Rega tentava manter vago o cargo de presidente, os senadores desafiaram abertamente a Presidência da República elegendo Italo Luder. Isabelita e Lopez Rega tinham se oposto à eleição por que o presidente do senado é o sucessor constitucional do presidente da república. Com sua autoridade enfraquecida, Isabelita compreendeu que a simples existência de um sucessor era um desafio ao seu cargo, e o primeiro passo para sua deposição.

Italo Argentino Luder, 58 anos, fez sua reputação como professor de direito constitucional. Tem ligações com o peronismo desde os primeiros governos de Perón. Mas dois episódios de sua carreira seriam os mais lembrados nos últimos dias. O primeiro deles,

lembrado pelos amigos de Isabelita como uma restrição à sua escolha é o episódio ocorrido em 1946, quando ele condeceu com o título Honoris Causa o então embaixador americano, justamente um dos maiores inimigos de Perón na época. Mas outras pessoas lembraram também que ele havia sido o advogado escolhido para defender Perón em 1955, quando este foi derrubado pelos militares. Quem se lembrou desse último episódio foi a CGT e especialmente a OUM, da qual Italo Luder é o advogado. E mais, Luder é amigo pessoal do secretário geral da OUM, Lorenzo Miguel. Desse modo Lopez Rega perdeu para Lorenzo Miguel em duas frentes ao mesmo tempo: no senado e na sucessão à presidência.

Na câmara dos deputados Lopez Rega perdeu quando seu genro Raúl Lastiri foi destronado da presidência. Lastiri foi também destronado do cargo de vice-presidente do Partido Peronista. A queda de Lastiri, mais rápida que se esperava teria sido consequência de uma denúncia feita pelo senador Italo Luder, que apresentou provas bastantes convincentes de que "brigadas de choque" ligadas à Lopez Rega fentariam num último e desesperado gesto uma "noite de São Bartolomeu", com a eliminação física de milhares de oponentes. A destituição de Lastiri, feita no mesmo dia, teria sido consequência direta dessa denúncia.

As Forças Armadas também vinham sendo vítimas da penetração de Lopez Rega: em maio dois generais anti-*brujio* haviam sido afastados e para o exército havia sido nomeado um notório Lopezreguista, o general Alberto Numa Laplane. Durante a revolta operária as Forças Armadas impuseram a Isabelita a nomeação de um dos dois generais expulsos, Jorge Videla, em maio para a chefia do estado maior. Videla aparentemente obteve o apoio do almirante Emilio Massera para que as Forças Armadas não intervissem na CGT para impor a vontade governamental. No fim da semana passada, o general Laplane não estava mais em Buenos Aires; aparentemente retirara-se para férias de inverno em Bariloche.

Finalmente o ato de misericórdia: foi aceita pela justiça uma denúncia contra Lopez Rega, apresentada pelo advogado Miguel Radrizzani Godi. O *brujio* é acusado de ser um dos dirigentes da *As*. Outro seria um guarda costa que Lopez Rega, Juan Ramon Moras. As investigações foram, segundo Radrizzani, realizadas por dois coronéis do exército. Um deles foi assassinado misteriosamente e o outro encontra-se desaparecido. A AAA é ainda acusada de manter ligações com o Esquadrão da Morte no Brasil, e outro no Uruguai. Cita para provar isso o caso de um asilado político detido na Argentina e que acabou sendo

encontrado morto no Brasil.

Nesse quadro, com virtual controle da política econômica nas mãos, através da CGT, com um presidente amigo, com aparente aprovação das Forças Armadas, Lorenzo Miguel parece ter derrotado a extrema-direita de Lopez Rega dentro do movimento peronista e se prepara para ocupar as trincheiras abandonadas por ele.

Com o poder nas mãos, que fará Lorenzo Miguel? O semáforo britânico Latin America, geralmente bem informado revela algo sobre o passado de Lorenzo Miguel: ele é o herdeiro de Augusto Timóteo Vandor, o fundador do *vandorismo* que pretendia, na época do assassinato de Vandor, em 1969, constituir uma aliança com as forças armadas para construir um Estado corporativista. Segundo o *Latin America* esta é uma das possíveis saídas imediatas que evitará que o peronismo — construído em nome da classe operária mas não por ela — se desintegre rapidamente. Conseguida essa aliança, com os militares que se dispuserem a colaborar, os vandoristas estarão aptos a controlar o aparelho do Estado. Mas uma vez no poder, que fará Lorenzo Miguel para manter a fidelidade de suas bases operárias, as mesmas que já tomaram consciência do poder que têm de atê derrubar presidente, e da ousadia que agora têm de se revoltar abertamente contra seus líderes?

NOTAS INTERNACIONAIS

Aliados arrependidos

Líderes do Partido Democrata Cristão chileno estão se arrependendo amargamente de terem colaborado para a criação do clima político que levou os militares chilenos a derrubarem o presidente Allende. Nos últimos dias do governo Allende, o PDC liderava a oposição à Unidade Popular, coligação de partidos que levou Allende ao poder, afirmando que Allende estava governando de maneira inconstitucional e perseguindo a oposição não socialista. Depois do golpe, quando começaram a sentir realmente o que é um governo inconstitucional e uma perseguição política (O PDC, juntamente com todos os outros partidos, foi colocado na ilegalidade), resolveram rever suas antigas alianças políticas. O ex-presidente Eduardo Frei e dois outros secretários do PDC se

encontraram em Caracas, na Venezuela e assinaram junto com vários outros líderes aliados um documento considerado por eles "um primeiro e importante passo para a restauração da democracia no Chile". Entre os que assinaram o documento, estão vários ex-inimigos do PDC, como dois ex-presidentes do Partido Socialista e um representante do Partido Radical, que também participava da Unidade Popular. O manifesto, assinado por 15 líderes partidários chilenos, exilados ou não, fala de maneira genérica em democracia, pluralismo e socialismo, procurando reunir esforços para atingir essas metas. Para tal frente não foram convidados: o Partido Nacional Democrata, a organização Pátria e Liberdade (Fascista), nem o Partido Comunista.

Palestinos

Os moderados se radicalizam

Aparentemente a China está tentando exercer um papel mais importante no Oriente Médio onde Estados Unidos e União Soviética têm sido os principais protagonistas políticos por trás de árabes e judeus. Um indicio disso seria a visita a Pequim de Khalil Wazir, que é considerado o segundo homem em importância dentro da OLP (Organização para a Libertação da Palestina) e provável sucessor de Yasser Arafat. A Associated Press cita informantes em Damasco que afirmam existir um acordo secreto entre Pequim e OLP, estabelecendo um "novo nível de relações" entre os chineses e os palestinos.

No período entre 1964 e 1970, a China foi a principal fornecedora de armas para o movimento palestino, mas nos últimos anos a União Soviética passou a ocupar o primeiro lugar na preferência da OLP, fornecendo até mísseis anti-aéreas para os guerrilheiros. A suposta reaproximação com a China ocorre em um movimento em que surgem também indícios de reconciliação entre os moderados da OLP e os movimentos mais radicais. Os moderados estariam se sentindo frustrados

porque as manobras diplomáticas entre Estados Unidos, Egito e Israel, seguidas de perto pela União Soviética, estão colocando em plano secundário os interesses palestinos.

Essa nova tendência talvez esteja mais definida na época da próxima Assembleia Geral da ONU, quando 40 países muçulmanos pedirão a expulsão de Israel da ONU. Enquanto a União Soviética hesita em apoiar tal causa por considerá-la muito radical e por apoiar oficialmente a existência do Estado de Israel, a China — que nunca reconheceu o Estado judeu — estaria pronta a apoiar a expulsão de Israel da ONU em troca do apoio dos países árabes. Não fica no entanto excluída a possibilidade de a União Soviética também votar pela expulsão de Israel e assim anular as pretensões chinesas de obter a simpatia do mundo árabe, pois sabe que a expulsão de Israel nunca se efetuará. Tal medida, mesmo aprovada pela maioria das nações presentes à Assembleia Geral, tem de ser referendada pelo Conselho de Segurança da ONU, onde Estados Unidos, Inglaterra e França certamente usarão o direito de veto.

Espanha

A via de Carrillo

O Partido Comunista Espanhol, conhecido por suas posições independentes da União Soviética, a julgar pelas últimas declarações de seu líder, Santiago Carrillo, 60 anos, 30 dias quais no exílio, está firmemente crente de que participará do poder num futuro não muito remoto. Em entrevista à revista Time, reafirmou sua posição política independente, em alguns pontos coincidente com os pontos de vista do secretário geral do PC italiano, Enrico Berlinguer. A mais importante: discorda dos comunistas portugueses radicalmente. E adverte os conservadores: "Se as forças democráticas não forem levadas ao poder na Espanha, o país pode ir pelo mesmo caminho de Portugal. Com isso, quero dizer que pode haver uma séria radicalização da situação política, uma radicalização que pode incluir eventos oficiais das Forças Armadas. Isso é um grande perigo, porque o caminho para o socialismo na Europa Ocidental deve ser democrático". Carrillo repreende também os americanos: "Não podemos

entender a política americana. Parece que existe um acordo entre as superpotências para impedir as forças progressistas de chegarem ao poder na Europa Ocidental". E, surpreendentemente culpa os americanos pelos acontecimentos em Portugal: "A radicalização em Portugal é em grande parte devido a uma falha dos americanos. Eles poderiam ter impedido isso". Não indica se os EUA deveriam ter usado a CIA ou algum outro meio mais sutil, mas de qualquer maneira aproveita a ocasião para aconselhar os americanos sobre como evitar que se repita na Espanha os desagradáveis acontecimentos portugueses: "Porque consideramos inimigos? Não queremos ter como inimigo um país tão poderoso como os Estados Unidos. Não estamos propondo que os americanos se retirem de suas bases na Espanha... pensamos que algum dia eles deverão deixar a Espanha, assim como os soviéticos devem abandonar a Tchecoslováquia. Estamos prontos para proteger os investimentos americanos".

Desarmamento

Um enigma chinês

A China está gastando agora 25% menos dinheiro com armamentos que em 1971; essa é uma das principais informações fornecidas pela CIA, num relatório de 737 páginas recém liberado. A principal economia foi feita com o corte na fabricação de aviões de combate, mas aparentemente a produção de armamentos foi diminuída em todos os níveis. Outras revelações da CIA: a população da China, em meados de 1974, era de 920 milhões de habitantes e não 800 milhões como afirmava o primeiro ministro Chi En Lai; o ano de 1974 foi um mau ano para a economia e a China cresceu apenas 4%, mas a agricultura foi beneficiada com a compra no ocidente de 13 fábricas de fertilizantes; no setor petrolífero, a China atingiu a autossuficiência e se prepara para exportar.

A China tem denunciado constantemente os Estados Unidos e União Soviética pela "farsa" que essas duas nações executam ao pregar o desarmamento, quando na realidade estão construindo armas cada vez mais poderosas e mais caras. A CIA, no entanto, não acredita que a China tenha reduzido seus gastos unicamente para se manter coerente com as críticas que faz, e especula sobre as possíveis razões dos substanciais cortes no orçamento militar chinês:

- Como a redução dos orçamentos se deu logo depois da tentativa de golpe do ministro da defesa Lin Piao contra Mao Tsé Tung, a medida pode ser encarada como uma punição aos militares. Segundo a CIA, desde o golpe fracassado de Lin Piao — que morreu em 1971 quando tentava fugir para a URSS, segundo os chineses — o Partido Comunista Chinês e o governo reduziram a importância dos militares na vida nacional.
- Os governantes teriam chegado à conclusão que as despesas militares eram muito grandes e não compensavam em termos de aumento do poder militar.
- Os chineses teriam compreendido ser uma tarefa inútil produzir novas armas que se tornariam rapidamente obsoletas em comparação com as soviéticas e americanas.
- Os chineses já teriam forças convencionais e estratégicas suficientes para desencorajar um eventual ataque americano ou soviético, especialmente dos soviéticos, que os chineses acreditam ser um inimigo mais perigoso que os Estados Unidos.
- Finalmente, a CIA admite também que uma possível razão para a China manter baixo os orçamentos militares seja a necessidade de alimentar seus 920 milhões de habitantes e modernizar as indústrias.

A Gaiivota da Liberdade

O noticiário sobre Portugal é abundante na imprensa brasileira. Nunca ocorreu fato igual na história contemporânea dos dois países. E o noticiário é, evidentemente, desfavorável ao atual governo português. A maioria dos nossos jornais é contra o Movimento das Forças Armadas (M.F.A.). Não é contra as Forças por serem armadas; mas por outras razões. Precisamente porque as Forças Armadas Portuguesas assumiram um compromisso com o povo e tem procurado cumpri-lo é que se levantam tantas vezes contra ela. Se os com promissos contraídos pelas F.A. fossem para defender os interesses das grandes empresas, elas estariam sendo aplaudidas e estimuladas a continuarem na sua missão patriótica. Na verdade, os Militares Portugueses têm sido coerentes antes e depois da Revolução de 25 de abril de 1974. Convencionaram em um documento firmado em 11 de março de 74, ao qual têm guardado fidelidade, o seguinte:

"Na verdade, o Exército só será o povo em armas" quando, entre o Exército e o Povo (e escrevem povo com letra maiúscula), não existir em quaisquer barreiras, quando o Exército for realmente a encarnação duma vontade coletiva de defesa, duma afirmação insofismável, feita pelo próprio povo, de segurança e de independência nacional."

Os militares não enganaram a ninguém porque disseram antes de se rebelarem:

"As Forças Armadas precisam ter um mínimo de garantia de que são instrumentos da vontade da Nação e que não se encontram a serviço de qualquer grupo."

E, adiante: "Os militares conscientes sabem que o Poder (o governo salazarista) a si próprio se arroga o direito exclusivo em matéria de patriotismo e se pretende apoiado pela Nação. Contestamos, pois, o exclusivo e o apoio proclamados."

E revelando absoluto desprezimento que vem mantendo ao longo do processo revolucionário:

"Não é com aumentos de vencimentos, nem regalias sociais e privilégios de vária ordem, nem sequer com o previsto e anunciado reequipamento das Forças Armadas para a condução da guerra em moldes tecnicamente eficazes, não são com essas medidas apressadas, destinadas a abafar as vozes discordantes e atenuar o crescente descontentamento dentro das F.A., que o poder político conseguirá calmar a brecha que se abriu funda e dolorosa na consciência da maioria dos militares. Não serão nunca essas medidas"... "O prestígio das Instituições Militares só será alcançado quando entre as F.A. e o Povo houver realmente, unidade fundamental quanto aos objetivos a alcançar."

Essas coisas eles disseram antes da Revolução. Posteriormente, veremos o que disseram e o que estão fazendo depois dela.

De qualquer maneira, o ministro Marcelo Caetano, presentindo tempestade e revelando conhecimento dos homens, manifestou, em uma frase histórica que lhe é atribuída, toda a sua argúcia:

"Cuidado com os capitães. O perigo vem deles, pois não tem ainda idade suficiente para poderem ser comprados."

Para o Ministro, a idade é que facilita a transação de compra e venda. E como o Ministro só tinha dinheiro e armas para oferecer, não conseguiu impedir que os militares honestos e idealistas pudessem hoje cantar em suas festas civicas:

"A gaiivota da liberdade sobrevive sobre a cidade".

"Agora, o povo unido, nunca mais será vencido".

"Nunca mais nos curvaremos às armas da repressão".

"Agora o povo unido, nunca mais será vencido."

(Chico Pinto)

Os visitantes noturnos



As revelações feitas nos últimos meses sobre as ações clandestinas dos serviços de inteligência e segurança nos Estados Unidos transformaram completamente a imagem desses órgãos. A CIA e o FBI são vistos agora como uma caixa de surpresas e, por mais que se revelem novas "trapaças" dos serviços de segurança, a curiosidade da imprensa americana está longe de ser satisfeita gerando um clima de que muita coisa ainda está por ser revelada. Por

exemplo, causou espanto a revelação de que a CIA interferira no Chile para ajudar a derrubar o governo de Allende, mas esse foi apenas um episódio e a ele se seguiram outras revelações cada vez mais interessantes, mostrando como a CIA participou do assassinato de líderes estrangeiros, participava do tráfico de entorpecentes na Ásia, foi pioneira no uso de alucinógenos (décadas antes dos hippies), violava sistematicamente o sigilo postal, escuta-

va clandestinamente conversas alheias, etc.

Nu semana passada, a revista Newsweek, informada por fontes do Departamento de Justiça, publicou uma série de histórias sobre as atividades ilegais do irmão gêmeo da CIA, o FBI. Por anos seguidos, o FBI entrou clandestinamente em milhares de casas e escritórios de possíveis inimigos da América, uma faixa de atingidos que vai desde chefes da Máfia até embaixadores de outros países, numa média mensal de uma dessas investidas clandestinas por mês.

Algumas das histórias reveladas pela revista Newsweek:

- Agentes do FBI, auxiliados por um renegado tcheco, simplesmente roubaram uma máquina decodificadora de mensagens secretas da embaixada da Tchecoslováquia. Não contentes com isso, no dia seguinte estiveram filmando a embaixada para registrar as reações dos funcionários. Os agentes do FBI se divertiram à beça assistindo depois às cenas nas quais o chefe da segurança da embaixada é visto desconsolado, com o chapéu na mão, indo à embaixada da URSS para poder comunicar o acontecido.

• O FBI penetrou na calada da noite em inúmeras embaixadas e em casas de embaixadores. Numa delas, os agentes foram surpreendidos quando um funcionário soviético inesperadamente voltou à casa para buscar algo que havia esquecido: foi atacado e colocado à nocaute (O Departamento de Justiça já informou a todos os embaixadores que foram "visitados" pelo FBI que tomará as medidas legais cabíveis).

• Em uma ocasião, agentes do FBI se encontraram frente à frente, numa embaixada árabe não revelada, com um outro bando de agentes israelenses, "Que aconteceu nesses casos?"

A resposta à Newsweek: "Os agentes se cumprimentam e cada um segue seu caminho".

• Finalmente, em Nova Iorque, um agente abandonou rapidamente o apartamento que penetrara ao ouvir o aviso de perigo de duas buzinadas dado por seu companheiro que esperava no carro, na rua. Tomou rapidamente o carro, que saiu em disparada. Seus quarteirões à frente o chofer e passageiro se perguntaram mutuamente: "Quem é você?" O chofer aparentemente pertencia a outra equipe policial, cujo alvo era outro apartamento, no mesmo edifício.

A possibilidade do "imprevisível" Idi Amin Dada tornar-se presidente da Organização da Unidade Africana (OUA) não é, como pode parecer, o único problema que os líderes africanos deverão enfrentar a partir desta segunda-feira, quando se inicia em Kampala, capital da Uganda, a 12ª reunião do organismo. Criada em 1963 com o objetivo de arbitrar os conflitos e formar Comités de Libertação para os países ainda submetidos ao jugo colonialista, a OUA sempre teve uma existência atribulada, consequência direta das profundas divergências que envolvem os seus atuais 42 membros. Com efeito, além das diferenças políticas, ideológicas e religiosas que ameaçam a integridade da OUA, é preciso considerar também a variada geografia do continente africano: se os países árabes da África do norte são favorecidos pela existência de petróleo em seus territórios, a chamada África negra é composta de países que possuem poucas riquezas naturais e muitos problemas econômicos.

Esta situação se agravou particularmente no final de 73, após a Guerra de Outubro e a crise econômica que a seguiu: o aumento dos preços do petróleo. Na última reunião da OUA, em junho do ano passado, na Somália, os países da África negra manifestaram sua preocupação quanto à crise econômica que queriam uma "recompensa" (palavra que depois foi abolida do relatório) dos países árabes africanos, já que haviam rompido relações com Israel, atendendo, pois, à solicitação dos países árabes neste sentido. As soluções, no entanto, foram parciais: decidiu-se, por exemplo, pela criação de um Banco Árabe-Africano que começaria a operar com fundos de 200 milhões de dólares, quantia esta considerada insuficiente para "consertar" as finanças



A unidade ameaçada

O petróleo, a discriminação racial, o colonialismo e a sanidade mental de Idi Amin: os problemas da OUA.

dos países subdesenvolvidos.

Dai em diante, a OUA assiste a uma profunda modificação das relações de força em toda a África: a emergência da política do não-alinhamento, o aparecimento do mundo árabe como potência econômica e, o que é muito importante, a descolonização portuguesa. Se até então a OUA tinha conseguido manter, a duras penas, um certo consenso de seus membros em torno do objetivo final — a libertação de todo o continente —, agora fazia-se urgente uma reavaliação de seus princípios e uma redefinição de suas metas.

Qual é, porém, a força da OUA? Em outubro do ano passado foi possível ver, na ONU, uma demonstração do poder desses 42 membros africanos: numa assembleia geral, conseguiram, com seus votos, suspender as credenciais da delegação sul-africana. Mas as dificuldades também aumentaram. "Nos nos perguntamos — declara o atual secretário da OUA, William Etéki Mbuomua — se os Estados querem realmente que a organização seja forte. Pois nós oscilamos entre uma

instituição puramente notória ou uma instituição a que seja realmente uma força coercitiva".

Uma ONU dos Negros? Em fevereiro deste ano, em Addis Abeba, na Etiópia, a ONU indicou que suas principais dificuldades eram políticas. Nessa ocasião, quando estava em curso a 24ª sessão ministerial dessa Organização para assuntos financeiros, os participantes concederam somente um dia, dos 8 que possuíam, para tais problemas; o restante da semana foi marcado por polémicas fundamentais: a ofensiva sul-africana, os conflitos inter-africanos, a cooperação afro-árabe e as estruturas da Organização.

O debate sobre a África do Sul foi dos mais intensos, pois de acordo com os líderes africanos, as manobras do chefe de estado sul-africano, John Vor-

ster, representavam a principal ameaça à integridade da OUA; a posição dessa Organização sobre os dois países racistas da África austral sempre foi determinante: repúdio aos governos de Ian Smith (da Rodésia) e de Vorster e, ao mesmo tempo, total apoio aos movimentos de libertação das maiorias negras nesses países. Em abril passado, porém, numa sessão extraordinária da Organização em Dur es-Salam, na Tanzânia, convocada para decidir sobre a abertura de um "diálogo" com o governo de Vorster, a África condenou sem equívocos e estratégia do "diálogo" e as manobras "divisionistas" do chefe de estado sul-africano.

Mas essa vitória, como declarou o secretário da Organização, é frágil: existem outros problemas, também cruciais. E o caso da cooperação afro-ara-

be, amplamente discutido também em Addis Abeba: ao que parece, existem duas posições distintas na África negra com relação a essa cooperação. Em primeiro, esta a posição de alguns países anglofônos (colonizados pela Inglaterra), bastante ligados aos EUA, que olham com desconfiança para essa cooperação; e, segundo, estão aqueles que acreditam na possibilidade de uma cooperação leal entre os países africanos e o mundo árabe. Para tanto, decidiu-se pela preparação de um encontro da OUA com a Liga Árabe.

Resta saber se presente reunião da OUA, em Kampala, irá reafirmar as posições de Addis Abeba (relações afro-árabes) e de Dur es-Salam (negação do diálogo com a África do Sul). Por outro lado, não se pode esquecer, sobretudo, que a descolonização portuguesa modificou fundamentalmente os dados geopolíticos da África, e, naturalmente, da própria OUA: com a adesão das ex-colônias lusitanas, essa Organização contará com quase 50 membros. Se for mantida a uni-

dade, poderá se esperar uma atuação eficaz do organismo? "Com o tempo — indica o secretário Etéki Mbuomua — nós sabemos sem dúvida se a OUA pode ser diferente de uma ONU de negros" ou se ela pode tornar efetivo o seu poder de colocar em prática suas decis-

ões. Ao lado desses problemas "permanentes" para a Unidade Africana, uma questão circunstancial pode levar a OUA a um ano de conflito e descredito: a nomeação protocolar de Idi Amin para a presidência desse organismo. São poucos os observadores, que têm esperança de que o bizarro ditador ugandense ganhe alguma compostura ao assumir o cargo, como um diplomata misterioso que afirmara: "Vocês verão um novo homem quando a Amin começar a falar pela África. Essa não é uma responsabilidade pequena e ele evoluirá e se conduzirá como um verdadeiro estadista". Mas representantes de importantes nações como a Tanzânia, Zâmbia e Botswana e não nutrem essas esperanças e talvez não compareçam à reunião. Também o presidente Leopold Senghor, do Senegal, parece se opor à perspectiva de Amin ser presidente da OUA e anuncia sua ausência à conferência. O temor dos observadores era de que com a ausência de líderes mais equilibrados a conferência passasse a ser dominada pelos extremistas que levavam a OUA e adotam radicais porém impossíveis de serem colocadas em prática, que a viessem a desautorizar. E, confirmando aparentemente esses temores, nos dias precedentes à abertura da conferência Idi Amin já parecia sentir-se portá-voz da África: afirmava já ter pronto um plano de invasão militar da África do Sul e da Rodésia — cuja data não revela nem a esca porque é muito secreto — invasão que ele comandaria pessoalmente.

Sobre a loucura e seus métodos

Idi Amin Dada: o provável presidente da OUA

As loucuras de Idi Amin Dada, o presidente da Uganda (ex-colônia britânica), tem os seus métodos, e também as suas razões. Esse homem gordo, enorme (120 quilos, 2 metros de altura), quase sempre sorrindo, será unicamente um bufão irresponsável? Há 4 anos no poder, mais de 100 mil mortos, "desaparecidos" (cifra que é admitida pelo seu próprio ministério), o Papai Grande não é somente uma dor de cabeça para o Foreign Office — como no recente episódio de Denis Hills

(1) —, mas também uma inquietação para os 42 membros das nações africanas que estão reunidos, a partir desta semana, em Kampala (capital da Uganda), para a conferência anual da Organização da Unidade Africana — OUA. Pois tradicionalmente, o presidente do país sede (neste caso, o próprio Idi Amin) é eleito para presidir o organismo durante um ano.

Idi Amin começou sua carreira militar no exército britânico, como soldado do IV Batalhão dos Fuzileiros Africanos do Rei. Admirado pelos

seus superiores em virtude de sua lealdade ao Império Britânico, o sargento-coronheiro comportava-se com perfeição; uniforme impecável, o melhor boxeador e a melhor pontaria do regimento. No período da descolonização africana, Amin ingressou no exército ugandense, como instrutor de tiro ao alvo e luta-livre.

Em janeiro de 71, aproveitando-se da ausência do presidente Milton Obote, que estava numa conferência em Singapura (dos países africanos que fazem parte do Commonwealth, a Comunidade Britânica), o general Idi Amin, na época o comandante do exército, tomou o poder com o auxílio — dizem — dos serviços de inteligência britânico e israelense. Pouco depois, a Grã-Bretanha reconheceu o novo chefe de Estado e ofereceu ajuda econômica no valor de 10 milhões de libras esterlinas.

A nova situação, aparentemente, favorecia os interesses britânicos, pois o novo presi-

dente era reconhecidamente devotado aos ingleses e à rainha, muito diferente, portanto, do intelectual socialista e ex-presidente Obote. No entanto, o Foreign Office não cumpriu suas promessas e Idi Amin começou a temer um possível isolamento, pois seus vizinhos (Zâmbia, Tanzânia, Quênia e Sudão) não o viam com nenhuma simpatia. Data desta época, em meados de 72, a sua aproximação com Raddadi, o presidente líbio, que oferecia ajuda econômica aos países africanos que rompessem relações com Israel. Apesar dos apelos britânicos, Idi Amin não hesitou e, desde então, as relações Londres-Kampala começaram a se deteriorar. A chantagem apareceu, neste momento, como única saída para os problemas de Idi Amin. E quando o ditador ugandense ameaçou expulsar os 85 mil asiáticos de nacionalidade britânica, a não ser que receba do Foreign Office as libras prometidas e uma providencial ajuda militar. Não

vieram as libras e tampouco os tanques; em compensação, a expulsão dos asiáticos atingiu violentamente a economia de Uganda, pois estes controlavam 80% do comércio local e externo.

A crise econômica, porém, não impediu que Amin procurasse alguém disposto a lhe oferecer armas. Por outro lado, desde 73 a União Soviética mostrava interesse em contrabalançar a crescente influência de Pequim na zona, e para isso, precisava de um aliado. Amin soube ser compreensivo: a partir de 74, os soviéticos forneceram uma substancial ajuda militar à Uganda. Hoje, segundo os observadores militares, o exército ugandense é um dos mais poderosos da região e o principal sustentáculo de Amin no poder, já que sua popularidade não é suficientemente forte para mantê-lo na presidência.

E por causa disso que Idi Amin procura forjar um caris-

ma, tentando aparecer como um virtual líder africano, que humilha publicamente os antigos colonizadores, que comia as forças naturais (fala com os animais) e as sobrenaturais (tem sonhos e revelações do céu) para alcançar seus objetivos. No entanto, apesar dos seus esforços de surgir como o unificador das diferentes tribos e etnias da Uganda, Amin pertence a uma das menores etnias (somente 6%, da população do país: os muculmanos). Desta maneira, como disse um ex-ministro de Amin, a única força desse Papai Grande africano é o seu exército. E também o medo da população.

(1) Denis Hills, foi condenado à morte — e posteriormente perdoadado — por ter escrito, em livro não publicado, que Amin era um "tirano de aldeia". Na ocasião, Amin concluiu a suspensão da sentença à ajuda econômica e militar que havia solicitado aos ingleses.

OEA x EUA

Por 20 votos a 1, a OEA (Organização dos Estados Americanos) — OEA, Na última quarta-feira, em San José, Costa Rica, todos os países latino-americanos aprovaram, por unanimidade, a inclusão de um novo princípio no texto do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca — TIAR que afeta diretamente suas relações com os EUA: trata-se do conceito de "segurança econômica", uma resposta clara à política das pressões e represálias econômicas que os EUA sempre adotaram com relação aos seus vizinhos deste hemisfério.

Conquanto a nova resolução, proposta pelo Peru, seja apenas uma recomendação e que,

por isso seu cumprimento não seja obrigatório, parece evidente que ela representa uma posição mais definida dos países latino-americanos na defesa de seus interesses. O embaixador nader Pitty Velasquez, num tom sarcástico, fez a crítica mais severa ao comportamento da política econômica norte-americana para a América Latina. Declinou, sem citar nomes, que "somos obrigados a viver com o país mais poderoso da Terra, que promete cooperação econômica, mas impõe a nós, menos poderosos, os piores castigos". Antes, porém, leu os artigos da carta da OEA e apontou, para cada um deles, pelo menos uma violação cometida pelo "país mais poderoso da Terra", não faltando,

inclusive, insinuações à intervenção da CIA em países do continente.

Este sentimento de defesa dos interesses latino-americanos ainda assumiu contornos mais emocionais, como por exemplo, na questão do Panamá que ainda permanece num impasse: o Congresso norte-americano não concedeu a verba para o prosseguimento das negociações que deveriam levar à devolução da zona do canal ao Panamá. Parece haver um consenso por parte dos países latino-americanos, agora mais dispostos do que nunca a rejeitar aquilo que sobrou da política do "big stick", representada pela ala conservadora do Congresso e do Senado norte-americano — que ainda olham a América Latina como um "quintal" dos EUA.

Talvez por isso, prevendo reações desfavoráveis do bloco

latino-americano a Washington (até o Chile, o que foi uma surpresa, votou a favor da segurança econômica), os norte-americanos procuraram "presentear" os países-membros na reunião da OEA, adotando uma posição favorável ao levantamento das sanções impostas à Cuba desde 1964: seja ou não correto, a verdade é que esta nova atitude dos EUA foi decisiva para o fim do isolamento de Havana. Os obstáculos ao regime de Fidel parecem dissolvidos, pois é esperada para esta terça a reunião do órgão de consulta da OEA, convocada na semana passada pelo Conselho Político do mesmo organismo. Esta reunião, a 16ª, será realizada também em San José, e sua convocação foi feita com base na reformulação do artigo 17 do TIAR, que agora não mais legitima sanções contra qualquer país do hemisfério (ver Movimento nº 3).

No momento, de acordo com as fontes diplomáticas, Cuba deve contar com o voto de 14 países*: o Brasil, a Bolívia e a Nicarágua ainda não se manifestaram sobre o problema e provavelmente se absterão na votação. Por outro lado, o Chile e o Paraguai são os únicos países que votaram contra a reformulação do artigo 17 na terça da semana passada, ficando assim virtualmente isolados. Ao que tudo indica, o levantamento do embargo será feito com base num documento que a delegação norte-americana apresentou, em caráter não-oficial, na véspera da reunião. Esse documento propõe "liberdade de ação" aos países-membros da OEA que queiram estabelecer relações diplomáticas e comerciais com Cuba. Segundo alguns observadores, os EUA fizeram circular esse documento por razões muito simples: desde que foi decidido o bloqueio, alguns países, e

recentemente a Venezuela e Colômbia, simplesmente ignoraram o bloqueio e estabeleceram relações diplomáticas com Havana. Para evitar que num futuro próximo os outros governos fizessem o mesmo, o melhor seria que a OEA formalizasse o levantamento das sanções.

Depois disso tudo, será que Washington saiu perdendo? Aparentemente não, pois gradua a posição flexível adotada com relação a Cuba, e possível que a política norte-americana tenha evoluído a pior: uma derrota mais desastrosa do que aquela que sofreu quanto à questão da segurança econômica.

*São os seguintes: Argentina, Colômbia, Costa Rica, E.U.A., Haiti, México, Venezuela, Panamá, Peru, República Dominicana, Trinidad Tobago, El Salvador, Honduras e Equador.

POR TRÁS DA GUERRA CIVIL

A guerra civil e os interesses de Mobutu (da CIA?), das URSS, da China da França, da Alemanha e da África do Sul em Angola

Com a renovação das hostilidades em Angola, nas últimas semanas, o espectro da guerra civil voltou a pairar sobre a mais rica das ex-colônias portuguesas. Desta vez, não aconteceram apenas escaramuças e troca de insultos. As armas leves e os franco-atiradores foram substituídos por morteiros de 120 mm e os conflitos armados ganharam características de verdadeiras operações militares pela conquista de Luanda, a Capital de Angola, pequena guerra da qual saiu vencedor o MPLA (Movimento Popular Para a Libertação de Angola). No início da semana passada, 600 combatentes do FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) permaneciam praticamente sitiados num forte do século 16, ocupando o único reduto em Luanda que lhes era concedido pelo MPLA (Movimento Popular para Libertação de Angola) através de um acordo de cessar-fogo (o 7º desde o início do ano) assinado às pressas. Com o acordo, a situação tornou-se menos tensa, temporariamente, mas permanecia ainda a ameaça de uma coluna de três mil homens da FNLA que estaria vindo do norte preparada para sitiar a Capital, o que equivaleria à irremediável deflagração da guerra civil.

Esses incidentes e os das últimas semanas — que deixaram um saldo de mais de 300 mortos — revelaram a fragilidade do governo de coalizão instituído entre os três movimentos de libertação para conduzir o país ao processo de independência, a ser formalizado em 11 de novembro. As três reitadamente violadas mostram que tendo desaparecido o inimigo comum — o exército colonial português — aparentemente quase nada mais une os interesses divergentes.

Que razões impediram que se desse em Angola o mesmo processo de transferência tranquila do poder aos movimentos de libertação, como aconteceu em Moçambique, São Tomé, Guiné e Cabo Verde? Graves diferenças tribais e políticas separam hoje os três movimentos de libertação, que não tiveram a oportunidade de se consolidar como partidos populares, enquanto se constituíram militarmente. Em Moçambique, por exemplo, a FRELIMO governava efetivamente as zonas libertadas e os irmãos Cabral souberam superar as diferenças tribais e consolidar uma linha política adequada à realidade nacional. Foi um longo processo de aproximação com o povo, feito simultaneamente com a implantação da luta armada. Mas em Angola a situação era oposta: os três movimentos lutaram independentemente, a partir de bases militares em países vizinhos e nenhum deles chegou a desenvolver laços nacionais mais profundos, limitando-se a ter maior penetração apenas em determinadas etnias.

Além disso, fatores externos influem no xadrez político angolano. Situada estrategicamente na África, Angola terá no futuro um importante papel geopolítico, disputado por soviéticos, chineses, europeus e americanos e talvez seja ainda determinante para o destino dos países governados por brancos na África Austral, como a Rodésia e África do Sul.

Não são, no entanto, apenas os interesses de influências política que estão em jogo. Sendo a mais rica das ex-colônias portuguesas, exportando mais de 1 bilhão de dólares anualmente, grandes interesses econômicos e comerciais estão em jogo, não só disputado pelas grandes potências mas também pelos países vizinhos, que procuram ajudar direta ou indiretamente cada um dos três movimentos de libertação.

O MPLA, liderado pelo médico Agostinho Neto, é o partido que ao longo dos 14 anos de luta armada se mostrou mais coerente na prática de uma política não racista nem tribalista. Formado a partir da pequena burguesia, mesclada de mulatos e de assalariados urbanos — camadas que têm uma consciência mais nacional do que tribal — o MPLA vem mantendo firme atitude anti-neocolonialista e neutralista. Tal política garantiu-lhe a grande apoio internacional, dos países escandinavios até a União Soviética. É o único movimento angolano que participa das Organizações Nacionalistas da Colonial Portuguesa (CONCP), o

que lhe vale estreita aliança com o PAIGC (Guiné e Cabo Verde), com a FRELIMO e com a MLSTP (São Tomé). Sua principal força não é militar, mas sim os quadros técnicos — indispensáveis ao futuro governo — e sobretudo o apoio popular que tem em Luanda, constituído pelos comitês populares de bairros pobres e favelas da capital. Tem ainda a preferência das forças armadas portuguesas, que ainda mantêm em Angola um exército de aproximadamente 20 mil homens, o que tem sido até agora o único impedimento da confrontação direta entre o MPLA e o FNLA.

Este último movimento, o FNLA, dirigido pela controversa figura de Holden Roberto, é herdeiro da UPA, movimento com forte penetração na etnia Kilongo e Butongo, do Norte, responsável pela insurreição armada de 1961 — uma revolta causada mais pelo ódio racial do que por uma consciência política — que causou a morte de milhares de civis e a repressão portugue-

Em 1963 o MPLA, que também tinha bases no atual Zaire, foi expulso do Zaire, perdendo então sua melhor retaguarda para as incursões em território angolano. O MPLA nessa época passou a agir a partir do Congo Brazzaville, de onde se dirigia à rica província petrolífera de Cabinda e da Zambia, onde partia para combater no despojado leste angolano. O FNLA, solidamente instalado e apoiado pelo Zaire, é assim visto como um preposto do general Mobutu Sese Seko. Os interesses do Zaire são claros: suas reservas petrolíferas são uma continuação dos lençóis de Cabinda; seu único acesso ao mar é um corredor entre Cabinda e Angola e finalmente depende das estradas de ferro de Beguela, que cortam Angola, para exportar o minério de ferro proveniente da sua rica província de Katanga. Para Mobutu, que é frequentemente acusado juntamente com Holden Roberto, de ser ligado à CIA, a presença de um governo esquerdista em Luanda seria uma ameaça permanente de onde partiriam

FNLA tem sido a China. A explicação chinesa desse apoio parece basear-se na "sovietofilia" do MPLA. A China numa manobra considerada por muitos como "oportunistas", se não joga imediatamente no sucesso do FNLA, pelo menos joga indiretamente com as boas graças do Zaire, através do general Mobutu. Engrossam ainda as fileiras do FNLA uma dissidência do MPLA, liderada por Daniel Chipenda, ex-astro do futebol português. No início da semana passada Chipenda se dirigia para Luanda com 3 mil comandados e se deteve em Carmona, a 200 quilômetros da Capital, aparentemente temendo a interferência dos exércitos portugueses em favor do MPLA. Chipenda tem também apoio ao sul da capital, mas numa região fortemente dominada pelo terceiro movimento de libertação.

O UNITA (União Nacional para a Libertação Total de Angola) presidida pelo dr. Jonas Savimbi, é o mais fraco dos três grupos, militarmente, mas tem crescido continuamente desde 25 de abril. Seu papel torna-se a cada dia mais decisivo. Com o cessar-fogo depois da queda de Caetano, a UNITA soube se aproveitar do vazio político que ocorreu no país. Enquanto a FNLA "desceia" do Zaire e ocupava militarmente o norte angolano, o MPLA tentava debelar uma crise interna realizando um congresso na Zambia. A UNITA, quase sózinha no jogo político na vasta e populosa região centro sul, lançou palavras de ordem que correspondiam às necessidades imediatas dos africanos ("Paz e União"). Hoje é o partido que, embora militarmente o mais fraco, apresenta o maior contingente eleitoral. A UNITA tem consciência de que não pode se sobrepor aos dois mais importantes grupos e que terá de aliar-se cedo ou tarde a um dos dois (já se aliou ao MPLA, ao FNLA e — dizem — aos portugueses). Todavia, enquanto é possível, Savimbi procura manter a equidistância, mantendo-se no entanto fiel às forças que o apoiam externamente: os países do Mercado Comum Europeu (França e Alemanha principalmente) e ao que parece, aos interesses mineiros da África do Sul. É no sul de Angola, onde a UNITA é mais forte, que se concentram os interesses petrolíferos da França e as jazidas de ferro exploradas pela Krupp alemã, cujo maior cliente é o Japão. Aproveitando-se da situação confusa reinante na capital, nas últimas semanas a UNITA vem organizando comboios de refugiados de Luanda, trazendo-os para a região sob seu controle. Muitos portugueses — os que encontram dificuldade de voltar a Portugal — aparentemente se deslocam para o sul pacificado, levando consigo as organizações paramilitares de defesa dos brancos (teriam mais de 30 mil homens armados) para constituir no sul um reduto industrializado e seguro, oficialmente protegido pelas forças de Savimbi.

Resta ainda, na questão militar, o chamado quarto movimento de libertação: o MFA de Portugal. Com pouco mais de 20 mil homens, mas modernamente armado e agora um exército politizado e experiente, está limitado no entanto às cidades e ao uso da Força Aérea. O principal papel do MFA tem sido até agora impedir a deflagração da guerra civil, mas começa a ser notada sua preferência pelo MPLA.

Esse é, em resumo, o quadro político e militar de Angola. Complexo, parece não poder ser resolvido só pelos angolanos. Mesmo se levado ao foro africano, pela OUA (Organização da Unidade Africana) que se reúne esta semana em Uganda, o impasse e a ameaça de guerra civil persistem. Na OUA, com os três movimentos de libertação presentes, juntamente com seus países patrocinadores ou apoiadores, a cisão pode se agravar. Enfraquecida pelas cisões internas, esvaziada pela ausência de importantes líderes, a reunião da OUA pode transformar o conflito interno de Angola numa confrontação entre os países interessados. Mobutu, um dos grandes interessados, por exemplo, não esconde sua simpatia pela solução separatista em Cabinda ou sua pura anexação ao Zaire. O que também mais discretamente vem pedindo o Congo Brazzaville.



O cenário da guerra

Cabinda, no extremo norte, rica produtora de petróleo, desperta o interesse do Congo e do Zaire. O MPLA tem predominância, pressionado pelo FNLA e pelos exércitos do Zaire.

No Norte, domina a FNLA, a partir das bases instaladas em Território do Zaire. O FNLA conta com efetivos bem armados, entre 30 e 40 mil homens, apoiados pelo Zaire e pela China.

No centro-sul, onde situa-se a capital, Luanda, o MPLA domina. Para receber auxílio externo conta com o porto de Luanda, onde, aparentemente, já se encontram 3 navios soviéticos. Tem 20 mil homens num exército bem organizado.

O sul, base da UNITA, que é militarmente mais fraca, é a região mais industrializada e rica do país. (exceto Cabinda). A aliança do sul, que se mantém neutro, com um dos outros movimentos, poderá ser decisiva.

sa extremamente sangrenta. Mais de 300 mil refugiados se dirigiram para o Zaire nessa época onde a FNLA recrutou a maioria absoluta de seus quadros. Por isso permaneceu uma organização preponderantemente tribal. Sua ação no resto de Angola é limitada, não indo além da ação social e da propaganda promovida por delegações ricamente aparelhadas, onde o pagamento do pessoal substitui o voluntariado. Sediada no Zaire, de cujo presidente Holden Roberto é cunhado, a FNLA teve nesse país por longo tempo sua única base de apoio.

incursões guerrilheiras contra seu território.

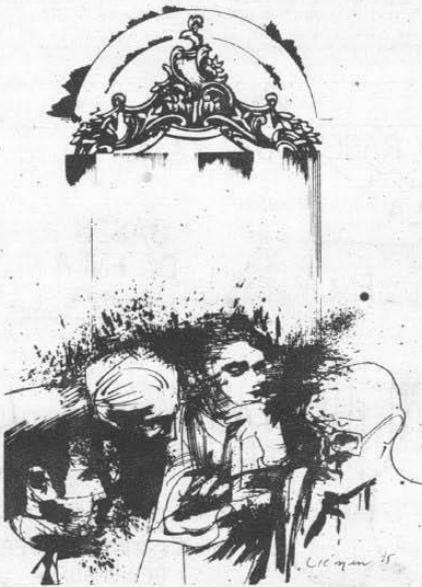
Mas apesar das facilidades que o Zaire forneceu ao FNLA, tornando-o o mais bem equipado e numeroso movimento de libertação, sua desídia sobre Luanda traria problemas logísticos de abastecimento militar para uma guerra prolongada. A maioria dos quadros do FNLA encontra dificuldades para se consolidar junto às populações centrais do país devido à sua ascendência marcantemente tribal; eles não falam o português nem as línguas nativas do sul e centro-sul. Outra fonte externa de apoio do

CULTURA

LITERATURA E POLÍTICA

Debates como os do Teatro Casa Grande, realizados recentemente no Rio, indicam a pulsação contínua e vital da cultura brasileira e, ao mesmo tempo, a sua atual falta de recursos para se manifestar.

Antonio Carlos de Brito



Num artigo recente, intitulado "Devagar com o Andor", no *Jornal do Brasil*, onde recomenda moderação aos mais intransigentes, um comentarista descrevia assim a novidade: "Desabitado ao debate e à controvérsia, o Brasil volta a discutir os seus problemas. De repente, instalou-se no país uma discussão ampla, variada, salutar". Neste ponto as pessoas não mudaram: todas as vezes que somos tocados pela "brisa da descompressão" elas logo reaparecem, mais ou menos inquietas, ávidas de recuperarem o debate vivo e mais participação nos fatos e assuntos nacionais, afinal tudo isso é parte integrante de suas vidas e aspirações. Particularmente expressivo dessa conjuntura que se esboça foi o recente ciclo de debates em torno da cultura brasileira, acontecido no Teatro Casa Grande, no Rio, e que arrematou uma verdadeira multidão de gente, além de dar a palavra aos nossos melhores e mais representativos intelectuais, jornalistas, artistas, etc. Particularmente expressivo desse ciclo foi o encontro em que se discutiu a situação e perspectivas atuais de nossa literatura e, por tabela, de toda uma vasta área de problemas e interesses a ela ligados. Diante de uma sala apinhada de gente, com cerca de 1.500 pessoas, se apresentou um grupo de expositores formado por Afonso Romano de Sant'Anna, Antônio Callado, Antonio Candido, e mais Alceu Amoroso Lima, que não compareceu mas enviou uma mensagem lida na ocasião por Antônio Houaiss, que além de presidir a mesa e coordenar o debate ainda teve tempo de também dar sua palavrinha.

**Inquietação subjetiva,
fechamento objetivo:
qual o saldo?**

O encontro foi aberto com a leitura do texto de Alceu, o que poderia servir de excelente ponto de partida, cheio de boas e oportunas sugestões, para o debate vivo que logo se seguiria. A questão é a seguinte: sendo a situação cultural de um país resultante de um movimento duplo, *objetivo* e *subjetivo*, a quantas anda a cultura brasileira, agora, em relação a essa dupla exigência? Segundo Alceu, "...o elemento subjetivo é a capacidade criadora e pessoal dos espíritos; o elemento objetivo é o conjunto de circunstâncias sociais, passadas e presentes, que formam a estrutura exterior e situacional, para o desenvolvimento daquela atividade pessoal, criadora e livre".

Estava esboçada a função geral de nosso sistema institucional e político, que hoje é o contexto indispensável e necessário para qualquer discussão que se preze sobre assuntos de cultura e literatura, e muitos outros também. O tom daquelas palavras iniciais, mais os assuntos trazidos diretamente para a cena, mais a grande concentração de pessoas e expectativas, mais o aspecto de retomada do debate público, etc, tudo isso contribuiu para realçar o caráter acima de tudo *político* do encontro. No dia seguinte os comentários eram muitos e desencontrados, mas de modo geral deixavam transparecer certa perplexidade aliada a um sentimento indistinto de frustração. Como avaliar o saldo final do debate? Foi positivo? Não foi?

Segundo: o tom e os temas da carta de Alceu não foram retomados pelo primeiro expositor, Afonso Romano, que manifestou uma postura mais formal e universitária, fazendo um retrospecto cronológico dos vários surtos de vanguarda ocorridos na poesia brasileira, a partir da década de 50, aos quais atribuiu, em conjunto, a mesma importância histórica e renovadora da revolução modernista de 22. Iniciada com o Concretismo, a vanguarda ainda se manifestou no grupo mineiro Tendência, em Praxis, no Neo-Concretismo, no poema Processo, e culminaria por volta de 68 com o Tropicalismo, sua expressão mais rica.

Afonso ainda chamou a atenção para os enormes progressos feitos pela chamada *crítica universitária*, da qual se diz adepto, e que representa a transformação da crítica numa disciplina altamente especializada, dotada de terminologia técnica específica, acessível apenas aos iniciados, além de seu caráter basicamente instrumental. Segundo esta posição, é "natural" que a crítica literária não seja entendida pela grande maioria dos mortais, que afinal também não está capacitada para entender a linguagem do engenheiro, do matemático, etc. Afonso observa: "Eu, p.ex., escrevi um livro de crítica estruturalista e não sou estruturalista". Esta atitude sugere a anulação de qualquer vínculo valorativo, em última análise político, entre indivíduo e teoria; a relação é exterior e está ligada às ideias de eficiência e operacionalidade, padrões de comportamento mais afeitos à estrutura de funcionamento da vida institucional e burocrática. O crítico é o sujeito que tem competência no manejo e aplicação de regras e instrumentos de análise, e os textos de ficção passam a ser tomados, crescentemente, como material que exemplifica a auto-suficiência apriorística daqueles teóricos.

Os temas e a postura de Afonso serão retomados e discretamente relativizados por Antonio Candido, que inicia sua fala ironizando a atitude convencional do professor, no caso ele próprio, que finge descobrir na hora aquilo que desde antes já está pronto e esquematizado em sua cabeça. Como não havia "preparado" nada para aquele encontro, se declara obrigado a *representar* aquilo

que verdadeiramente faz, e sugere uma esquematização da literatura moderna numas poucas características principais. E dirigindo-se ao público, que neste momento é convidado a representar o papel de *sala de aula*: "Vocês, naturalmente, estão esperando que eu diga quais são as tais características da literatura moderna...". Esta atitude, que supõe distanciamento diante de si mesmo, e também da situação e da literatura, possibilita uma relação bem mais informal e direta com a plateia, fazendo com que esta se descontraia e participe ativamente na identificação e crítica de estereótipos. Nunca é demais, nos tempos que correm, arejar um pouquinho a atmosfera reinante. Depois de observar o abultismo que as vanguardas impõem à vida literária, fazendo de seus métodos exclusivos a única referência válida e aceita, Antonio Candido passa a enumerar alguns de seus traços essenciais. Entre eles está o que chamou de "ocultamento dos nexos sintáticos", ou mais diretamente a descontinuidade e fragmentação que dominam o estilo moderno. Depois destacou sua tendência não-mimética e mesmo anti-mimética, o que resulta, em termos de composição, na substituição crescente da metáfora, que sempre remete ao mundo exterior, por princípios de construção predominantemente lógicos e assentados em relações combinatórias. E arremata, tocando num ponto que é um verdadeiro ponto fraco das auto-denominadas vanguardas: uma literatura que hipertrofia a dimensão das relações lógicas da linguagem acaba se tornando incapaz de exprimir os novos tempos, com seus valores e significados novos. Uma literatura que pode ter interesse para quem faz, mas para quem lê vai se tornando cada vez mais desinteressante, e Antonio Candido chama a atenção para um fenômeno muito sintomático e recente em nossos hábitos literários: o grande sucesso dos livros de *memórias*, o que seria em parte explicável por uma necessidade natural dos leitores de recuperarem a relação com o mundo referencial, com o mundo de todos nós, função que a ficção de vanguarda vai se tornando incapaz para desempenhar. Pegando outro aspecto do problema, Antonio Candido tratou da distinção entre *escritor* e *intelectual*, este último sendo aquele que não se ocupa apenas com questões especificamente literárias, mas que sobretudo assume uma atitude

de participação e responsabilidade social. Coerente com esta definição, acaba enfatizando que a única atitude possível hoje para quem está ligado à literatura ou às ideias é resistir, protestar, criticar. Finalmente, motivado por uma questão vinda da plateia, Antonio Candido tocou num ponto atualíssimo, ligado à nossa vida universitária e ideológica: o excesso de teorização nos cursos de literatura, sendo que a própria vai ficando mais e mais desalojada. "Não se ensina literatura brasileira, mas Teoria da Literatura Brasileira, e assim por diante. Os estudantes conhecem os formalistas russos mas nunca leram Dostoevsky; falam de Todorov e de Kristeva, mas nunca passaram os olhos sobre uma página de Machado de Assis ou Graciliano Ramos". Esta parece ser uma dura e irônica verdade: num meio cultural onde já se lê muito pouco como o nosso, onde ficcionistas e poetas contam nos dedos o número de seus leitores, ainda surge a concorrência bem patrocinada e prestigiada dos teóricos e teorias.

Os problemas da escassez de leitores e dos obstáculos da situação do escritor brasileiro foram anteriormente levantados por Antonio Callado, cuja linha de raciocínio é a seguinte: o desenvolvimento de nossa ficção é precário porque temos poucos escritores e, além do mais, impossibilitados de dedicarem tempo integral ao ofício: e isso porque nosso mercado de livros e de leitores é minúsculo e não comporta; e isso por causa do baixo nível cultural e de vida da grande maioria da população; e isso porque ainda não realizamos nossa... reforma agrária! A conclusão final é segura: "Com o analfabetismo e o pauperismo vedando à literatura o Brasil maior, reduz-se a muito pouco o espaço criador do país. A luta pela ampliação desse espaço, de tanto tempo que dura, com tão poucos frutos, pode parecer improfícua, inútil. Mas é a única luta que temos, nos livros ou fora deles". A atitude e as noções de engajamento de Callado, notáveis por sua firmeza moral e de convicção, apresentam, não obstante, um lado vulnerável. Ouçamos o autor de *Quarup*: "A primeira condição para um pleno desenvolvimento de um romance nacional é que um grupo substancial de escritores possa dedicar tempo integral a escrever livros. E a primeira condição para que isso seja possível é que existam leitores, os quais, comprando os livros, remunerem o escritor (...). Esta verdadeira ligação, o grande nexo entre os que trabalham para transformar em ficção, em símbolo, a realidade material e mental de um país, e os que absorvem esta ficção". No entanto o Brasil "Nunca se conformou, mesmo depois de abolir, tão tardiamente, a escravidão negra, em abrir suas terras para formar a grande classe média rural, que daria envergadura e substância ao grande país (...). A barreira erguida contra uma ampla distribuição de terras no Brasil foi sempre e continua sendo de meter medo. E não faltam grandes economistas para provar que o minifúndio é pior que o latifúndio e que as cooperativas funcionam mal entre nós". E logo conclui: "Com isto, naturalmente, servem o país pequeno, de eleitorado pequeno, de catálogos telefônicos pequenos, de *Who's Who's* microscópicos. E, no que nos concerne aqui, com muito pouca gente para ler romances". A maneira como Callado *relaciona* a necessidade de engajamento do escritor com o contexto da vida nacional peca pelo anacronismo da problemática que suscita, tanto literária quanto politicamente. Vejamos: dedicando seu empenho na luta por uma ampla distribuição de terras, portanto pela reforma agrária, o escritor estará contribuindo, enquanto cidadão, para o extraordinário crescimento dos seus leitores, os quais, *comprando* os seus livros, o estarão *remunerando* a ponto de poder dedicar, sem o risco de morrer de fome, tempo integral ao ofício literário. E assim terá desempenhado seu compromisso enquanto cidadão e realizado seus interesses enquanto artista: crescimento do mercado e "ampliação do espaço criador" são, para Callado, a única e mesma coisa, seguindo daí que o horizonte político e de engajamento do escritor torna-se compatível e dependente da realização plena de nossa civilização burguesa, com seu mercado de massa... O escritor tem, no limite, duas saídas: ou vai morar em Nova York, onde o mercado de leitores (e também de outras mercadorias) é grandioso, ou fica aqui no Brasil e se engaja sob a bandeira estratégica da... reforma agrária, resuscitando um velho mito de nossa ideologia populista, e restringindo a ele o nível de exigência e de colocação do problema.

O teatro se debate

Estreando como autor depois de uma longa experiência de diretor, Fauzi Arap quer mostrar os passos que levaram o teatro brasileiro à consciência de seu isolamento

José Arrabal

Pano de boca, de Fauzi Arap. Direção de Antonio Pedro. Com Buza Ferraz, Ginaldo de Souza, Érico de Freitas, Ivan Setta, Marco Nanini, Thaia Perez, entre outros. Teatro Glauco Gil, no Rio de Janeiro. Cr\$ 30,00 e Cr\$ 15,00 (estudantes).

O teatro passou a discutir seus impasses no próprio palco. O primeiro grito nesse sentido ficou parado no ar. O romantismo endossado na montagem do espetáculo "Um Grito Parado no Ar", de Gianfrancesco Guarnieri, firmou-se no entanto como um primeiro chamamento à auto-reflexão.

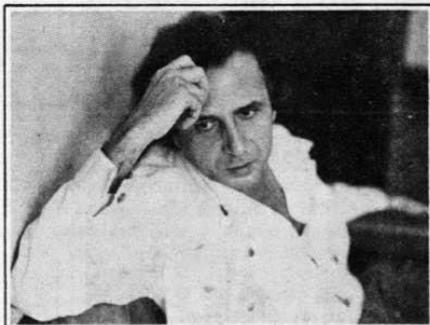
A essa peça, seguiu-se o excelente e pouco compreendido "O Ato Cara de Bolacha X Mimi Fla Flu", apresentado por um grupo de alunos de uma escola de teatro do Rio. Logo depois, "Pano de Boca", no teatro Glauco Gil, do Rio de Janeiro, surge como mais uma contribuição nesse debate. Falando das condições do teatro, de suas vivências, perspectivas e potencialidades, o último texto de Fauzi Arap, propõe-se a um aprofundamento de tema. Por isso mesmo, auto-denomina-se um "concerto" para o palco que se tem atualmente. "Concerto com esse mesmo, diz o autor. Fauzi propõe que o universo cênico

brasileiro vive hoje em desordem, desestruturado pela multiplicidade de experiências e pesquisas desmedidas de seus participantes. Procura expor os passos e as opções que levaram o teatro ao "caos" e aos "mistérios" de sua situação atual. Caos e mistérios que, conforme Fauzi, revelam hoje um teatro calado e assustado diante da realidade, externa ou mesmo interna ao teatro.

O autor encara o próprio cotidiano do homem comum como se fosse uma representação. Falando do ator como um personagem inacabado em busca de sua identidade, *Pano de Boca* propõe-se também a falar da plateia, de milhões de personagens que, da mesma maneira que os muitos atores brasileiros, vivem o caos e os mistérios de sua história recente, sem compreendê-la bem.

O teatro trancado e o retorno à sociedade dos "comuns"

Toda a premissa e toda a exposição de *Pano de Boca* voltam-se para um apelo mítico e pouco explícito de ordenação das coisas, a fim de que essas possam ser melhor entendidas e/ou encaminhadas. Após a desestruturação de sua companhia, um grupo de atores reunidos no palco do semi-destruído teatro onde antes atuara, disposto a retomar suas atividades. Os atores estão no próprio



ambiente de seu passado, procurando construir um futuro possível. O acaso os trancafiava naquela decadente e — mesmo para eles — misteriosa casa de espetáculos. Fora, um mundo de violência e tempestade os cerca.

Os atores têm algo em comum: "Nós somos uma ilha, um bando de pessoas perdidas, trancadas no teatro". Em dado momento, Paulo (Roberto Frota), ator sobretudo preocupado em ver-se racionalmente como um profissional, diz: "Parece que a gente está fora do mundo!" A fala seguinte ("E não

está?") é a confirmação para a plateia do mundo fechado em que vivem os homens de teatro brasileiros. Ou ao menos o viveram, em seu passado recente.

O ponto de vista enfatizado em *Pano de Boca* é o de Magra (Thaia Perez). Expressando-se num discurso de duplo sentido, Magra conta para alguém a trajetória do grupo. Magra está "tentando descobrir o núcleo de toda essa confusão". Sua fala de apoio é um quase onipresente "eu não sei, que sei eu?". Para ela, "o teatro já foi uma coisa religiosa e não é mais... é uma profissão". Talvez ("Que sei eu?"), por não se

explicitarem esses dois níveis, históricos, do que foi e do que é, haja tanto mistério, tanto caos. Talvez isso explique o silêncio de um teatro que pretende trancar-se num mundo próprio, comunitário, religioso, peculiar e particular: "A nossa resposta possível não inclui os outros e portanto está relativamente errada. Magra, no fim do espetáculo, abandona o palco ("E preciso não deixar de viver; e a vida e do lado de fora) e os planos futuros de seu companheiro de grupo. Quer retornar à sociedade dos comuns, onde para ela também há teatro: "O teatro é a engrenagem viva que interliga as pessoas... não é mentira, não é fingimento, é vida". Após a entrada em cena de Tarso (Ginaldo de Souza), que "tem a cabeça no lugar", os outros personagens dispõem-se a retomar o teatro como atividade. No palco.

A reflexão que não entrou em cena

Desse modo *Pano de Boca* quer entender o contexto crítico em que se encontra a atividade teatral no país. Não só denuncia o misticismo e a mistificação descabida, desproporcional e mesmo perigosa — denunciando, por conseguinte, o isolamento em relação à realidade externa que cerca o teatro. *Pano de Boca* não consegue transcender o objeto de sua denúncia, pois seu instrumental de expressão é uma linguagem que exhibe a realidade como algo mítico, esfinge que inspira medo. Assim, sua denúncia não chega a ser uma crítica concreta, pois a consciência mítica aprisiona aqueles que estão comprometidos com ela.

Nesse sentido, a melhor reflexão sobre os desastros da condução na vida teatral do país ainda não chegou ao palco.

E letra fria impressa no ensaio "O contexto" e Os Intelectuais", de autoria do professor José Arthur Gianotti: "(...) O ator é diretamente um assalariado, produzindo mais-valia, e o diretor, às vezes um assalariado, na maior parte do tempo porém associado a um produtor. Mas tais empresas, nas condições brasileiras, são extremamente frágeis, sempre na dependência de dotações ou privilégios oficiais, de sorte que todos se sentem à margem do sistema; usufruindo de suas migalhas, desenvolvendo uma consciência que, se é crítica, tende contudo à utopia. O artista ora sonha com um teatro popular, a casa cheia de gente dialogando fraternalmente sobre questões políticas ou da vida cotidiana; ora vem a público contar suas próprias mazelas, ora caminha para trás numa tentativa de destruir o próprio teatro e chegar a um ponto zero de consciência, de onde fosse possível reconstruir tudo de novo. Os atores, assalariados eventuais, e diretores e produtores, capitalistas de ocasião, todos estão sempre imaginando um sistema em que pudessem se inserir de uma forma mais contínua. Dai um certo fascínio pela integração comunitária que pode levar aos temas da comunhão espiritual ou da viagem da descoberta, num mudo salto para assuntos caros à cultura oficial".

Mas, se com *Pano de Boca*, o teatro falando de si mesmo não chega à reflexão concreta e material sobre suas condições de existência e manifestação, tem-se, contudo, um falar sincero. Nesse aspecto, *Pano de Boca* permite a uns a benéfica "exorcização" de suas vivências e passados recentes. A outros, entrega um material rico de informações que, irá contribuir a seu modo para que o teatro interira de modo mais consequente na realidade que o cerca.

Cinema de homem para homem (II)

"Mulher não funciona. Só a Lupe. (Porque é doida, sabe?)"

Jean-Claude Bernardet

Lupe, um nome de destaque entre os montadores de cinema no Brasil. Quem conhece?

Na década de 50, Lupe se afirma na montagem, entre outros filmes: *O Preço da Vitória*, de Osvaldo Sampaio, *Cidade Ameaçada*, de Roberto Farias, *Bahia de Todos os Santos*, de Trigueirinho Neto e recebe uma carrada de prêmios: o Saici, o Governador do Estado, o Prefeito de São Paulo, etc.

Maria Guadalupe, argentina, chega ao Brasil há quase 25 anos e ocupa um lugar que raramente mulher atinge: ela é uma técnica altamente especializada e conceituada. Porque, ou as mulheres, se têm nível universitário e ambições culturais, querem ser diretoras, integrando-se na aristocracia cultural, ou têm que ocupar cargos subalternos. Ela conseguiu se afirmar como técnica.

Frases da Lupe numa conversa com Eunice Gutman:

• "Quando cheguei ao Brasil, minhas atitudes eram diferentes do comportamento feminino brasileiro da época. Mulher sozinha dentro de um cinema era prostituta".

• "Trabalhei inicialmente como continuista e assistente de montagem. Escolhi a montagem. Só havia homens em montagem. Mulheres eram montadoras de negativo e continuistas. Quando optei pela montagem, me disseram: Você vai sofrer, ter vida muito dura. Se quiser coisa mais fácil, fica com a continuidade. Põe óculos escuros, cruza as pernas e com cigarrinho na mão vai ficando, muito charme. Assim viam o trabalho da mulher como continuista. Comprei a briga, não vou ficar como assistente apenas. Tenho meu temperamento".

• "Eu sou a exceção e não a regra. Tive sorte e uma educação especial. Criada em fazenda, com minha avó que era uma mulher muito especial, a vida não era um mar de rosas. Me acostumei à dureza. Em geral, existe diferença de educação, as mulheres são sempre protegidas e não ficam preparadas para a vida. Devo o meu sucesso a esse meu temperamento e à sorte de ter os amigos que tive. Foi Francisco Luiz de Almeida Salles, por exemplo, que sugeriu ao produtor de *Cidade Ameaçada* que meu nome tivesse maior destaque nos créditos".

• "Existe uma exigência maior e menor margem de tolerância para o trabalho da mulher. Com os homens, a margem de erro é muito maior. A mim, não me é permitido errar".

• "No trabalho, quando homem grita, é questão de trabalho. Quando mulher grita, vem logo alguém dizer pra gente não ficar nervosa. É questão de nervos, não é questão de trabalho. A consciência profissional viria questão de nervos".

• "Como o cinema é um artesanato e uma indústria muito diferente de outros setores de trabalho, sentese de maneira

diferente o preconceito contra a mulher. E menos ostensivo. Mas já encontrei pessoas realmente maravilhosas, de absoluto respeito profissional: Michael Sarne, Trigueirinho Neto, Jorge Iliel, Roberto Farias".

• "Claro que as mulheres em geral têm menor salário. Repito que sou uma exceção. Sempre cobrei caro porque tinha consciência de que ia dar ao filme mais trabalho do que outro montador. E porque também iriam me exigir mais".

• "Trabalhar é uma luta. Abduquei de minha vida particular. Adoro meu trabalho.

Tem gente que diz: Mulher não funciona. Só a Lupe. Porque é doida, pãncada. Pode?"

• "Se as mulheres não assumirem a direção dos filmes, ninguém vai dar. Ninguém vai bater na porta; tem aí uma moça que quer dirigir um filme? Tem que partir pra luta. Praticamente não existem diretoras. Os homens lutam com dificuldades, mas são em maior número. Há sempre um rodízio, enquanto um roda um filme, outro monta. A noiva da noite de Lenita Perroy e o filme de Regina Jehá sobre o bairro da Bexiga são bons trabalhos. Mas o problema é a falta de continuidade do trabalho da mulher. Fazem alguma coisa, mas param. Dificuldades? Não têm chances? Não compram uma briga? Que acontece? Tem que brigar".

• "Não acredito na falta de capacidade da mulher. Por que não existem mulheres dirigindo filmes nos centros mais industrializados? Só pode ser discriminação. Porque pior que muitos homens não iriam fazer. Se há tanto filme ruim, o pior já foi feito e por homens".

Literatura e política

continuação da página anterior

A enorme, ansiosa e angustiada sala de aula

O encontro para discutir literatura no Teatro Casa Grande é expressivo da retomada, num certo nível e de certa maneira, de nosso debate público e cultural, bruscamente interrompido pelos expedientes de pressão e controle postos em circulação a partir dos anos finais da década passada. Até então, como se sabe, a animação cultural, era grande e refletia a participação viva e polêmica de uma camada radical da população, formada por intelectuais, artistas, e sobretudo os estudantes, que constituíam a massa ativa do público que então frequentava teatros, festivais de música, salas de conferência, seminários, debates públicos, etc. Os bons ventos da reflexão crítica arçavam o dia a dia da cultura nacional, que embora

desligada de qualquer contato direto com as massas populares, na verdade refletia os seus problemas e discutia vivamente suas perspectivas históricas. Chegou a se falar do predomínio das artes públicas, muito mais afeitas e compatíveis ao clima reinante, sendo que a literatura em sentido próprio deixava o primeiro plano. No intervalo mais ou menos silencioso de alguns anos que nos separa desta situação muita coisa haveria de mudar, e só agora, quando daqui e dali se tenta retomar o debate público, é que podemos ver diretamente alguns sinais desta mudança. A simples presença daquela plateia numerosíssima que lotou o Teatro Casa Grande, e que tem comparecido sempre a vários outros debates e reuniões culturais, já é por si só reveladora do sentimento de inquietação e interesse que pulsa vivamente em muitos pontos da vida brasileira. Mas o seu comportamento, tanto intelectual como político, aparecia dominado pelo convencionalismo, pouco propício para essas ocasiões, e por certa submissão respeitosa diante dos expositores e de suas idéias e assuntos. Aquilo que deveria ser um debate mais parecia uma sala de faculdade onde, como numa cena de Buñuel, uma jun-

ta de professores ministrava aula para uma turma de mais de mil alunos, invariavelmente bem comportados, uns mais atentos que outros, outros menos aplicados que uns, a grande maioria levantando questões como se estivessem "tirando dúvidas" sobre este ou aquele ponto do "programa". São anos de pedagogia cotidiana que estão falando. Diante dos expositores e das sugestões trazidas para discussão, a plateia reagiu como se estivesse aquém de saber problematizar e formular seus interesses e angústias. A questão mais motivadora que levantou e que encontrou ampla repercussão, exprimiua ao mesmo tempo um pedido e uma queixa: "Estamos consumindo muita teoria; não seria possível a introdução de uma cadeira de criação literária nas faculdades?" Este anseio, que formulado naquele recinto e naquele momento não deixa de ter ironia, exprime na verdade uma realidade complexa e ligada a aspectos contraditórios do processo brasileiro. O texto de Alceu Amoroso Lima que abriu os debates serve talvez para fechar este comentário, ao assinalar que a fraqueza cultural brasileira, deste começo do fim do séc. XX, não se deve a uma falta de talentos ou de aspirações.

Adoniran, mulher, patrão e cachaça

Adoniran Barbosa, LP do compositor e cantor. Direção artística de José Bramante, Assistência de produção de J. C. Iotzeli (Pelão), texto e capa e Antônio Candido. Odeon. R\$ 50,00.

"Quando Deus fez o homem/ não fez um vagalino/ que nunca tinha fome/ e que tinha no destino/ nunca pegar no batente/ viver folgadamente/ O homem era feliz enquanto Deus quis/ mas depois pegou no Adão/ tirou uma costela/ fez a mulher/ Desde então o homem trabalha pra ela/ Vai daí o homem reza todo dia uma oração/ se quiser tirar de mim alguma coisa de bôlque me tire o trabalho/ já mulher não". Essa denúncia de poeta e de boêmio, feita certamente numa alta madrugada de bar, entre homens, está na fala com que Adoniran Barbosa começa o samba "Conselho de mulher", no seu novo disco. No samba, a mulher aparece, por um lado, como aquela que obriga o homem a trabalhar, ele que quer ficar "cortando rama", desfrutando os privilégios do lazer. Na palavra do sambista e gozador dos prazeres da vida, a mulher prende o homem à sociedade, compromete-o com o "progresso" ("eu sempre escutei falar/pogressão vem do trabalho/então amanhecendo nós vai trabalhar"). Mas essa promessa contém as manhas de uma verdadeira "dialética da malandragem", com a qual ele escapa ligeiramente, foge do batente invocando a generosa cumplicidade do homem máximo: "Amanhã vou trabalhar se Deus quiser, mas Deus não quer" (breque).

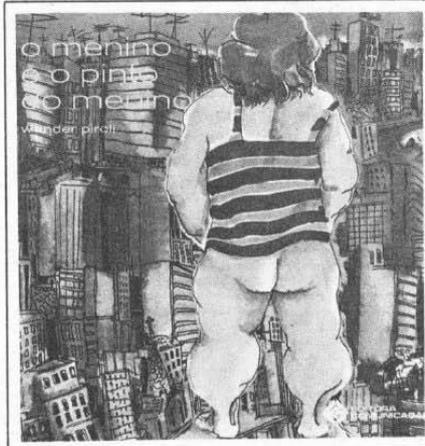
Além de boêmio, homem casado, músico, humorista, ator de anúncios de cerveja e de telenovelas, artesão de abajouros, Adoniran Barbosa é um poderoso poeta popular que não deve ser tomado apenas ao pé da letra. Nesse sentido, a recusa do trabalho é mais profunda e sutil, se pensarmos que não é uma recusa pura e simples, mas a expressão poética popular de uma resistência à ideologia da imposição do trabalho. Em outros sambas do disco o trabalho está lá: no

engraxate da praça da Bandeira, no outro que planta grama nos barrancos da avenida 23 de Maio. A personalidade do boêmio é uma invenção poética, um jogo através do qual o homem que trabalha procura dar sentido à vida, entre a ocupação e o prazer.

Em São Paulo, onde Adoniran sempre escutou falar em "progresso", a defesa da malandragem exige uma malícia redobrada, que não lhe falta: no uso do português misturado, nos sambas em forma de bilhete, nas rimas absurdas (Pajuca rima com pronunça, bagunça e com fonunça), e no impagável "Samba italiano" (verdadeira serenata interrompida, samba com violino trazendo discursos, chamados patéticos, breques hilariantes citando Michelangelo e Giocconda, tudo em italiano e indicando uma compreensão aguda do que é a mistura cultural brasileira).

Quanto à mulher, o boêmio Adoniran deixa certamente muito a desejar ao feminismo, como se viu. Mas a relação entre homem e mulher é também parte de um jogo sutil entre o trabalho e o prazer, que tem várias faces que se trocam, como a de dominadas e dominado, enquanto não se desfaça a punição do trabalho e os dois não voltam ao Eden. Ora a mulher escapará do homem que tenta retê-la ("Malvina"), ou que fica humilhado sob a chuva ("Samba italiano"), ora é vítima de bravatas como esta: "Mulher, patrão e cachaça em qualquer canto se acha". Os sambas de Adoniran estão cheios de ironia e lirismo; neles, só não há lugar para dor-de-cotovelo.

Há um momento da consciência em que o contrário do burguês não é o proletário, mas o boêmio, disse o poeta também paulistano Oswald de Andrade, em 1933. E claro que esse terceiro termo é ilusório, não descreve as relações reais de exploração que se dão na sociedade. Mas a auto-ironia do poeta Adoniran, fruto da invenção popular, está também desnudando esse fato: que a poesia é uma brincadeira, e que a brincadeira é muito séria. (José Miguel Wisnik)



Vida e morte em estilo direto

O menino e o pinto do menino, de Wander Pirolí. (Belo Horizonte, Editora Comunicação, 1975, 36 páginas).

O menino e o pinto do menino, livro recente de Wander Pirolí (autor de A mãe e o filho da mãe, já em segunda edição, e escritor premiado no Concurso de Contos do Paraná de 1972) não chega, propriamente, a ser um livro de "literatura infantil". O que pode ser visto como mérito, ao se atentar para o fato de que a simplicidade e as poucas páginas do livro o tornam especialmente atraente para crianças (talvez dos oito ou nove anos em diante) e adolescentes.

O livro põe em jogo, de um modo bastante simples e

direto, os temas da morte e da sobrevivência na cidade grande. Um menino ganha um pinto, e cada minuto que o animalzinho sobrevive entre os ônibus, síndicos, paredes de apartamento e antenas de televisão tem o sabor de uma pequena mas significativa vitória. Seu primeiro trabalho será o de convencer os pais de que, afinal, ganhar um pinto não é um desastre. E não há aqueles acucaramentos tão comodamente associados pelos adultos ao termo (que até pejorativo fica) de "literatura infantil". Por outro lado, o tom tétrico e melodramático de algumas ilustrações, como a última, mostrando a mãe da criança mordendo o travessão, contrasta viva e desagradavelmente com a simplicidade cristalina do texto. Uma pena: sensacionalismo demasiado.

Desespero Machista

No Ano Internacional da Mulher, ameaças pairam sobre as representantes do sexo feminino, das mais diversas condições. Em Mendoza, Argentina, o "Comando Moralista Pio XII" se propõe a "mover uma guerra que continuará até o total extermínio das que comerciam com o próprio corpo". Sua "campanha de moralização em defesa da juventude" consiste de ataques às prostitutas com cordas, cintos e correntes de bicicleta, já tendo sido espancadas 18 mulheres. Se essa ameaça atinge apenas as que praticam a dura profissão, há em Paris uma outra, menos violenta, mais geral e tão absurda quanto a primeira: o "Movimento pela Defesa da Condição Masculina e da Paternidade", liderado pelo advogado Roger Leenhard, luta para "recolocar os homens em seu justo lugar na sociedade". Querem os "masculinistas" acabar com a obrigatoriedade de pagar pensões em caso de divórcio. E vem com justificativas do tipo: "o feminismo está nos deixando numa posição de simples máquinas de amor".

Perigo para as domésticas

A Aventura de Ser Dona-de-Casa, de Tânia Kauffman, ed. Artenova, Rio, 128 páginas, Cr\$ 18,00.

Se você for uma boa dona-de-casa, e quiser que sua empregada se comporte bem, basta ameaçá-la sutilmente dizendo que seu primo é chefe de polícia. Essa é uma das edificantes lições que sobram da enfadonha leitura de Tânia Kauffman. Apenas por ser irmã

de Clarice Lispector, ela se julgou no direito de escrever esse "manual de dar jeitinhos" com as empregadas domésticas, vistas como fertras a serem domadas, e que reúne verdadeiras jóias de sabedoria de salão de cabeleireiro: "empregada nova é tão desconfortável como sapato apertado, um número a menos." Apesar de um título que, para os incautos, parece atrair para uma defesa da dura condição da mulher no serviço doméstico, o livro consegue marcar muitos pontos contra o feminismo e contra a pessoa humana em geral.

O segundo solo de clarineta

O escritor gaúcho Erico Veríssimo está terminando o segundo livro de suas memórias. Este, segundo ele, será principalmente um livro de viagens, contando as muitas que o escritor fez — pelo México, Estados Unidos, Europa e Oriente Médio. O primeiro (Solo de clarineta) falava sobre sua juventude (que passou em Cruz Alta, onde nasceu, e que em muito lhe serviu de base para criar a lendária Santa Fé de O tempo e o vento); sobre sua mudança e vida em Porto Alegre; e sobre suas primeiras viagens aos Estados Unidos.

A idade não tem alterado muito os hábitos de Erico Veríssimo, conforme ele mesmo diz (o escritor completa este ano 70 anos de idade). Continua saindo de manhã, quando há sol, para longas caminhadas pelas ruas de seu bairro. Trabalha à tarde, por cerca

de quatro ou cinco horas. A noite, no inverno, fica ao pé da lareira conversando com os amigos e visitantes, sobre a cidade, e os últimos acontecimentos. E vai até as duas da manhã.

Erico Veríssimo gosta, diz, de lembrar suas viagens. Fala com particular atenção dos tempos que passou em Portugal. Sobre este país diz que nos tempos do salazarismo os turistas se estivessem diante de um cartão postal. Que em geral não entendiam nada do sofrimento e das dificuldades do povo português. Achavam as casinhas bonitas, as ruas limpas, tudo bem arranjadinho. E só se lembravam das pessoas, diz Erico, quando estas se curvavam até o chão para cumprimentarem os automóveis que passavam, buzinando, pelas pequenas vilas do interior.

Mulher atrás da câmera

A Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro vai apresentar uma semana dedicada a "A mulher no cinema brasileiro", de 29 de agosto a 5 de setembro. Em torno da finalidade e da organização da Semana parece existir divergências. Como contribuição para a Semana, Ana Carolina (ver entrevista em Movimento de 21/7/75) nos manda a seguinte proposta:

"Uma vez que esta Semana está em andamento, sendo preparada desde maio, muito bem. Que ela seja feita e bem sucedida.

No entanto, que seja feito, no quadro dessa Semana, um Encontro Brasileiro de Trabalhadoras de Cinema. Desde a diretora até a montadora de negativo. Nesse encontro, seriam discutidos problemas relaciona-dos a reivindicações de salários, condições de trabalho, os sub-empregos e sub-free-lancers que as mulheres estão obrigadas a aceitar.

Da maneira mais aberta e política possível. Onde o trabalhador de cinema poderia até participar!

(J.C.B.)



As origens do capital inglês

O coração e o tesouro

Capitalismo e Escravidão, Eric Williams (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1975, 295 págs. Cr\$ 45,00)

Seria o Capitalismo resultado do esforço empreendido por alguns, que usando da astúcia, sacrifício pessoal e púlpita, acumularam capitais durante anos seguidos? Teria sido produto unicamente das transformações que ocorreram no interior das sociedades europeias, enquanto o resto do mundo permanecia alheio e passivo a essas transformações?

Foi empenhado em desmistificar estas versões enganosas, tão caras à historiografia tradicional, que o historiador e também primeiro-ministro da Trinidad-Tobago, Eric Williams, escreveu a obra **Capitalismo e Escravidão**, publicada pela primeira vez nos EUA em 1943 e somente agora traduzida para o português.

Para explicar o advento do Capitalismo o autor centra suas preocupações não na análise unilateral do processo de acumulação de capitais que se realizou no continente europeu, mas na sua relação dinâmica com o movimento de acumulação de riquezas que se processou simultaneamente a partir do mundo colonial. Mas, para acoplar a acumulação colonial com as formas capitalistas que se instalaram progressivamente na Europa a partir do

século XV, Williams traz à discussão um novo elemento que, no seu entender, teria marcado indelevelmente os rumos da nova era: a **escravidão moderna**.

Williams toma como casos exemplares de análise a Inglaterra — por ter sido a primeira nação a ingressar no Capitalismo — e a escravidão nas Antilhas inglesas, uma das áreas que mais propiciou lucros a uma metrópole ao longo da história do antigo sistema colonial. Casos exemplares, mas nunca casos únicos, adverte o autor. O Capitalismo como um todo, como um sistema social específico, deve grande parte de sua emergência ao escravismo que povoou todo o mundo colonial durante mais de quatro séculos.

O tráfico negro e as cidades inglesas

A expedição chefiada por Sir John Hawkins, em 1562, foi a primeira a traficar negros da África em nome dos interesses britânicos, e os 245 anos seguintes assistiram à proliferação deste trágico comércio, que teve na Inglaterra o seu mais devoto praticante. Tão lucrativa era esta atividade que nunca doeu à consciência dos traficantes o fato de que, ao abastecerem de escravos as colônias não-britânicas, prejudicavam os interesses gerais da Inglaterra, de quem se julgavam fiéis servidores. Liverpool, melhor do que ninguém, pode relatar fidedignamente as peripécias

do tráfico negro pois sua prosperidade confunde-se com a ampliação e o apogeu deste comércio. Era voz corrente na época, diz Williams, citando um contemporâneo, que "as paredes das casas (de Liverpool) estavam argamassadas com o sangue dos escravos africanos".

Também as cidades manufatureiras inglesas iriam acumular grandes somas ao fornecerem os grilhões, cadeados e correntes, que eram utilizados para prender os negros nos navios a fim de evitar motins e suicídios, e os ferros que, em brasa, queimavam a carne do cativo para identificar o seu proprietário. A troca de armas de fogo por escravos fez de Birmingham o centro do comércio de armas. Fundições de correntes e âncoras de ferro existiam, exclusivamente para abastecer os navios negreiros.

As Antilhas inglesas-Jamaica, Barbados e Antigua, principalmente, adquiriram os escravos dos traficantes para empregá-los nas plantações de açúcar que iriam dar alento às refinarias e às destiladoras de rum metropolitanas. Foram eles que forneceram também o

"As paredes das casas de Liverpool estavam argamassadas com o sangue dos escravos africanos"

algodão para as indústrias têxteis que fertilizaram de riquezas a Manchester do final do século XVIII. Foram também os lucros originados desse comércio triangular (Inglaterra-Africa-Antilhas) que regaram a rede bancária inglesa, levando-a a inundar todos os continentes, a partir do século XIX, com seus excedentes de capitais. Falar dos Heywoods, Leiland, Barclays é falar das grandes famílias de banqueiros da história da Inglaterra ou, o que é quase a mesma coisa, de proeminente traficantes de escravos.

O capitalismo contra a escravidão, na nova Inglaterra industrial

A conjugação desses poderosos interesses permitiu a "acumulação primitiva" de capitais, necessária à Revolução Industrial que se desenvolveu na Inglaterra a partir do final do séc. XVIII, e que estabeleceu o moderno capitalismo. Mas este, que para surgir exigiu toda uma gama de políticas de favorecimento e exclusividades, encontrou depois nessa mesma política protecionista um vigoroso obstáculo à sua plena

expansão. Os novos grupos industriais passaram a se interessar apenas pelo comércio com as áreas que lhe pudessem vender matérias primas a preços compensadores, e as Antilhas inglesas não podiam resistir à concorrência oferecida pelas novas áreas produtoras.

Fabricantes de algodão, proprietários de navios e refinadores de açúcar encabeçaram o grupo dos que, em nome de uma política liberal, "livre-cambista", se declaram contra a escravidão nas Antilhas, dispostos a tudo para fazer valer seus interesses. Por que razão os refinadores de açúcar deveriam adquirir o açúcar das Antilhas a preço de monopólio, ao invés de resgatá-lo a preços inferiores em Cuba, no Brasil e mesmo nas Índias Orientais Britânicas?

Liberdade em casa, escravidão nas vizinhanças

O ano de 1783 é um divisor de águas na História da Inglaterra. Ele marca o início da feroz luta desencadeada pelos livre-cambistas ingleses contra os mercantilistas ligados às Antilhas. Para desalojar os mercantilistas do poder político foi necessário abolir o tráfico e emancipar os escravos, de maneira a pulverizar os últimos resíduos de seu poder econômico. Foi preciso, portanto, deixar de ser escravagista ideologicamente, de considerar a escravidão como uma necessidade social e passar a tratar o escravo como "um ser dotado de alma, inteligência e humanidade".

As mesmas vozes que há tempos bradavam a favor dos plantadores escravistas, grava agora em uníssono com essa "terrível legião" que assava as Antilhas inglesas. Nesses ardorosos "defensores dos negros, esses "humanitários" que chegaram a organizar sociedades para combater a escravidão, nem por isso deixaram de colocar seus interesses econômicos acima de seus princípios morais, ou de adequar estes àqueles. Suas violentas diatribes contra a escravidão cessam, como por encanto, se decretar a abolição da escravidão nas Antilhas inglesas (1833). Por 25 anos ainda os plantadores de açúcar brasileiros cubanos serão abastecidos por escravos que, por produzir um açúcar mais barato para a Inglaterra, farão com que "paladinos" de sua liberdade mudem o tom de seu discurso voltando a condenar a reprodução ao tráfico e à escravidão.

Mais de 30 anos custaram a leitor brasileiro para tomar conhecimento desta penetração, que revela o verdadeiro decisivo papel desempenhado pelo mundo colonial na formação e consolidação do capitalismo no mundo. É a ideia última que fica de **Capitalismo e Escravidão**, expressa nas palavras de seu introdutor, traduz um velho leão da História: "one who has his treasure, has also his heart".

O poder gaúcho

Quando na Revolução de 1930 os gaúchos que chegaram ao Rio de Janeiro amarraram seus cavalos no obelisco da cidade, muitos políticos se perguntaram: serão estes os bárbaros brasileiros? Queriam que o povo acreditasse que o país estava sendo invadido por caudilhos hispano-americanos...

Carlos Dória

O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930, Joseph L. Love, (Ed. Perspectiva, São Paulo, 1975, 282 págs. Cr\$ 75,00)

Enquanto a universidade brasileira continua negando condições satisfatórias de pesquisas na área de ciências da história do Brasil, bem ou mal, continuará a ser escrita em boa parte

por norte-americanos — os já famosos *brazilianists*. Joseph Love, que é um deles, mostra através de seu livro como a participação do Rio Grande do Sul na política nacional da República Velha (1889-1930) vai, aos poucos, criando condições para o súbito aparecimento dos gaúchos e do Exército, ditando as novas regras do jogo político a partir de 1930.

A Constituição federalista de 1891, que garantia ampla auto-

nomia para os Estados, ao mesmo tempo em que facilitava a hegemonia dos dois Estados mais importantes — São Paulo e Minas — através da política **café com leite** (revezamento entre mineiros e paulistas na Presidência da República), impunha a marginalização do Rio Grande e das outras regiões do núcleo de poder. Nestes estados "marginais" as oligarquias se debatiam com sérios problemas econômicos, sem conseguir resolvê-los. O governo federal

defendeu apenas os interesses dos cafeicultores. O próprio Exército, desmoralizado pelas derrotas de várias das expedições contra Canudos (1896-97) e pela carnificina final, perda de prestígio conquistado durante a campanha republicana e, dividido, retirou-se do cenário político. Quem, então, poderia se levantar contra a ditadura disfarçada de São Paulo e Minas? Somente a recuperação da unidade militar e a criação de uma forte estrutura política estadual poderiam compensar a debilidade das instituições nacionais, possibilitando enfrentar os dois grandes estados cafeicultores.

J. Love mostra como o Rio Grande realizou perfeitamente estas duas tarefas. O desenvolvimento da indústria do charque, do cultivo do arroz e do trigo, possibilitaram a criação de uma sólida oligarquia — o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) de Julho de Castilhos. Durante a Revolução Federalista (1893-1895) este partido, aliado ao Exército, solidificou seu domínio no Estado. O **castilhismo**, a que antes possuía ape-

nas afinidades ideológicas com os militares, criou um vínculo sólido com o Exército, — a ponto de fundar em Porto Alegre uma academia militar, a única além da existente no Rio de Janeiro.

Militares e civis gaúchos contra paulistas e mineiros

Em 1910, quando se deu o primeiro desentendimento sério entre São Paulo e Minas, a aliança PRR-Exército aproveitou a brecha e impôs o seu candidato à Presidência — o Marechal Hermes da Fonseca (1910-14). Em 1930, quando se deu novo desentendimento, foram mais longe levando ao poder Getúlio Vargas, o herdeiro do **castilhismo**, e liquidando de vez com a República Velha. Após a Revolução, paulistas e mineiros tiveram que se conformar com a presença de novos elementos no clube dos estados fortes: à exceção de Juscelino Kubitschek e Janio Quadros, todos os demais presidentes eleitos, foram militares-gaú-

chos ou civis-gaúchos (Getúlio e J. Goulart). Após 196 excluindo o Presidente Castelo Branco, a mesma tendência confirmou.

Mas as principais consequências de 1930 não se resumem a isto. O primeiro passo do governo central para fortalecer sua autoridade foi "reponsibilizar-se pelas dívidas dos Estados", liquidando assim os regionalismos econômicos em que se dividia a Nação. Em segundo lugar, fortaleceu as instituições nacionais: "Nos anos 1910-30, o Exército recebeu, em média 12,2 por cento do orçamento em 1937, estava recebendo 20 por cento"; ao liquidar os partidos oligárquicos estaduais criou condições para a existência de partidos nacionais "bancados mais em classes sociais do que em áreas geográficas". Desta forma, transformou numa tarefa de todos os brasileiros, organizados em partidos, a resolução dos problemas nacionais ou regionais — problemas que herdamos da República Velha ou que se acumularam depois de 1930.



CARLINHOS (memória)



Então é assim que se morre. Ele ainda pensou, os olhos presos ao cano da quarenta e cinco, as mãos algemadas para trás, grudadas à pele das costas que o suor tornara úmidas. Em seu último minuto de vida ainda pôde — assustado, trêmulo, um grito preso para sempre nos lábios ensanguentados — olhar rapidamente o céu, verificar que nele as estrelas pela derradeira vez brilhavam. Então era assim: enquanto o vento frio lhe soprava no rosto, e de longe, de uma das casas perdidas na escuridão que os rodeava, vinha o latir dos cães, e como se fosse uma resposta, um choro de criança. À sua frente os dois homens o olhavam, frios, distantes. Ele se sentia agora muito além da cena de sua própria morte, e isso porque nada mais contava, já estava morto. Morreria antes, quando os homens foram buscá-lo no hotel. Morreria depois, quando o convidaram para o último passeio — e já então tinha as mãos algemadas para trás, e no pescoço o fio de **nylon** que eles, risonhos, manipulavam. E morreria afinal, ao olhar pela última vez as estrelas, ao pensar que a vida merecia ser vivida até o fim, bebida — e os sorvos todos que desperdiçara, as muitas vezes em que se guardara para o dia seguinte, para um futuro que em nenhum momento merecera, ele, o proscrito, a serviço dos homens que agora o matavam e em cuja presença sempre se sentira antes protegido.

Bilhete de São Paulo: Preta, estou morrendo de saudades. Sei que você, por aí, está se virando como pode. Tenha paciência. Prometi a seu Mateus que traria mais dois carros e depois ele me daria umas férias. Ai, a gente pode aproveitar, fazer uma viagem, como você quiser. Me aguarde. Beijinhos do Carlinhos.

Resposta do Rio: Nego, eu não nasci pra ser mulher de bandido, você sabe. Eu queria ser fina, uma moça fina, dessas que ficam sentadas nos restaurantes de classe (a bundinha bem empinada), depois do almoço, a expelir fumaça do cigarro pelo nariz. Fina, mas veja só, nasci homem, e pior ainda, vim parar aqui na Lapa, onde, por sinal, conheci você. Ai eu te digo, essa história de a gente tirar férias, não se iluda, gente como nós não tem esse direito.

Sim, Eloína tinha razão, se a gente não faz outra coisa senão pular, escapar, se esconder, tentar de todas as maneiras sobreviver,

(...) bem, mas não era isso o que eu queria dizer nesse bilhete, e sim, que você tenha cuidado, que venha depressa, que abandone esse negócio porque seu Mateus é um homem perigoso, e os jor-

nais falam todo dia nessa história de roubar carros (cabitros, como vocês dizem).
venha que eu estou com saudades. P.S. — Queimei teu bilhete, veja só, nem sequer posso guardar tuas notícias. Por favor, queime este que lhe envio. Beijinhos da Eloína.

Perguntara no carro, mas para onde me levam, seu Mateus? E na escuridão viram os olhos cinzentos do outro assumir o ar neutro que aprendera a temer; o homem puxou lentamente alguns fios da barba alourada, antes de dizer — sem olhar para ele —, vamos dar um passeio. A essa hora? E a resposta: que é que há, rapaz, não gosta da nossa companhia? Era isso, então. De alguma maneira, soubera que as coisas um dia chegariam a esse termo — quantos, antes dele, não haviam sido igualmente executados (quase todos sem que soubesse), e sempre por pequenas traições, ou mesmo por nada, ou pelo que só agora percebia: porque ficavam durante muito tempo a serviço dos homens, e esse tempo lhes bastava para penetrar nos segredos da organização, para aprender que os carros roubados e levados para São Paulo e Mato Grosso eram apenas um detalhe, uma peça na engrenagem, que havia mais naquela história, provavelmente um poder maior, uma entidade muito poderosa a manipular todos eles — alguém falara no destino final dos carros, o Paraguai, havia lá um chefe de polícia que os vendia.

O corpo de um homem branco, de 27 anos presumíveis, foi encontrado ontem na Estrada do Tingüá, em Nova Iguaçu, Estado do Rio, crivado de balas. Ele tinha no pescoço um fio de **nylon**, ao qual fora preso um pedaço de papelão com uma inscrição — "esse aí não rouba mais automóveis" —; sob esta havia o desenho de duas tibias cruzadas encimadas por uma caveira.

Aguinaldo Silva, pernambucano de 31 anos, mora no Rio desde 69; é jornalista sub-editor de assuntos locais de "O Globo" e membro do Conselho de Redação de **Movimento** e ficcionista. Tem cinco livros já publicados (entre eles, **Cristo partido ao meio e Geografia do ventre**) e prepara o lançamento de **Primeira carta aos andróginos**. De um romance policial inédito, baseado na história do ex-policia e agora condenado Mariel Mariscote, saiu "Carlinhos (Memória)". Nele, Aguinaldo trata literariamente de um mundo que faz parte da sua experiência jornalística.

Um telefonema anônimo informou à polícia de Nova Iguaçu sobre o corpo, que vestia apenas um **short** azul, calçava sapatos marrons e meias brancas, e tinha marcas de algemas nos pulsos. A polícia está investigando, mas ainda não foi possível levantar a identidade do morto.

Mas eu não fiz nada, seu Mateus, ele dissera enquanto o carro rodava dentro da noite escura. Sempre fui fiel, nunca discuti as ordens. E no silêncio que se seguiu percebeu o quanto essa palavra, **fiel**, soava falsa naqueles momentos que, afinal, seriam os últimos de sua vida — uma vida feita do acúmulo de toda uma sequência de traições. Sabemos de uma história sobre você, Carlinhos, o terceiro homem informara, sem desviar os olhos da estrada (era ele quem dirigia). História? Que história seria, tão grave que o levavam aquele passeio, o último? Não lhe interessa. Isso é com a gente, eu e Mateus. Vamos resolver os problemas que você armou.

(As estrelas: certa noite, numa estrada dos confins de São Paulo, queimara um baseado pensando em não dormir. Estava com fome, dirigia há mais de quinze horas, talvez por isso a maconha o derrubou. Teve que parar o carro à margem da estrada, descer, deitar sobre o capô e ficar de olhos abertos, imóvel, à espera de que seu corpo pudesse retornar finalmente à terra firme. E naquela posição, observara as estrelas, soubera que as via pela primeira vez — esverdeadas, trêmulas, distantes, elas iluminavam mais que qualquer luz, pois significavam todas as possibilidades que não ousava imaginar (ser livre era uma delas). Pensara, enquanto as olhava, no quanto deixara para trás — era um rapaz pobre, viera para o Rio alimentando todos os sonhos e logo se virou tolhido, cercado. Conheceria Eloína, seu amante, seu amigo, batalhara com ele e se aperfeiçoaram juntos no que os outros chamavam de vida irregular. Fora, afinal, recrutado por Mateus Romeiro, o ilustre policial, a quem todos temiam. E um trabalhinho fácil, rapaz, ele anunciara na ocasião. Transportar para São Paulo e Mato Grosso os carros que outros roubavam no Rio. Quinhentos contos por viagem, e uma garantia: nós damos toda cobertura. (Sim, as estrelas. Podia-se sempre sonhar com elas)

Eu não armei nenhum problema. Olhe, seu Mateus, o senhor podia explicar. Sempre fui (e a palavra lhe saiu mais uma vez: **fiel**). E como a silenciosa resposta lhe pesasse demais, disse o que vinha guardando desde que os dois o apanharam no hotel, no quarto onde dormia (vamos dar um passeio, disseram) — sei para onde me levam. E para a estrada, não é? Vão me grampear (lera num livrinho comprado numa banca de jornais, os policiais matavam o homem num local deserto, e o corpo lá ficava exposto ao sol, apodrecendo, até que um motorista qualquer, horrorizado, o encontrava). Não me executar. Como diz no jornal. A corda de **nylon**, as algemas, a história da caveira. E a voz de Mateus Romeiro ditando sua sentença: você sabe demais, Carlinhos. E eu que sempre te apreciei, quem diria. Agora, tenho que fazer o que é de direito.

Morrer? Só então ousara pensar nisso, e por isso gritara, pelo amor de Deus, eu faço qualquer coisa, desanareco, me deixem ir embora, não quero dinheiro, nada (fizera um gesto apressado e as algemas lhe apertaram perigosamente os pulsos), mas morrer, não, seu Mateus. E como não soubesse mais o que dizer, se recolhera ao silêncio, os olhos arregalados a fitar o rosto que a barba tornava ainda mais impenetrável.

Meia hora antes ele estava no hotel da Rua Buarque de Macedo, tomara um banho e avisara a Hernandez, o espanhol da portaria, não me acorde até minha preta chegar. E o espanhol, cúmplice, lhe piscara um olho cínico, um sinal que queria dizer, eu te conheço, e aquela tua preta não me engana, por trás daquele vestidinho curto se esconde um homem, um **maricón** (Hernandez, sibilino, sempre chamava Eloína de senhorita)

Pelo telefone: sim, Preta, acabei de chegar. Estou no Hotel Duas Américas, o Hernandez já está avisado. Sim, quero que me dê quatro horas, preciso dormir. Claro que estou com saudades, mas preciso dormir, viajei a noite inteira. O que eu disse no bilhete? Ah, tirar férias. Claro, depende do que seu Mateus me disser. A gente conversa depois. Um beijo.

Na Rodoviária de Macaé, Estado do Rio, seis anos antes. A mãe, uma tragédia, as lágrimas lhe descendo pelo rosto, o pai mergulhado no silêncio, e a irmã, um sorriso de quem já o sabia perdido. A última frase da mãe, no intervalo das lágrimas: tenha cuidado com o Rio, meu filho.

As estrelas, pela última vez as olhava. O carro parara num local ermo. Mateus Romeiro o mandara descer, haviam caminhado por entre o matagal até uma pequena clareira. O terceiro homem se preparava para lhe retirar as algemas, Carlinhos esperava ainda que o outro mudasse de idéia, tinha os olhos presos ao seu rosto (às vezes eles se desviavam para o cano escuro da quarenta e cinco) e lhe pedia, mudo: não me mate. Mas o rosto de Mateus Romeiro era uma máscara, por cima da barba e abaixo do bigode farto os lábios pareciam estranhamente repuxados, e seus olhos cinzentos tinham adquirido um perigoso brilho selvagem, ele se transfigurava. Girando em torno do seu próprio terror, resistindo ao impulso que o enviava para trás em busca de lembranças mais felizes, Carlinhos

continua na página seguinte

BOI DA CARA PRETA

Carlos Carvalho



Certa manhã, quando a mulher foi acordá-lo para o trabalho, o Matador resmungou qualquer coisa, escondeu os pés sob as cobertas, virou para o lado e continuou a roncar. A mulher insatisfeita, tentou sacudir o corpo enrodilhado. O matador nem se mexeu.

Mais tarde, quando foi chamá-lo para o almoço, encontrou-o pensativo, sentado à beira da cama, de cuecas, camiseta e botinas amarradas até o tornozelo. A mesa, anunciou que não ia mais trabalhar. Durante trinta anos labutara no matadouro, sempre considerado o melhor. Os bois maiores e mais ariscos, aqueles que pareciam prever a morte e tentavam evitá-la, aqueles eram enviados à sua porteira. Lá os esperava, a faca na mão. E quando passavam, dava-lhes um golpe certeiro na carótida, sem tempo de um gemido. Tantos bois matara que tinha as mãos manchadas: o sangue entranhava na pele como tatuagem que nem água nem sabão conseguiam limpar. Agora estava cansado. Passava o cargo ao filho.

Isto posto, debruçou-se sobre o prato devorando a comida, sem dar ouvido à mulher. Ela, desesperada, chorava, implorando que voltasse ao trabalho. O filho não tinha idade, era franzino, jamais daria um bom matador. E sem o dinheiro da comissão farta que ele ganhava, senhor dos melhores animais, quem sustentaria a casa? O Matador não respondeu. Ruminava um último pedaço de carne, a boca lambuzada de molho, como uma ferida aberta sangrando. Bufando sempre, foi estirar-se na rede armada na sala.

No dia seguinte, inútil qualquer argumento, a mulher levantou cedo, levou o menino, vestiu-o com a roupa de domingo e foi levá-lo ao emprego. Da cama, o Matador não dizia nada; observava o movimento dos dois. Nem ao menos deu conselhos ao filho, como era de esperar. Limitou-se a soltar um mugido quando o menino se despediu.

A noite, acomodou-se na rede e avisou a mulher que não dormiria na cama de casal. Desde então não voltou ao quarto e, quando a mulher insistia, enfurecido, ameaçava bater-lhe.

Resignada, a mulher aceitou a situação. Não mais falou no assunto. Pela manhã, acordava o filho como fizera sempre com o marido, sorvia-lhe o café, arrumava-lhe a

merenda e ficava à porta olhando-o descer a rua, tão mudo, mal se ajeitando nas pernas como um terneirinho.

Mas, ao contrário do previsto, o menino foi crescendo, desenvolvendo à custa do trabalho, fazendo-se forte e ganhando prestígio no matadouro. Logo passou a desfrutar das honras que o pai abandonara. Não havia quem melhor sangrasse um boi, o pulso sempre firme, a mão segura, o alvo nunca errado. Com isto, fez jus ao aumento tão esperado. Quando foi dar a notícia ao pai este não disse nada. Enrolado na rede, só os bicos das botinas de fora, olhou para o filho como se não entendesse. Depois, fechou os olhos e o rapaz pensou que havia adormecido. Quem não tinha sossego era a mulher, que do marido agora via apenas o rosto, já que dormia vestido, não tirava as botinas, nem falava com ninguém. Até o banho semanal abandonou, acabando por impregnar a sala com um cheiro forte de animal suado.

Intrigada, pensava em doenças que o marido escondia. E de tanto pensar, tomou a decisão. Uma tarde, quando ele dormia, entrou furtivamente na sala e, com cautela, levantou a coberta. Desamarrou a botina e, ao retirá-la, recebeu assustada: uma pata pendia da rede, um casco de boi furtivamente conformado. Saiu da sala e chaveou a porta.

Muito tempo calou, nem ao filho narrou o acontecido. A noite, ouvia estranhos ruídos que vinham da sala. Sem coragem de espiar, ficava imaginando coisas, a tal ponto que chegou a pensar que enlouquecia. Até que certa madrugada acordou com um barulho de animal arrastando-se pela casa. Espiou pela porta entreaberta e constatou o esperado: um boi imenso, de enormes chifres, tentava acomodá-lo na rede. Temerosa da ira do marido, tornou a fechar a porta e passou o resto da noite pensando no que fazer.

No dia seguinte, ainda estremunhada, foi à casa da comadre, amiga de anos, pedir conselhos. Depois de muita conversa, voltou aliviada. Na ausência do filho, entrou na sala, aproximou-se do marido que bufava num canto, acariciou-o, deu-lhe açúcar e, aos poucos, conseguiu amansá-lo. Atou-lhe uma corda no pescoço e conduziu-o carinhosamente ao matadouro, onde vendeu por um bom

preço aquele boi forte, malhado, de cara preta, dono de grossa e tentadora carótida.

Matador, este, ao entrar no corredor, viu ao longe o filho que o esperava à porteira, a lâmina brilhando ao sol, as mãos tingidas pelo sangue dos seus antecessores. Equilibrando-se nas patas, sentiu no flanco a picada da vara que o instigava a seguir. Baixou a cabeça, raspolo o solo com o casco e arremeteu em direção à faca, que o recebu sem tempo de um mugido.

A mulher, sendo mulher prevenida, com o dinheiro comprou uma televisão, uma geladeira, dois sacos de açúcar e alguns metros de corda, para quando chegasse a vez do filho.

Carlos Carvalho já estudou música, teatro, e, é claro, literatura. Como contista, tirou o segundo lugar no Concurso de Contos do Parná de 1974. Seus dois contos — Boi da cara preta e O caminho do dever são de seu livro Calendário do medo, a sair brevemente. Carlos Carvalho nasceu e mora em Porto Alegre.

CARLINHOS (memória)

continuação da página anterior

começava a perceber, dolorosamente, que o seu carrasco o amava naquele instante, por ser ele a sua vítima e pelo prazer que aquele ritual de morte lhe proporcionava. Você não precisa me matar, disse. Se fosse uma pessoa normal, não precisaria. E Mateus Romeiro, a voz tremula: como é que se atreve a me chamar de você? Não sou igual a você, sabe disso (um homem honrado, um ilustre policial. Ainda na outra semana fora recebido pelo próprio Secretário de Segurança, saiu a foto nos jornais. E a atriz que era sua amante até dissera numa entrevista, eu amo o meu herói, a frase bem embaixo da foto na qual ela mostrava os fartos peitos).

Quando descera do carro, o terceiro homem lhe batera amorosamente na boca com o cano do revólver, agora sentia o gosto de sangue. Sentia também o vento que soprava, frio aquela hora da noite. E ouvia os ruídos, os insignificantes sons da terra, o crepitar das formigas noturnas, o cricri constante dos grilos invisíveis, o rumor-rejar do capim que o vento balançava.

Como quando tivera cinco anos, e uma noite fugira de casa para ver o circo, e antes que o pai o encontrasse e o trouxesse de volta assistira extasiado o flutuar do trapezista, a corda de prata estendendo-se no ar para apanhá-lo no salto. Como quando tivera quinze anos e saíra de madrugada porque ele e mais três garotos iam se encontrar pela primeira vez com mulher. Como quando ficava, após o amor com Eloína, a escutar até mesmo o lençol que docemente farfalhava.

Ele estava alerta agora para todos os ruídos, porque sabia: aqueles eram seus últimos instantes de vida, e nenhum milagre aconteceria.

No Hotel Duas Américas, sonolento, tirara a roupa. Estava apenas de short, meias e sapatos, e se preparava para dormir. Dirigira a noite inteira o carro que o Italiano, o homem a quem fazia as entregas em São Paulo, mandara trazer de volta. Tudo legal, chapa, ele lhe dissera ao entregar os documentos. Esse carro é quente, comentara, sem lhe dizer (mas Carlinhos sabia) que escondida nas rodas, ou sob os pára-lamas ou num lugar qualquer, havia uma remessa de cocaína. Na estrada, para espantar o sono, ligara o rádio, e descobrira que este não funcionava. Estava lá a mercadoria, pensara, em nenhum momento apreensivo, nem mesmo quando passava pelos postos de polícia. Já no Rio, deixara o carro no local combinado, as chaves seriam apanhadas por outro homem na portaria do hotel. Não via Eloína há três semanas (o último carro, tivera que levar a Mato Grosso, deixara-o num galpão escaldante de Corumbá). Ia se deitar, quando a porta voou em mil pedaços, e pelo que dela restou passou o corpo ágil de Mateus Romeiro. Queremos falar com você, Carlinhos, ele lhe dissera, enquanto o outro homem lhe punha as algemas. Ao passar pela portaria, olhara ansioso o rosto impassível de Hernandez.

E agora, à margem da estrada: então é assim que se morre. Lera antes nos jornais, a morte de Jonas, a execução de Miguel, os dois ele conhecia — haviam muitas vezes se encontrado nas viagens, mandados por Mateus, os três na mesma tarefa de levar os carros roubados no Rio para São Paulo, ou para Mato Grosso, e aquelas mortes lhe pareceram distantes, impossíveis, pensara então: que coisas terríveis eles fizeram? E agora sabia, não tinham feito nada. Tal como ele, apenas haviam se tornado subitamente incômodos (e diariamente apareciam corpos fuzilados na estrada. Seriam todos vítimas da organização?)

Sentiu os braços subitamente livres — o terceiro homem lhe tirara as algemas. A dormência que até então lhe atacava as mãos foi substituída por uma dor cortante, violenta, e mal pôde mexer os braços para adiante e observar os punhos feridos. Mateus Romeiro à sua frente, a arma

erguida, parecia crescer — seus lábios agora tremiam, e Carlinhos podia perceber isso, mesmo na escuridão. O terceiro homem se afastou, caminhou tranquilamente em direção ao carro, deixando-o só, com Mateus. Era o fim, então dizia seu corpo girando continuamente, era assim que tudo terminava — e as imagens todas lhe pareciam subitamente fixas, as da infância, a mãe chorando na estação rodoviária, o ar espantado das vítimas dos pequenos furtos que cometera, o rosto de Eloína excessivamente pintado, enfileirava diante de si todas essas imagens, mas era inútil — o rosto de Mateus Romeiro novamente crescia. Ele se aproximou, sempre com a mão erguida, e o olhou fundo nos olhos, e arfou de uma maneira que não lhe deixou dúvidas.

Um, dois, três, quatro segundos soaram como marteladas sob suas pálpebras fechadas. Depois ele ouviu o primeiro tiro — mas o som lhe pareceu estranhamente distante, e o que sentiu em sua própria carne foi o impacto do soco, e depois já não ouviu mais nada, apenas sentiu outro soco, e um terceiro, e nem sequer percebeu que seu corpo fora arremessado para trás. Só quando tentou se erguer é que notou — sua mão segurava um punhado de terra. Depois, sentiu que rapidamente a vida lhe escorria. Ela era quente, e quando abriu os olhos pôde vê-la: era também vermelha. E na boca sentiu seu gosto de ferrugem. Lá longe, subindo na direção da estrada, ainda notou um vulto, mas já não era um vulto, nem a estrada, era seu próprio corpo que subia, voava.

No Hotel Duas Américas, Hernandez, o espanhol da portaria, diz baixinho a Eloína, como se temesse o próprio silêncio que se derramava opressivo pelo corredor: eram dois, levaram ele algemado. Eloína se precipita até o quarto, penetra por entre os pedaços da porta que Hernandez tentara inutilmente remendar, remexe nas roupas, apanha o dinheiro que está escondido no local de sempre, volta-se sobre si mesmo, e ao se ver no corredor mal iluminado, tem pela primeira vez uma visão fantástica: negra, infinita, terrível, diante deles sempre se abria aquela mesma estrada.